

NOVO
SOLH
ARES

REVISTA DE ESTUDOS SOBRE PRÁTICAS DE RECEPÇÃO A PRODUTOS MIDIÁTICOS



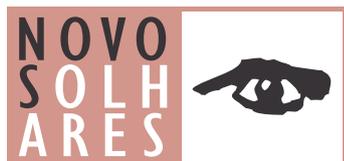
Volume 7 N. 1

Novos Olhares - ISSN 2238-7714

Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos
Publicação semestral on-line do Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos
Audiovisuais (PPGMPA) da ECA/USP

Vol. 7, n. 1 (1º semestre de 2018)

Revista surgida em 1997 como publicação impressa com o ISSN 1516-5981. O formato eletrônico e a edição em volume anual com dois números foram adotados em 2012, ano em que a numeração da revista foi reiniciada.



Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos: publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais e do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da ECA-USP.

ISSN 2238-7714

Volume 7 – número 1 – 1º semestre de 2018

Editoria

Eduardo Vicente – Universidade de São Paulo

Conselho Editorial Científico

Ana Maria Balogh – Universidade Paulista
Claudia Lago – Universidade de São Paulo
Cláudio Rodrigues Coração – Universidade Federal de Ouro Preto
David King Dunaway – University of New Mexico
Eduardo Morettin – Universidade de São Paulo
Elizabeth Saad – Universidade de São Paulo
Fernando Resende – Universidade Federal Fluminense
Gilberto Prado – Universidade de São Paulo
Gislene Silva – Universidade Federal de Santa Catarina
Irineu Guerrini Jr. – Faculdade Cásper Líbero
Laura Loguercio Canepa – Universidade Anhembi Morumbi
Leonardo De Marchi – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Luiz Signates – Universidade Federal de Goiás
Manuel Angel Fernandez Sande – Universidad Complutense de Madrid
Marcia Perencin Tondato – Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP
Mauro Wilton de Sousa – Universidade de São Paulo
Mayra Rodrigues Gomes – Universidade de São Paulo
Rafael Duarte Oliveira Venancio – Universidade Federal de Uberlândia
Regina Lucia Gomes – Universidade Federal da Bahia
Rosana de Lima Soares – Universidade de São Paulo
Salwa Castelo-Branco – Universidade Nova de Lisboa
Samuel José Holanda de Paiva – Universidade Federal de São Carlos
Suzana Reck Miranda – Universidade Federal de São Carlos
Vander Casaqui – Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP

Comissão Editorial

Daniel Gambaro – Universidade de São Paulo
Nivaldo Ferraz – Universidade Anhembi Morumbi

Consultores Ad Hoc

Andrea Limberto Leite – Universidade de São Paulo
Eliza Bachega Casadei – Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP
Ivan Paganotti – Universidade de São Paulo
Juliana Doretto – FIAM-FAAM Centro Universitário
Mariane Harumi Murakami – Universidade de São Paulo
Sílvio Antonio Luiz Anaz – Universidade de São Paulo

Projeto Gráfico

Revista Novos Olhares

Produção Editorial: Tikinet

Revisão: Ingrid Romão, Isabella Ribeiro, Gabriel George Martins | Tikinet
Diagramação: Karina Vizeu Winkaler, Patricia Okamoto | Tikinet

Normas para publicação e condições para o envio de colaborações poderão ser encontradas no site da revista (www.eca.usp.br/novosolhares), que se reserva o direito de aceitar ou não as colaborações enviadas. As opiniões emitidas nessa publicação não expressam necessariamente a posição da revista.

Revista Novos Olhares
Departamento de Cinema, Rádio e TV - ECA
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, prédio 4
Cidade Universitária, São Paulo-SP
CEP: 05508-900
e-mail: novosolhares@usp.br

Apresentação

5

ARTIGOS

Pacífica Radio e a radiodifusão comunitária nos Estados Unidos

David King Dunaway

7

Juventude e consumo de notícias: comportamento geracional e hábitos culturais

Carla Baiense Felix

Larissa de Moraes Ribeiro Mendes

Helen Pinto de Britto Fontes

22

Fanpages de viagem – Uma análise sobre o Facebook como suporte da memória coletiva

Andréa Braga Santiago de Sá

Barbara Heller

33

Transformações na instância da recepção: a construção do leitor coprodutor em redes sociais digitais

Carlos Sanchotene

44

Fotografia e saudade: três considerações sobre a perda

Michel de Oliveira

56

Exame morfológico da telenovela *Avenida Brasil*

Luís Enrique Cazani Júnior

66

Estudos culturais e estudos descoloniais: diálogos e rupturas na construção de uma pesquisa de recepção

Fernanda Nascimento

80

O tempo e o espaço na vida cotidiana: reflexões a partir do filme *O terminal*

Luciana Buksztejn Gomes

Daniela Firmino Cidade

88

Douglas Kellner: a retomada da teoria crítica frankfurtiana sob o impacto da leitura de Marcuse

Otávio Daros

96

Análise das interações entre sociedade e organização nas mídias sociais: um estudo da campanha “Papo de mulher para mulher” da loja Marisa

Anne Cristine Ferraz de Oliveira

Roseane Andrelo

106

Apresentação

Os dez artigos desta edição da revista *Novos Olhares* apresentam temáticas bastante variadas, com certa predominância de trabalhos voltados para a análise de postagens na internet. Nessa linha, **Andréa Braga Santiago de Sá** e **Barbara Heller** discutem se as *fanpages* (páginas de fãs) disponíveis no Facebook são um suporte atual de memória coletiva. Para tanto, analisaram, ao longo de 2017, as *fanpages* *Por Uma Vida Sem Arrependimentos* e *100 Frescura e 1000 Destinos*, selecionadas graças ao elevado número de postagens e seguidores no ano mencionado. Já **Anne Cristine Ferraz de Oliveira** e **Roseane Andrelo** analisam a campanha “Papo de mulher para mulher” da loja Marisa e os comentários publicados nas mídias sociais, trabalhando na perspectiva do sistema de resposta social de José Luiz Braga. **Carlos Sanhotene**, por sua vez, busca compreender a construção do leitor coprodutor no contexto do jornalismo em redes sociais digitais a partir da análise dos comentários postados durante o mês de setembro de 2014 nas *fanpages* dos jornais paulistanos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Numa perspectiva próxima, **Carla Baiense Felix**, **Larissa de Moraes Ribeiro Mendes** e **Helen Pinto de Britto Fontes** apresentam os resultados da pesquisa “Juventude, produção e consumo de notícias: novas dinâmicas, usos e apropriações”, na qual são analisados os hábitos de consumo midiático de estudantes dos cursos Pré-Universitário Popular e de Comunicação Social-Jornalismo, da Universidade Federal Fluminense.

Outros quatro artigos da revista voltam-se a diferentes aspectos da produção e cultura audiovisual. Em texto traduzido por **Daniel Gambaro**, o pesquisador norte-americano **David King Dunaway** oferece um relato sobre o surgimento e trajetória da Pacifica Radio, a mítica emissora independente norte-americana que se tornou um modelo para muitas iniciativas nessa área. Já **Luís Enrique Cazani Júnior** apresenta o exame morfológico da primeira fase de *Avenida Brasil* (2012), telenovela da Rede Globo de televisão. O protocolo metodológico propõe olhar diferenciado sobre o objeto, explicando seus componentes por meio de 31 funções cunhadas por Vladimir Propp. **Luciana Buksztejn Gomes** e **Daniela Firmino Cidade**, por sua vez, realizam uma releitura do filme *O terminal* (*The terminal*, Steven Spielberg, 2004), destacando pontos que o aproximam das discussões acerca do tempo, espaço, lugar e não-lugar, por meio das obras de Alfred Schütz, Milton Santos e Marc Augé. E **Michel de Oliveira** discute a relação entre fotografia e saudade a fim de observar como a imagem fixa mantém conexões com esse complexo sentimento. Para aprofundar a questão, apresenta apontamentos sobre as perdas que envolvem a fotografia, como a da materialidade da imagem.

Buscando uma perspectiva mais teórica, **Otávio Daros** discute as contribuições da primeira geração da escola de Frankfurt a partir dos referenciais fornecidos pela obra do norte-americano Douglas Kellner, compreendido como teorizador do capitalismo avançado que se apoia na tradição crítica – em especial na obra de Herbert Marcuse. Por fim, **Fernanda Nascimento** discute a possibilidade

de construção de uma pesquisa de recepção por meio de um vínculo entre os estudos culturais e os estudos descoloniais, propondo uma pesquisa de recepção inspirada nestes últimos.

Agradecemos mais uma vez pela confiança de nossos autores e leitores, bem como pelo trabalho de pareceristas, revisores e de todos os que tem colaborado de alguma maneira para a continuidade de nossa revista.

Uma boa leitura a todos!

Eduardo Vicente

Pacífica Radio e a radiodifusão comunitária nos Estados Unidos¹

David King Dunaway, PhD

Professor do Departamento de Língua e Literatura Inglesa da Universidade do Novo México. Radiodocumentarista premiado por trabalhos como *Pete Seeger: how can I keep from singing* (2009), *Across the tracks: a Route 66 story* (2002) e *Aldous Huxley's Brave New World* (1999). Produziu documentários radiofônicos para emissoras como National Public Radio, Public Radio International, BBC World Service, Canadian Broadcast Company (CBC) e Danish Radio. E-mail: dunaway@unm.edu

Tradução: Daniel Gambaro

Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: dgambaro@usp.br

Resumo: A Pacífica Radio Network serviu como modelo para a radiodifusão comunitária, introduzindo o patrocínio pelo ouvinte, o guia de programação e importantes técnicas de arrecadação de recursos. Este artigo oferece uma leitura crítica da história da Pacífica Foundation, baseada na teoria social de Max Weber e de Anthony Giddens. No decorrer da segunda metade do século XX, as crises na Pacífica Radio Network foram reportadas ao redor do mundo. Quais são as principais causas dessas tensões? E o que elas podem nos dizer sobre a produção e distribuição de mídia radical orientada para uma comunidade?

Palavras-chave: Pacífica Radio; Teoria da estruturação; Radiodifusão pública; Burocracia.

Pacífica Radio and community broadcasting in the U.S.

Abstract: The Pacífica Radio Network has served as a template for community broadcasting, introducing listener-sponsorship, the program guide, and key fund-raising techniques. This article offers a critical reading of the Pacífica Foundation's history, based on the social theory of Max Weber and Anthony Giddens. Over the second half of the 20th Century, crises at the Pacífica Radio Network have been reported around the world. What are the root causes of these tensions? And what do they tell us about the production and distribution of radical, community-oriented media?

Keywords: Pacífica Radio; Structuration theory; Public broadcast; Bureaucracy.

¹ Este artigo é a versão em português do texto originalmente publicado no *Journal of Radio Studies*, v. 12, n. 2, 2005, disponibilizado on-line em 16 de novembro de 2009. DOI: 10.1207/s15506843jrs1202_5.

Pergunta: “Por que as revoluções não são iniciadas por pessoas mais humanas?”

Resposta: “Pessoas humanas não começam Revoluções.”

J. L. Goddard, Notre Musique, 2005.

Introdução

A antiga maldição chinesa sobre viver em tempos interessantes se aplica com particular impacto sobre a história da Pacífica Radio. Em *Community Radio News*, Bruce Theriault, um dos primeiros executivos da National Federation of Community Broadcasters (NFCB), desafiou a rádio comunitária a se voltar para o futuro na internet e “se reinventar, de uma estação de rádio para uma central de mídia comunitária” (THERIAULT, 2000: 13). Este ensaio explora as tensões fundamentais em uma das primeiras centrais comunitárias de mídia do mundo, a KPFA FM Berkeley – e as outras quatro estações em FM da rede da Pacífica Foundation.

O contexto para a história da Pacífica é a emergência da rádio comunitária nos Estados Unidos; hoje e durante a década de 1990², os destinos de ambas têm sido tumultuosos. Sua liderança, tanto quanto sua audiência, está envelhecendo. A Corporation for Public Broadcasting (CPB) consolidou suas estações, ceifando as que estavam em áreas rurais (AVERY; STAVITSKY, 2000 apud WITHERSPOON; KOVITZ, 2000). O Congresso continua a atacar o financiamento a rádios público-comunitárias. As estações locais estão sendo engolidas por cadeias estaduais e nacionais, como a KPCC, em Pasadena, que é localmente financiada e programada pela Minneapolis Public Radio. Os intensos debates dentro das rádios comunitárias sobre acesso *versus* qualidade da formação de audiência foram amplamente resolvidos: o acesso de cidadãos aos microfones nunca foi tão limitado.

Como sou um DJ em nível local e um produtor de documentários em nível nacional, essas tendências não me são abstratas. Comecei a trabalhar na Pacífica ainda no começo dos meus estudos de graduação, em 1971. Descontente com a pouca quantidade de debate intelectual que ressoava fora do *campus*, eu desci o morro até a KPFA. Ali, havia público para a academia. Entretanto, meu entusiasmo pela radiodifusão não era compartilhado pelos meus professores. Por muitos anos, levei uma vida dupla, como aqueles espíões comunistas dos anos 1950. Durante o dia, eu lia latim e Joyce; à noite, eu tocava Gid Tanner e The Skillet Lickers. Acabei ficando cerca de 11 anos como membro voluntário do quadro da KPFA, a principal estação da Pacífica, trabalhando com música e notícias cotidianas.

Historiadores da radiodifusão pública, como Helen Katz ou Lynne Gross, sugeriram que o “maior e mais persistente problema” (KATZ, 1989) da rádio não comercial era “sua falta de papel claro ou identidade” (GROSS, 1992). Ainda assim, nós, programadores de rádios comunitárias, sabemos bem qual é o nosso objetivo: criar uma identidade pós-tribal com preocupações sociais explícitas: as desigualdades de poder e de gênero; orientação sexual; orientação a descapacitados; ortodoxia espiritual (o oposto de religiões); as reformas de leis sobre drogas leves, sobre discriminação. Essas eram as ambições da programação da Pacífica durante os anos 1970, conforme as tensões dentro da Pacífica Foundation cresciam continuamente.

Trabalhar na KPFA deu substância para reflexões complexas sobre o processo de uma rádio comunitária. De fato, a estação se tornou um popular estudo de caso de rádios comunitárias (DOWNING; 2001; LEWIS; BOOTH, 1989). A rádio comunitária se identifica como um movimento social, mas o seu campo, a radiodifusão, é cercado por montanhas de ganância comercial e cinismo. Na rede da Pacífica, os ideais sociais e aquele cinismo endurecido pelas lutas se misturam de modo inquietante. “Os problemas periódicos da KPFA espelham os próprios problemas da esquerda estadunidense – uma divisão amarga em facções, disputas sobre as estruturas organizacionais, a tendência de transformar conflitos pessoais em divisões políticas” (ALEXANDER, 1993: 1).

² N. do T.: Originalmente, o autor usou a expressão “*today and over the last decade*”. Entretanto, para facilitar a leitura (o texto foi escrito em 2005), foi utilizada uma construção que evidencia a época a que ele se refere.

Já em 1954, cinco anos após a Pacífica começar a transmitir, um membro da equipe que estava se desligando comentou:

Em toda a minha vida, eu nunca tinha visto tantos apóstolos do futuro e mulheres emotivas reunidas em uma única organização. E o mais impressionante é a forma como eles se imaginam nos mais altos princípios éticos, quando na verdade se engajam nas mais amorais atividades maquiavélicas. (LAND, 1999: 59)

Os comentários de historiadores são típicos da reputação da Pacífica: “é claro, sendo esta a Pacífica, muitas pessoas estavam lutando contra as outras” (WALKER, 2001: 74); “a Pacífica Foundation continuou sua tradição de brigas internas” (WITHERSPOON; KOVITZ, 2000: 625). Como um ouvinte comentou, depois de certa mudança em um programa: “Esses segredos e disputas internas Bizantinas, e a recusa em descobrir um modo de incorporar a participação dos membros e a comunicação – [isto] eu deploro” (WALKER, 2001: 150).

A história da Pacífica Radio traz uma questão incômoda: por que uma fundação cujo nome e criação são voltados para a paz é um lugar tão pouco pacífico? Do ponto de vista do chão de fábrica, por que o trabalho a serviço de ideais tão altos acaba vindo com facções e ataques para alcançá-los?

Metodologia

O estudo da Pacífica Radio é baseado em uma práxis teórica da rádio comunitária, situando seus dilemas centrais no nosso tempo: acesso *versus* audiência; identidade e programação nacional *versus* local; governança participativa *versus* hierárquica; amadorismo *versus* profissionalismo (DUNAWAY, 2002). O reconhecimento da influência da Pacífica sobre a radiodifusão comunitária é imperativo.

Essa leitura crítica da Pacífica parte das observações participativas de Matthew Lasar (1998b; 1999), Jeff Land (1999), Eleanor McKinney (1966), Dunaway (2002), além de notícias e histórias de rádios comunitárias. A perspectiva teórica é a Teoria da Estruturação, que sugere as formas em que as estruturas de uma organização determinam o seu funcionamento. Essa teoria surge nos trabalhos do sociólogo alemão Max Weber, e foi atualizada por teóricos sociais modernos como Anthony Giddens (1984); Max Weber se tornou uma tendência atualmente, após ter saído de moda nos anos 1980 (KOLBERT, 2004). Uma das predições mais surpreendentes de Weber é a tensão entre a burocracia e a democracia nas organizações: tal burocracia constrói uma elite dentro de uma organização, e esse grupo (e a organização em si) atua para preservar seu status, independentemente da ideologia. Em uma organização como a Pacífica, o radicalismo está enraizado nas pessoas, e não na organização em si. Essa ideia pode ter um grande papel quando se tenta explicar por que a Pacífica sofre contínuos tumultos: a ideologia localista de seus participantes é continuamente sobrepujada pela construção institucional da organização nacional.

Foram oferecidas formas alternativas de enquadrar as divisões na Pacífica. Em *Pacífica Radio: the rise of an alternative network*, uma conclusão central é que a Pacífica hesitou entre filosofias de radiodifusão: “uma que enfatizava intercomunicação humanista, e outra que advogava a favor do direito fundamental do indivíduo de falar e de ouvir certas ideias” (LASAR, 1999: 229). Em *Active radio: Pacífica's brash experiment*, a “tensão persistente” da Pacífica é também apresentada como ideológica: um polo (justiça, igualdade, comunidade) tem consistentemente interagido e se debatido com o outro (excelência, liberdade, autonomia) (LAND, 1999: 144).

Alternativamente, eu sugiro que as tensões nas estruturas sobrepõem as diferenças filosóficas e as canalizam em uma guerra de ideologias opostas. Tais tensões estruturais se desdobram em três: 1) rivalidades internas (entre as emissoras da rede); 2) pressões externas (algumas das quais recaem sobre radiodifusores dissidentes); e 3) tensões internas à rede, aquelas que viram manchetes.

Quais são as raízes dessas tensões, e o que elas revelam sobre a produção e distribuição de mídia alternativa? As respostas a essas questões podem ser encontradas na história da Pacífica.

Uma breve história da Pacífica Foundation

³ N. do T.: Trata-se de um grupo religioso conhecido também como “Religious Society of Friends”, cujas origens remontam à Reforma Protestante na Inglaterra, no século XVII.

Os fundadores da Pacífica eram pacifistas influenciados pelos Quakers³, e identificavam-se com vários grupos culturais de esquerda durante e após a Segunda Guerra Mundial. Seu passado foi largamente documentado por Matthew Lasar (1999) e Jeff Land (1999). Roy Finch e Lewis Hill se opunham ao envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra. Graduado em Stanford, Hill possuía uma vasta gama de conexões com aquela coalizão dispersa que, em 1946, surgiu como a Pacífica Foundation, com o propósito de obter uma licença de difusão radiofônica não comercial, orientada para uma visão pacifista.

A origem do nome do grupo é obscura, e provavelmente foi retirado da publicação semanal de pacifistas independentes em tempos de guerra, o *Pacífica Views*, publicado entre 1944 e 1947 em Glendora, Califórnia (GOLDWATER, 1966).

Os planos de Hill, Finch e seus apoiadores diferiam radicalmente do modelo corrente dos radiodifusores comerciais: Hill imaginava uma estação cuja renda seria provida por seus ouvintes e, assim, dependeria de sua participação ativa, incluindo o voluntariado nas operações e programação da emissora. Desde o início, seria também uma “rádio de microfone aberto”⁴, derivada das atividades de Hill no American Civil Liberties Union. Escolher o espectro FM, até aquele momento ainda não utilizado, foi uma das razões para o pedido da primeira licença do grupo ser bem-sucedido. Como a tecnologia era nova naquele tempo, na primeira campanha por fundos, a primeira emissora da Pacífica, a KPFA, que foi ao ar em 15 de abril de 1949, teve que vender receptores de FM com as assinaturas.

⁴ N. do T.: No original, “*free speech radio*”, que também pode ser compreendido como “uma rádio com liberdade de expressão”. O termo “microfone aberto” foi escolhido porque, dentro do contexto da participação ativa dos apoiadores da rádio, pressupõe-se que diferentes grupos sociais poderiam utilizar a emissora. Mais adiante no texto, durante a análise final, a mesma expressão “*free speech*” foi traduzida como “liberdade de expressão”, por referir-se à filosofia que deveria acompanhar a emissora, e não à sua forma de operação.

Hill e seus associados centralizaram seus ideais de rádio comunitária em quatro características: 1) os voluntários participariam ativamente; 2) com relação aos ouvintes, a qualidade seria mais importante que os números; 3) os ouvintes deveriam escutar seletivamente; 4) o pessoal voluntário não constituiria mão de obra barata, e sim uma extensão da comunidade ouvinte (HILL, 1949 apud MCKINNEY, 1996; LEWIS; BOOTH, 1989). Essa era uma resposta ao muito citado dilema do rádio, como apresentado por Bertold Brecht, isto é, sua natureza unidirecional (BRECHT, 1993). O modelo de patrocínio pelo ouvinte (e de levantamento de fundos por meio de anúncios em jornais e promoções durante as transmissões) que a Fundação Pacífica iniciou na KPFA em 1948 é a principal base da televisão pública e do financiamento ao rádio público hoje. Quando estadunidenses participam de maratonas implorando por dólares para a radiodifusão pública, a Pacífica é o grupo a se agradecer⁵.

⁵ A primeira maratona para levantar recursos para a radiodifusão pública ocorreu na WBAI, a estação da Pacífica em Nova York, em 1962, seguida de outra, em 1963, na KRAB-FM em Seattle (ALLEN, 1979; WALKER, 2001).

Para além da invenção do patrocínio pelo ouvinte pela Pacífica, estava seu aparato: o departamento de desenvolvimento e o guia de programação (ou *folio*, como a KPFA o chamava). Hoje, poucas estações públicas de rádio e TV não oferecem um guia para o ouvinte.

A Pacífica também foi a pioneira no etos “alternativo”: a rádio comunitária é um paraíso para abordagens não tradicionais à música, à literatura e mesmo à espiritualidade – e para críticas radicais de eventos contemporâneos (LEWIS, 1972; MCKINNEY, 1966). Pacífica foi uma das únicas difusoras nos Estados Unidos a cobrir de forma independente a Guerra do Golfo, por exemplo, em oposição à cobertura em *pool* do Departamento de Defesa, alimentada pelas Forças Armadas. Por conta dessa independência política, da relutância em aceitar propagandas ou, por muitos anos, subsídios da Corporação para Radiodifusão Pública, a identidade de independência hostil da Pacífica se espalhou em uma identidade mais liberal do jornalismo investigativo ou de guerrilha e numa destemida crítica cultural.

Hill acreditava que os voluntários eram mais que aficionados com uma coleção extraordinária de discos, que eles eram uma extensão da comunidade ouvinte. Como resultado, a Pacífica ofereceu uma rádio acessível antes mesmo que tal

missão tivesse se propagado. Eles levaram a seus estúdios grandes escritores, editores e comentaristas sociais (especialmente da esquerda liberal) e fomentaram um fórum de ideias que ninguém mais queria difundir. Ao fazer isso, possibilitaram que alguns desses iconoclastas venerassem a si mesmos (a seus gostos musical e político). Programas como *Democracy Now* (<https://www.democracynow.org/>), hoje, conectam-se com essa tradição e ancoram fortemente suas muitas afiliações.

Nos anos 1950, a programação matinal da Pacífica encontrou suporte no *campus* Berkeley da Universidade da Califórnia. Tocavam músicas que, de outro modo, não seriam ouvidas por meio das ondas radiofônicas, incluindo artistas da “lista negra” como Pete Seeger e Paul Robeson, e apresentavam os admiráveis comentários destacados sobre artes ou espiritualidade de gente como Alan Watts, Kenneth Rexroth e Lawrence Ferlinghetti. Assim, a primeira programação da Pacífica esteve culturalmente enraizada no movimento *Beat* de São Francisco. Desde o início, os ouvintes da Pacífica diferiam significativamente dos ouvintes das emissoras comerciais: alta escolaridade, comprometidos com causas sociais, interessados no *avant-garde*. O financiamento-chave para alcançar essas pessoas veio do Programa para Educação de Adultos da Fundação Ford, em 1952, o que permitiu que a KPFA progredisse financeiramente durante os anos 1950. Apesar do suicídio de Hill, em 1957, a estação sobreviveu e ganhou o Prêmio Peabody por serviços públicos em 1958. A Pacífica Radio definiu um modelo para o rádio artístico de hoje, ao apresentar música clássica, *jazz*, música *folk* e étnica – até então nunca ouvidas fora das emissoras étnicas de algumas grandes cidades.

Ao insistir que a qualidade do rádio era mais importante que os índices de audiência, a Pacífica, sem querer, introduziu a radiodifusão pública e comunitária naquilo que seria tanto seu sucesso como sua ruína – a habilidade de alcançar ouvintes com alto nível escolar, muitos dos quais chegavam a ter pós-graduação, com música obscura e comentários; este é aproximadamente o perfil atual dos ouvintes da NPR⁶ (MCCAULEY, 2002)⁷. A programação da Pacífica tinha como alvo pequenos grupos de ouvintes desprezados pelas emissoras *mainstream* – possivelmente o começo (ao lado da “radiodifusão étnica”) do *microcasting*. Entretanto, ao defender os recônditos e o étnico, a KPFA e outras emissoras da Pacífica, na verdade, inovaram em um modelo de programação para uma elite. Se um ouvinte se importasse em saber detalhes sobre as gravações perdidas do *bluesman* Robert Johnson, ou em ouvir compositores da nova música, como Lou Harrison ou George Antheil, a Pacífica seria o único lugar no *dial*. Ironicamente, ao buscar patrocínio de ouvintes que se interessavam por uma cultura esotérica, a Pacífica pode ter iniciado o processo de se dirigir a um segmento restrito e mais privilegiado de uma comunidade, o que é o ideal contemporâneo do *netcasting*⁸ comercial (e, mais e mais, do rádio público urbano e em rede).

As estações da Pacífica, e publicações como *Nation* e *National Guardian* (que teve início no mesmo mês que a KPFA), tornaram-se a voz em radiodifusão do desafio radical às políticas governamentais. Apesar de bem conhecidas pelas constantes lutas internas, o que Todd Gitlin (1980: 29) chamou de “táticas de judô da nova esquerda”, elas foram a presença cultural contínua da oposição.

Em 1959, a KPFA foi licenciada em Los Angeles; em 1960, a WBAI foi ao ar na cidade de Nova York. Em 1977, na capital Washington, a WPMF se tornou a última emissora incorporada à rede Pacífica Radio. Desde o começo, três tipos de tensões organizacionais emergiram dentro da Pacífica: internas às estações, internas à rede e forças externas.

Tensões dentro das estações

As tensões internas às estações tinham como foco os formatos e a organização: deveriam ser predominantemente de música clássica ou de belas artes, ou primariamente internacionais? Os voluntários deveriam ter o mesmo poder de opinião que o pessoal assalariado? As decisões gerenciais deveriam ser tomadas de forma hierárquica ou coletiva? A última questão evidenciava uma tensa dualidade de propósito: a Pacífica Radio era dedicada ao ativismo midiático, mas era mormente um movimento social que abria estações de rádio? Ou era primeiro uma rede radiofônica,

⁶ N. do T.: NPR é o acrônimo usado para identificar a National Public Radio, ou rede de rádio pública estadunidense.

⁷ Em 1956, uma pesquisa encomendada pela emissora descobriu que 70% da audiência da KPFA era composta por graduados (LASAR, 1998).

⁸ N. do T.: *Netcasting* é a difusão de conteúdo via internet, em modelos de assinatura para *download* como o *podcast*.

que provia cultura alternativa? Ao longo dos cinquenta anos de sua história, as tensões internas às estações persistiram entre dois grupos de programação principais: os radiodifusores comprometidos em levar ao ar uma perspectiva ideológica de esquerda, e os profissionais de rádio emergentes que tentavam gerenciar estações em cinco dos maiores mercados de rádio do país.

Entre aqueles que chegaram na Pacífica com uma missão, alguns permaneceram para aprender e desfrutar o rádio; outros foram além e iniciaram uma carreira. Este último grupo competia pelos poucos espaços assalariados com jovens recém-treinados em rádio e sêniores que já tinham sua carreira no rádio. Quem escolhia os funcionários que receberiam ordenados, e definia até que ponto se estendiam as responsabilidades dessa equipe, deixava espaço para que houvesse disputas sobre os limitados recursos. Assim, uma tensão básica sempre foi esta, entre amadores dedicados – alguns dos quais gostariam de ser mais que amadores – e profissionais temporários – alguns dos quais queriam ser amadores para se agarrarem ao seu *Zydeco*⁹ e deixar que alguém decidisse por eles sobre governança e o que iria ao ar.

⁹ N. do T.: Dunaway está se referindo, neste trecho, a um estilo musical *folk* estadunidense, justamente um dos estilos que compunham o “obscuro”, “esotérico” ou “hermético” que o autor menciona como grande parte da programação das emissoras da Pacífica.

Tais tensões surgiram cedo na história da Pacífica, particularmente em momentos em que havia um influxo de caixa na fundação. Esse foi o caso em 1952, logo após o auxílio da Fundação Ford, quando Lew Hill se viu preso em uma disputa interna por decisões da programação e por cargos em meio aos poderes relativos dos três principais grupos dentro da KPFA (voluntários, funcionários e a diretoria). Destronado como principal líder da Pacífica, ele retomou sua posição apenas para perdê-la novamente em uma série de eventos que o levaram ao suicídio em 1957. Essas tensões dentro da estação “entre pessoal assalariado e voluntários” (LAND, 1999: 84) ressurgiram na KPFA nas greves de 1964 e 1974. Na WBAI, outro levante ocorreu em 1975-1976, quando uma nova administração e direção de programas tentou direcionar a grade da emissora para longe da colcha de retalhos que alocava o tempo da programação conforme os grupos da comunidade. Os voluntários se trancaram no estúdio e transmitiram sua insatisfação – alguns permaneceram trancados na estação por seis semanas (Ibid.). No mesmo período, a KPFA percebeu que transmitia um programa (*Farsi Youth Hour*) que apenas quatro pessoas na estação conseguiam entender (uma vez que não havia qualquer tradução em inglês). O programa foi descontinuado, mas a Pacífica continuou a construir e desenvolver sua emissora baseada em representações, esforçando-se para atender grupos e locais, um por um. Sucessivamente, acusações de racismo, sexismo ou discriminação étnica eram associadas àqueles que se opusessem ao *status quo*: na Pacífica, o político rapidamente se tornava bastante pessoal.

O veterano da Pacífica Larry Bensky, administrador da KPFA no começo dos anos 1970, reportou um confronto com três grupos radicais lésbicos pedindo (ou exigindo) tempo no ar: “Eu não podia compreender as diferenças entre os grupos – e eles não conseguiam fazer com que eu entendesse suas diferenças”, disse em um filme documentário de 2000, *KPFA on the air*. Os encontros entre as centenas de voluntários da emissora resultavam, regularmente, em tiroteios e ataques pessoais. Chris Koch, diretor de programação da WBAI-FM em Nova York, uma vez comentou:

Sempre tem uma crise – um grande embate de personalidades, uma disputa sobre a função proposta da Fundação, uma demissão ou restrição pontual [...]. A Pacífica não mantém uma fórmula administrativa dinâmica em que essas pessoas [intensas e criativas] possam trabalhar com sucesso. (MCKINNEY, 1996: 36)

Alguns, como Al Partridge, ex-diretor da KPFA, culpavam os voluntários – aquelas pessoas intensas e criativas – pelos conflitos na Pacífica.

Em todos os anos da vida [da KPFA] houve guerra doméstica aqui. Existe uma explicação simples para isso. As pessoas que trabalham na estação são indivíduos com mentes e pontos de vista fortes. Esse é o motivo de eles estarem aqui, em

primeiro lugar [...]. Enquanto pessoas desse tipo estiverem envolvidas nesta estação, nunca será possível ter um clima relaxado, confortável. Nós atacamos e somos atacados o tempo todo. (LAND, 1999: 63)

Outros culpavam o pessoal, assalariado ou não, e as pessoas com quem eles trabalhavam. Novamente, Chris Koch: “O membro médio da equipe é sufocado por inúmeros detalhes... ele trabalha sob grande pressão, o relógio devora programas tão avidamente quanto os caminhões de lixo de Nova York tragam os resíduos” (MCKINNEY, 1966: 37). Lasar (1999: 228) escreve:

Conforme o tempo progredia, a cultura dissidente da Pacífica Foundation se dispersou, substituída de forma inadequada por aquilo que a rede precisava urgentemente: uma teoria geral de radiodifusão não comercial que priorizasse o ouvir sobre o falar, o reconhecimento sobre o pronunciamento, e a obrigação mútua sobre os direitos individuais.

Tensões externas

O pano de fundo dessas divisões eram tensões externas: o macarthismo nos anos 1940 e 1950 e as contínuas batalhas contra a censura feita pela Federal Communications Commission (FCC) nos anos 1950 e 1960.

Um exemplo típico dessas investidas foi o boletim anticomunista, *Counterattack*, fundado por ex-agentes do FBI interessados no crescente negócio da consultoria anticomunista (COGLEY, 1956). Em fevereiro de 1960, o *Counterattack* citou a tradição da Pacífica em fazer um rádio “perigoso”, permitindo que marxistas falassem no ar. Era ainda pior a ideia de patrocínio pelos ouvintes, um “método de geração tão incomum que era em si revolucionário” (LAND, 1999: 73).

As renovações de licenças eram consecutivamente retidas, e a programação da Pacífica, consistentemente monitorada pelo FBI, particularmente depois que um ex-agente do FBI fez um comentário no ar, em 1962, sobre a intimidação a oficiais públicos feita pelo diretor do FBI, John Edgar Hoover. Um resumo dos ataques do governo à Pacífica lista diferentes investigações federais em 1954, 1960, 1962-63, 1970-71, 1973 e 1978 (MCGILLICUDDY, 1979).

Em 1978, um monólogo feito por George Carlin, *Filthy words: seven words you can't say on radio or television* (Palavras sujas: sete palavras que você não pode falar no rádio ou na televisão), foi transmitido pela WBAI-Nova York, resultando em anos de litígio sobre a definição de obscenidade (WITHERSPOON; KOVITZ, 2000). Naquele tempo, a revista *Variety* comentou que “a indiscrição real da Pacífica era sua vigorosa oposição à Guerra do Vietnã” (BUHLE; BUHLE; GEORGAKAS, 1990: 550). Nos anos 1970, a Pacífica se tornou um modelo para a radiodifusão comunitária, que “imitava seu menu de música diversificada, pontos de vista dissidentes e criatividade não categorizável”. (WALKER, 2001: 12).

As batalhas legais da Pacífica colocaram em tensão ainda maior os recursos da rede, conforme eram imputados às estações os custos isolados das defesas diante das cortes, soma que alcançou meio milhão de dólares. O FBI e outras agências de inteligência mantinham arquivos elaborados sobre todas as emissoras da Pacífica¹⁰.

¹⁰ Os processos de 1978 e 1986 abertos sob a Lei de Liberdade de Informação sobre Pete Seeger e Aldous Huxley, por exemplo, revelaram listagens diárias de suas aparições na Pacífica.

Tensões dentro da rede

A origem das tensões internas à rede é tão estranha quanto a própria rede da Pacífica. Durante a primeira década, todas as tensões estruturais estavam dentro da estação, uma vez que havia apenas uma delas. Assim que a data de lançamento da segunda estação se aproximava, as tensões emergiram. A KPFA-Los Angeles deveria produzir sua própria programação, ou ela seria uma repetidora da KPFA-Berkeley? Em meio às disputas, o então vice-presidente da Pacífica

Foundation, William Webb, entregou seu cargo, mas a emissora que ele teria desenvolvido ganhou autonomia.

A expansão trouxe uma nova onda de tensões entre a fundação e suas estações; e entre ouvintes-patrocinadores e mesas-diretoras locais, originando a greve geral de 1974-1975 na KPFA. No ano seguinte, instalou-se um confronto entre as mesas-diretoras local e nacional – a local demandando mais autonomia e redução nos pagamentos para apoiar a mesa nacional (KPFA STRIKE, 1974). Como nos lembra Giddens, não são as motivações dos atores em uma estrutura que importam, e sim as tensões entre a produção dessa estrutura e sua reprodução.

As tensões internas à rede aumentaram nos anos 1970, com seu rápido crescimento. Tais problemas derivavam do papel da direção nacional da Pacífica Foundation nas atividades correntes das estações locais. Emergiu a burocracia, desconectada e sem influências do anarcossindicalismo original da fundação (WALKER, 2001: 64).

A Pacífica Foundation detém as licenças de todas as estações e cobra delas uma taxa anual sobre a arrecadação de fundos para amparar o quadro nacional de trabalhadores e os serviços legais, inclusive os assuntos relacionados a licenciamento e legislação. As mesas-diretoras das estações locais recorrentemente contestam as ações da Fundação Nacional, e regularmente reclamam que suas representações na mesa nacional são insuficientes; e que muitas ações tomadas pela mesa-diretora são antidemocráticas e desconectadas das necessidades locais. Rachas e disputas de personalidades emergiram nessas tensões dentro da rede.

Em meados dos anos 1970, a Pacífica Foundation lançou um serviço nacional de notícias, o *Pacífica Nightly News* e, para complementar seus serviços nacionais, o *Pacífica Program Service*, a partir da região norte de Hollywood. Projetos desse tipo, bancados pela mesa-diretora, aumentaram significativamente os custos gerais da fundação (e, por extensão, das estações que a financiavam). Como as batalhas legais resultantes da transmissão de Carlin pela WBAI secaram os parques recursos da Pacífica, as estações locais se posicionaram umas contra as outras. Nos anos 1980, os ambiciosos planos de crescimento da fundação exigiam audiências ainda maiores, uma tendência entre as emissoras públicas (DUNAWAY, 2002).

Em que momento as diferenças entre a mesa-diretora nacional e as estações realmente pioraram? Talvez tenha sido em 1985, quando a Pacífica Foundation assumiu unilateralmente o controle dos subtransmissores das frequências designadas a cada estação, mantendo as receitas para si. Ou talvez tenha sido em 1992, quando a mesa-diretora nacional estabeleceu sua “Estratégia para Programação Nacional”, que delegava ao pessoal assalariado a tomada de decisões (FAIRCHILD, 2001). Ou, ainda, em 1997, quando uma nova equipe gerencial decidiu lançar uma iniciativa nova, populista, direcionada aos afro-americanos, para aumentar a audiência da Pacífica? Enquanto algumas estações hesitaram, a nova equipe inseriu consultores antiorganização trabalhista; tentaram iniciar uma regra de programação obrigatória, de modo que todas as estações deveriam transmitir os mesmos programas ao mesmo tempo. O número de membros da mesa-diretora nacional cresceu de três, em 1989, para treze, uma década depois (WALKER, 2001: 157), o que levou a acusações de uma “monstruosidade burocrata”. “Essa administração inútil está organizada de cima para baixo, unidirecionalmente, uma maneira completamente inapropriada para uma organização progressista fundada em ideais antiautoritários” (Ibid.), comentou Lerry Bersky, um diretor da KPFA.

Para muitos daqueles que promoviam uma democracia de base dentro dessa grande organização, a gota d’água foi uma reunião da mesa-diretora, em 28 de fevereiro de 1999, quando algumas diretrizes foram modificadas para desqualificar membros das mesas-consultoras de cada estação.

Nos anos 1990, a Pacífica Foundation lançou um programa de comentário noticioso, o *Democracy Now*. Essa ação se mostrou tão desafiadora ao *status quo* que o programa acabou sendo removido da sua estação-sede, a WBAI, em 2001, durante uma crise tão severa quanto qualquer outra na tumultuosa história da Pacífica. Uma

cronologia detalhada desses eventos pode ser encontrada *post-script* em *Pacífica Radio* (LASAR, 1999) e *Active Radio* (WALKER, 2001).

O Big Bang

Em 31 de março de 1999, o contrato do diretor-geral da KPFA não foi renovado pela mesa-diretora nacional da fundação. Uma ordem de restrição de informação e confidencialidade emitida pelo diretor da fundação, Lynn Chadwick, produziu uma rodada de demissões de programadores, tanto funcionários como voluntários. Apesar de ter sido enquadrada em termos de profissionalização da programação, a controvérsia talvez estivesse centrada em conflitos pessoais. A mesa-diretora nacional afirmou que queria mais ouvintes e um apelo mais amplo, citando a relativa baixa audiência da KPFA dentro do sexto maior mercado de radiodifusão dos Estados Unidos. Críticos da mesa-diretora apontaram que a composição atual tinha, essencialmente, se autoelegido após a mudança de diretrizes em 1999. Correspondências trocadas entre os membros da mesa-diretora indicam que chegou a ser considerada a venda da KPFA, ou da WBAI, para financiar as crescentes demandas da rede por apoio das estações e seus objetivos de mercado ambiciosos. Em julho de 1999, a KPFA foi lacrada e seus funcionários trancados para fora.

Como noticiado no *The New York Times*, “houve marchas, *shows* beneficentes, seguranças armados e tiros disparados” (NIEVES, 1999: 29). A administração se rendeu e, em 5 de agosto de 1999, a estação voltou ao ar, gravemente ferida da perspectiva das relações públicas. O mesmo se pode dizer do aspecto econômico: os esforços da mesa-diretora nacional para defender suas ações resultaram em um corte de 5 milhões de dólares no começo do novo milênio.

¹¹ Essa crítica ocorreu apesar de o primeiro tiro nessa batalha ter sido a demissão do diretor-geral afro-americano da KPFA-Berkeley.

¹² N. do T.: Timothy Leary foi um professor de Harvard e neurocientista, ícone da contracultura nos anos 1960, famoso por defender os benefícios da substância psicodélica LSD. Ele cunhou a frase “*Turn on, tune in, drop out*”, em que “*drop out*” significaria compromisso consigo mesmo e mudança pessoal.

¹³ N. do T.: Tratam-se de audiências realizadas em 1954, que visavam investigar acusações contraditórias entre o senador McCarthy e o exército estadunidense, por suposta infiltração de comunistas nas Forças Armadas.

¹⁴ N. do T.: Escândalo político ocorrido no segundo mandato do presidente estadunidense Ronald Reagan, sobre a facilitação da venda de armas para o Irã por oficiais do governo, com envolvimento do ex-diretor da CIA Robert Gates.

¹⁵ N. do T.: Dunaway usou a palavra “vitriol” na sentença, e a palavra escolhida é sua tradução direta. No entanto, são outras possibilidades – todas com um efeito irônico – os termos “veneno”, “sarcasmo” e “ódio”.

A Pacífica sempre foi caracterizada por suas relações semiautônomas entre a programação e a administração, fracamente baseadas em um anarcossindicalismo. Isso foi desafiado em 2000, a partir de mudanças de formato determinadas pela mesa-diretora na KPFA-Berkeley, WBAI-Nova York e KPFT-Houston. Os dissidentes da KPFA abriram vários *websites* para distribuir informações e fofocas sobre essas batalhas. O ponto de virada na campanha ocorreu na primavera e no outono de 2001, quando teve início um boicote de ouvintes-assinantes à Pacífica e à KPFA absolutamente se recusou a iniciar sua campanha semianual de arrecadação de fundos até que uma nova mesa-diretora, eleita democraticamente, tomasse posse (GONZALEZ, 2001).

Nesse momento, as contas de água e de eletricidade se acumulavam na KPFA, a mais antiga e maior entre as cinco emissoras da rede. Para a mesa-diretora nacional, o problema era a falta de cooperação da KPFA em mudar sua programação para atrair uma nova audiência, mais jovem e urbana. Os membros afro-americanos da mesa criticaram as estações locais e seus administradores por serem “homens brancos com mais de cinquenta anos” (NIEVES, 1999: A12)¹¹. Na WBAI-FM, uma “rebelião de Natal” aconteceu quando a mesa-diretora nacional “trocou as fechaduras no meio da noite, instalou câmeras de vigilância, colocou seguranças, e então demitiu e baniu cerca de 25 produtores e membros da equipe” (PACIFICA CAMPAIGN, 2001).

Muitos observadores externos assistiram consternados essa implosão da Pacífica Foundation, a espinha dorsal da cultura radical nos Estados Unidos. A fundação tinha formado o novo projeto de mídia popular, cobrindo as manifestações contra a Guerra do Vietnã, o movimento pela liberação feminina, as greves trabalhistas, os Panteras Negras e, virtualmente, qualquer outra causa que despertasse a paixão da esquerda (LEWIS, 1972). Ela transmitiu o *drop out* de Timothy Leary¹²; Huey Newton organizando grupos de autodefesa armada em Oakland, Califórnia; e as principais audiências políticas, desde Army-McCarthy¹³ até o escândalo Irã-Contras-Gates¹⁴.

Para a mesa-diretora, era particularmente frustrante a alienação de ex-apoiadores, como Alexander Cockburn (1997: 10): “Os diretores da Pacífica querem obliterar qualquer traço de autonomia em programação regional e impor o mesmo regime insípido de ideologia e programação que tornou a NPR uma estação de rádio medonha”. O que escorria nas ruas não era sangue, e sim vitriolo¹⁵.

Em janeiro de 2002, a Pacifica Foundation finalmente encerrou a crise ao constituir uma mesa-diretora com maior representação das mesas das estações locais e de ativistas, voltando-se para figuras carismáticas como Eva Georgia, da KPFK-FM, e Amy Goodman, do programa *Democracy Now* (CARNEY, 2002). A Pacifica sobrevivera a mais um *round* de suas recorrentes batalhas. Dessa vez, os extremistas de direita não eram o inimigo, e sim uma crise desencadeada por sua própria estrutura. A nova mesa-diretora nacional tinha uma composição maliciosamente democrática; entretanto, carregava como herança os débitos enormes deixados pelas operações de segurança implementadas pela mesa anterior para defender suas posições impopulares. As últimas disputas domésticas na Pacifica Foundation alcançaram uma solução aberta à comunidade. Ainda assim, as tensões fundamentais persistem na estrutura da Pacifica. A seção final deste ensaio tentará analisar como a Teoria da Estruturação pode explicar essas tensões.

A Teoria da Estruturação e a Pacifica Radio

Como mencionado anteriormente, a sociologia de Max Weber e Anthony Giddens oferece uma explicação sobre os motivos pelos quais a Pacifica é um lugar tão sem paz: sua estrutura organizacional e sua ideologia estão em guerra.

O alemão Max Weber (1864-1920) foi um economista político/sociólogo que estudou como os valores religiosos, as ideologias e indivíduos carismáticos interagem com a burocracia em grandes instituições. Ele iniciou sua carreira estudando legislação romana, culminando com a definição de métodos para cientistas sociais e com a compreensão da burocracia, autocentrada e aplicada à construção de instituições, como uma força social. *A Teoria da organização econômica e social*, de 1925, publicada por ocasião da morte de Weber, somada à coleção de ensaios que publicou, sugerem conexões entre a burocracia emergente na Pacifica e suas disputas internas.

Max Weber desenvolveu sua pesquisa em estudos sobre como o surgimento do capitalismo colidiu com a ética protestante. O modo como as organizações gerenciam seu pessoal – qual o papel deles na tomada de decisões – determina suas características. “Todas as peculiaridades do capitalismo ocidental derivaram seus significados, em última análise, apenas de suas associações com a organização capitalista do trabalho” (WEBER, 1958: 22). Pode parecer esquisito comparar a Pacifica Radio com a antiga Igreja Protestante, mas, como Weber escreve, ambas necessitam da “estrutura racional da lei e da administração. Porque o capitalismo racional moderno precisou não apenas dos meios técnicos de produção, mas de um sistema legal calculável e de administração em termos de regras formais” (Ibid.: 25). De fato, como o historiador da Pacifica, Matt Lasar contou para mim em 2000, “na Bay Area, a KPFA é a coisa mais próxima a uma igreja que os progressistas tinham”.

A Teoria da Estruturação sugere maneiras como a estrutura de uma organização determina seu funcionamento. O contexto mais amplo de um sistema capitalista de radiodifusão configura as instituições (independentemente dos pontos de vista que expressam sobre o capitalismo) e diminui a gama de escolhas efetivas de ação para os atores envolvidos. Conforme Hans Gerth e C. Wright Mills (1946: 68) escrevem, “não importa se esses agentes se consideram bretões, *highlanders*, ou o que seja; suas posições de classe são estritamente determinadas por seus locais e função”.

Weber sugere que as grandes estruturas burocráticas – no caso da Pacifica, não aquelas que produzem os programas, mas as que administravam os administradores – inevitavelmente buscam “aumentar a superioridade dos profissionalmente informados por meio da manutenção de seus conhecimentos e intenções em segredo... nada é tão fanaticamente defendido pela burocracia”¹⁶ (Ibid.: 235).

¹⁶ Basta observar que a necessidade de transparência das ações da mesa-diretora nacional esteve no centro das críticas às decisões mais recentes.

Desde o começo, a Pacifica Foundation foi dominada não apenas pelos ideais anarcopacifistas, mas também pela natureza carismática de seus fundadores; e isso pode ser compreendido em termos weberianos, no contexto da obra pioneira de

Weber sobre burocracia, carisma e poder. Os líderes da Pacífica frequentemente apoiavam-se em “uma teologia da autonomia pessoal” (LAND, 1999: 35). Lewis Hill, durante muito tempo venerado na Pacífica, manteve sua autoridade em termos weberianos, em virtude de uma missão assumida para ser encarnada em sua pessoa. Larry Yurdin, um ex-diretor da KPFT-Los Angeles, era amado por seus seguidores: “ele basicamente se tornou o deus, se tornou o rei”, lembra seu engenheiro (WALKER, 2001: 112). Tais personagens, conforme compreendia Weber, criam uma “aristocracia carismática” que ativam o discipulado e a lealdade pessoal. “O detentor do carisma desfruta de lealdade e autoridade pela virtude de uma missão que, acredita-se, está incorporada nele” (WEBER, 1958: 1117). Ainda assim, uma estrutura institucional baseada no carisma é inerentemente instável. As primeiras declarações internas de Hill sobre os propósitos da Pacífica, “levar um programa de resistência à guerra a um meio de massa” (HILL, 1949 apud LASAR, 1999: 522), foram, em termos weberianos, superadas pelos princípios estruturais e, frequentemente, deformadas além da possibilidade de reconhecimento, conforme as ideias originais declinaram em dogmas e em sacralidade. De modo similar, a filosofia de liberdade de expressão foi deformada, porque os membros da mesa-diretora foram obrigados a fazer um juramento anticomunista (durante uma audiência sobre subversão, no Senado, em 1963), num momento em que a Pacífica lutava por sua sobrevivência após os ataques da direita nos anos 1950 e 1960. “Culturas e instituições alternativas buscam escapar das amarras apertadas do capitalismo, mas mesmo assim elas se enraízam na agenda do mercado”, escreve o historiador da Pacífica, Matthew Lasar (1998b: 514). “Alternatividade *substituiu* o anarcopacifismo” (Ibid.: 541). Tais mudanças, e as periódicas desilusões dos discípulos do líder carismático, jogaram a Pacífica Foundation em contínuo tumulto. Hill aparentemente compreendia algumas das dificuldades em gerar estruturas idealizadas, uma vez que, mesmo antes da primeira estação da Pacífica entrar em operação, ele escreveu sobre a tensão entre “procrastinar para ganhar confiança” (e uma licença da FCC) e “pureza ideológica, a nós tão requisitada, caso o projeto realmente escape ao fim ordinário das causas quando estas são institucionalizadas” (1949 apud LASAR, 1998b: 522).

Anthony Giddens é um teórico social britânico, que modernizou o trabalho de Weber com sua Teoria da Estruturação. Um dos seus primeiros livros foi dedicado a Max Weber (GIDDENS, 1972). Giddens insiste no papel da agência humana sobre o modo como as organizações e as estruturas sociais se reproduzem. As organizações impõem restrições ao comportamento dos indivíduos por meio de suas “sistemidades” ou “estruturabilidade”. Tais filosofias políticas das organizações podem estar separadas das demandas que elas fazem aos indivíduos. As burocracias – sejam de esquerda, direita ou centro – podem dizer uma coisa, mas as ações serem o oposto, por conta da tensão entre estrutura e intenção:

Dessa forma, a democracia implica não apenas o direito de autodesenvolvimento livre e igualitário, mas também a limitação constitucional do poder (distributivo). A “liberdade do mais forte” deve ser contida, mas isso é uma negação da autoridade – ou *isso apenas se torna verdade no caso de anarquismo*. Autoridade é justificável até o limite em que reconhece o princípio de autonomia. (GIDDENS, 1994: 186, grifos nossos)

O equilíbrio entre autonomia e autoridade na Pacífica é delicado, porque a autoridade, normalmente, nem sempre requer credenciais, treinamento profissional ou experiência, mas é situacional. Para Giddens, a Teoria da Estruturação é o encontro da teoria social com a questão da ação:

as instituições não apenas trabalham “pelas costas” dos atores sociais que as produzem e reproduzem. Cada membro competente de cada sociedade sabe bastante sobre as instituições daquela sociedade: esse conhecimento não é *incidental* [...]. Se os atores são considerados tapados culturais [...], com nenhuma compreensão valorável de seu ambiente ou das circunstâncias de suas ações, imediatamente abre-se caminho para supor que seus próprios pontos de

vista podem ser desconsiderados em qualquer programa prático que possa ser iniciado. (Id., 1984: 124).

A história da Pacífica é repleta de momentos em que lados opostos foram descartados como “tapados culturais” de uma maneira, para citar Giddens novamente, que desconsiderou seus pontos de vista no programa prático a ser iniciado. O autor sugere que todos os atores sociais, não importa o quão baixo, têm algum grau de penetração na forma social que os oprimem. Para entender a Pacífica Radio e outras grandes instituições de rádio pública contemporâneas, é preciso concordar com Giddens que “a chave para compreender sua ordem social não é a partir dos valores, mas das relações mutáveis entre a produção e a reprodução da vida social pelos seus atores constituintes” (Ibid.: 101).

Considerações finais

Ainda que a Pacífica tenha sido vítima de sua própria burocracia, ela também demonstrou uma incrível resiliência, perdurando mais que outras mídias de esquerda que surgiram a partir dos anos 1960. Essa longevidade permitiu sua influência na radiodifusão nos Estados Unidos, de maneira pouco reconhecida. A contribuição mais óbvia é o modelo de radiodifusão pública da Pacífica, iniciado no sistema em que o ouvinte patrocinava a emissora, colocado em operação por Lewis Hill e seus associados. Apesar dos formatos de programação variarem entre as estações da Pacífica, todas foram pioneiras em programas de notícias e outros informativos que se valiam de investigações aprofundadas. Não é uma coincidência que, quando a NPR estava definindo o magazine de notícias vespertino o programa de notícias vespertino *All Things Considered*¹⁷, eles procuraram produtores e editores veteranos da Pacífica, como Chris Kock, Margot Adler e muitos outros (LASAR, 1999: 228).

¹⁷ N. do T. *All Things Considered* (<http://www.npr.org/programs/all-things-considered>) foi criado em 1971 pela NPR, sendo um dos programas de maior sucesso da história do radiojornalismo norte-americano.

Entre suas inovações na programação, a Pacífica fez a cobertura completa e integral dos mais importantes eventos políticos. Transmitir eventos públicos de longa duração, não mediados, é o grande legado da Pacífica, assim como o modelo de programação “colcha de retalhos”, que reflete múltiplas comunidades dentro da mesma frequência. Outra contribuição foi a inserção de programação da radiodifusão internacional nos canais estadunidenses. Quem assiste ao *Mystery!* e ao *Masterpiece Theatre*, na PBS (Public Broadcasting System, a rede de TV pública), pode se surpreender ao saber que, no começo dos anos 1950, a Pacífica já transmitia regularmente os serviços internacionais da Deutsche Welle, da BBC e da CBC (Canadian Broadcasting Corporation).

Essa lista poderia continuar indefinidamente. A Pacífica Radio também deu origem às feiras da rádio pública, como sua Feira de Artesanato de Natal, e mesmo festivais culturais, como a Feira Renascentista da Califórnia, que até hoje usa o rádio como o principal meio de divulgação para estimular o comparecimento do público. Pense nos modos de arrecadação de recursos do rádio e da televisão públicos, e os responsáveis pela Pacífica visualizaram isso antes.

Talvez a contribuição mais importante e duradoura seja também a mais abstrata: a construção da identidade da audiência como coautora e participante na programação e no gerenciamento. Essa noção de constituição da audiência não como participação do mercado, mas como uma comunidade, está enraizada no idealismo e nos antecedentes de organização comunitária dos fundadores, programadores e administradores da Pacífica.

Por enquanto, retornando à teoria social, uma última citação de Max Weber (1958: 29):

é verdade que o caminho do destino do humano por certo assustará aquele que examinar um de seus trechos. Mas ele fará certo em manter seus comentários pessoais para si, tal qual se faz ao avistar o mar ou uma montanha majestosa,

a menos que ele saiba que possui o fado e o dom de dar a eles expressão em uma maneira artística ou profética.

¹⁸ N. do T.: De 1949 a 2005. Nesse momento, o presidente dos Estados Unidos era George W. Bush, membro do Partido Republicano. Por isso, mais adiante, Dunaway se refere aos “Estados Unidos republicano”.

Por 56 anos¹⁸, artistas e profetas floresceram na Pacífica. Não está claro se a rede permanece econômica e politicamente viável nos Estados Unidos republicano; também não está certo se ela conseguirá resistir às tendências, dentro do universo da radiodifusão mais ampla, em direção a um formato voltado para a ortodoxia, a uniformidade e o mercado. Se a Pacífica é a madrinha ilegítima das práticas modernas de rádios comunitárias, em suas tensões estruturais se escondem lições profundas e aparentemente inescapáveis para as outras instituições de radiodifusão pública: tensões entre as mesas-diretoras locais e nacional; entre voluntários e funcionários; entre o modelo de “acesso” do amador à radiodifusão, e o som profissional necessário para competir, hoje, pelos dólares do ouvinte; entre transmitir para a mudança social ou para a sobrevivência institucional.

Fecho este ensaio com uma declaração apaixonada de Chris Koch, ex-diretor de programação da WBAI:

As estações da Pacífica foram administradas tão ao acaso, que aqueles que eram verdadeiramente criativos puderam encontrar ali um lugar sossegado, até que eles foram vencidos pelos aborrecimentos de tentar fazer o que é inatingível [...]. Isto é, em certo sentido, a liberdade habitual por padrão.

Os grandes programas foram difundidos apesar de tudo. Produzidos por pessoas em meio a crises, em gravadores de fita que falhavam, com fitas tão velhas que se partiam ao tocar.

Então, por alguns momentos, houve uma relação inesperadamente intensa entre as pessoas na fita e a audiência que a ouvia em casa – uma magia criada pelo diretor do programa. Havia comunicação. Isso nunca aconteceu em outro lugar, seja no rádio ou na televisão. (KOCH, 1966: 38-39)

Referências

- ALEXANDER, N. What’s causing static at KPFA?. *News for a People’s World*, Berkeley, v. 1, n. 3, p. 3-5, abr. 1993.
- ALLAN, P. J. The first 30 years. *KPFA Folio*, Berkeley, CA, v. 31, n. 3, p. 1, mar. 1979.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality: a treatise in the sociology*. Garden City: Anchor Books, 1967.
- BRECHT, B. The radio as an apparatus of communication. In: STRAUSS, N. (Ed.). *Radiotext(e): special issue of Semiotexte*, Nova York, v. 6, n. 1, p. 15-17, 1993.
- BUHLE, M. J.; BUHLE, P.; GEORGAKAS, D. (Eds.). Pacífica Foundation. In: _____. *Encyclopedia of the American Left*. Champaign: University of Illinois Press, 1990.
- CARNEY, S. A KPFA pledge to listen to listeners. *Los Angeles Times*, Los Angeles, jun. 7, 2002. Disponível em: <<http://lat.ms/2gGP3Wv>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- COCKBURN, A. Pacífica Nightmare. *The Nation*, Nova York, v. 264, n. 20, 10.
- COGLEY, J. *Report on blacklisting II: radio-television*. Nova York: The Fund for the Republic, 1956.
- DOWNING, J. *Radical Media: rebellious communication and social movements*. Thousand Oaks: Sage, 2001.

DUNAWAY, D. Community radio at the beginning of the 21st century: commercialism vs. community power. In: JANKOWSKI, N. W.; PREHN, O. (Eds.). *Community media in the information age*. Cresskill: Hampton Press, 2002. (Hampton Press Communication Series: Communication and Participation).

FAIRCHILD, C. *Community radio and public culture: being an examination of media access and equity in the nations of North America*. Cresskill: Hampton, 2001. (Hampton Press Communication Series: Communication and Participation).

FORCADE, T. (Ed.). *Underground press anthology*. Nova York: Ace Books, 1972.

GERTH, H.; MILLS, C. W. (Eds.). *From Max Weber: essays in sociology*. Nova York: Oxford University Press, 1946.

GIDDENS, A. *Sociology of Max Weber*. Londres: British Sociology Association, 1972.

_____. *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.

_____. *The transformation of intimacy: sexuality, love and eroticism in modern societies*. Cambridge: Polity Press, 1994.

GITLIN, T. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOLDWATER, W. *Radical periodicals in America: 1890-1950*. New Haven: Yale University Library, 1966.

GONZALEZ, J. Save Pacífica before it's sold. In *These Times*, Chicago, mar. 19, 2001. Disponível em: <<http://bit.ly/2y6xG42>>. Acesso em: 25 set. 2017.

GROSS, L. *Telecommunications: An introduction to electronic media*. Dubuque: William Brown, 1992.

KATZ, H. The future of public broadcasting the U.S. *Media, Culture and Society*, n. 2, p. 195, 1989.

KPFA on the air. Direção: Veronica Selver. Roteiro: Sharon Wood. Lancaster: California Newsreel, 2000. 1 DVD (56 min), son., color.

KPFA Strike. *Pamphlet distributed by strikers*. 1974. 1 pamphlet. Particular collection.

KOCH, C. On working at Pacífica. In: MCKINNEY, E. (Ed.). *The exacting ear: the story of listener-sponsored radio, and an anthology of programs from KPFA, KPFA and WBAI*. Nova York: Pantheon Books, 1966.

KOLBERT, E. Why work?. *The New Yorker*, Nova York, nov. 29, 2004. p. 154-160.

LAND, J. *Active Radio: Pacífica's brash experiment*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

LASAR, M. Hybrid highbrow: The Pacífica Foundation and KPFA's reconstruction of elite culture, 1946-1960. *Journal of Radio Studies*, Abingdon, v. 5, n. 1, p. 49-67, 1998a.

_____. Right out in public: Pacífica Radio, the Cold War, and the political origins of alternative media. *Pacific Historical Review*, Berkeley, v. 67, n. 4, p. 513-542, 1998b.

_____. *Pacífica Radio: the rise of an alternative network*. Philadelphia: Temple University Press, 1999.

LEDBETTER, J. *Made possible by...: the death of public broadcasting in the United States*. Londres: Verso, 1997.

- LEMERT, C. (Ed.). *Social theory: the multicultural, global, and classic readings*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 1999.
- LEWIS, P.; BOOTH, J. *The invisible medium: public, commercial and community radio*. Londres: MacMillan, 1989.
- LEWIS, R. *Outlaws of America: the underground press and its context*. Londres: Pelican Books, 1972.
- MCCAULEY, M. Leveraging the NPR Brand: serving the public while boosting the bottom line. *Journal of Radio Studies*, Abingdon, v. 9, n. 1, p. 65-91, 2002.
- MCGILLICUDDY, P. KPFA at 30. *Berkeley Monthly*, Berkeley, 3 maio 1979.
- MCKINNEY, E. (Ed). *The exacting ear: the story of listener-sponsored radio, and an anthology of programs from KPFA, KPFK and WBAI*. Nova York: Pantheon, 1966.
- MILAM, L. W. *Sex and broadcasting*. San Diego: MHO & MHO Works, 1988.
- NIEVES, E. The battle for Berkeley airwaves rages on. *The New York Times*, Nova York, jul. 23, 1999. Disponível em: <<http://nyti.ms/2i5dTvN>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- THERIAULT, B. Editorial. *Community Radio News*, [S.l.], v. 13, p. 3, mar. 2000.
- TRACEY, M. *The decline and fall of public service broadcasting*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- WEBER, M. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Nova York: Scribner, 1958.
- WITHERSPOON, J.; KOVITZ, R. *A history of public broadcasting*. Washington, DC: Current, 2000.

Juventude e consumo de notícias: comportamento geracional e hábitos culturais

Carla Baiense Felix

Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Mídias, redes e jovens: usos e apropriações em contextos digitais (CNPq/2014).
E-mail: carlabaienses@yahoo.com.br

Larissa de Moraes Ribeiro Mendes

Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF). Filiada ao Grupo de Pesquisa Mídias, redes e jovens: usos e apropriações em contextos digitais (CNPq/2014).
E-mail: larissamorais@uol.com.br

Helen Pinto de Britto Fontes

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ). Filiada ao Grupo de Pesquisa Mídias, redes e jovens: usos e apropriações em contextos digitais (CNPq/2014).
E-mail: brittofontes@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta os resultados da pesquisa “Juventude, produção e consumo de notícias: novas dinâmicas, usos e apropriações”. Analisamos os hábitos de 100 jovens entre 18 e 23 anos, pertencentes a dois grupos distintos: alunos do curso de Comunicação Social-Jornalismo, da Universidade Federal Fluminense, e estudantes do Pré-Universitário Popular. A análise buscou identificar a relação entre dados demográficos, hábitos de consumo e percepções, num ambiente marcado pela proliferação de conteúdos e dispositivos midiáticos. A especificidade da proposta está na investigação das formas de apropriação e consumo das notícias, um conceito, aliás, em transição, como analisamos. Buscou-se, ainda, estabelecer diferenças entre os comportamentos e crenças desse grupo etário, no que diz respeito à mídia, e dos demais extratos da população, mapeando o que seria um comportamento geracional.

Palavras-chave: Juventude; Consumo; Notícias; Cultura.

Youth and news consumption: generational behavior and cultural habits

Abstract: This article presents results of the research “Youth, production and consumption of news: new dynamics, uses and appropriations”. We have analyzed the habits of 100 young people between 18 and 23 years of age, from two distinct groups: students of the Social Communication-Journalism course of Universidade Federal Fluminense, and students of Pré-Universitário Popular. The analysis has sought to identify the relationship between demographic data, consumption habits, and perceptions, in an environment marked by the proliferation of media content and devices. The specificity of this proposal lies in the investigation of news appropriation and consumption forms, a concept in transition, as we analyze. It has also sought to establish differences between behaviors and beliefs of this age group, regarding media, and of other extracts of population, by mapping what would be a generational behavior.

Keywords: Youth; Consumption; News; Culture.

Introdução

A queda nas receitas publicitárias, junto com a redução das assinaturas, são as duas pontas visíveis do processo conhecido como a crise do impresso. A crescente onda de demissões nas redações reforça as suspeitas de que algo vai mal no mercado. De acordo com levantamento feito pelo Data Volt, em pouco mais de três anos (de 2012 a junho de 2015), 1.433 jornalistas foram demitidos dos grandes veículos brasileiros. Além disso, foram dispensados 5.205 funcionários de empresas de mídia nesse mesmo período para cortar custos.

Boa parte das explicações para a crise se concentra na percepção de que há uma migração de leitores e anunciantes para as plataformas digitais, não necessariamente para as empresas de mídia tradicionais. A entrada em cena de novas empresas – como buscadores e redes sociais – estaria deslocando o lugar a partir do qual os leitores buscam informações e abalando os alicerces financeiros dos provedores tradicionais. Se em relação a um universo de leitores maduros, que se acostumou a ler o noticiário no papel, essa hipótese pode se confirmar, o que dizer a respeito dos novos leitores, que já cresceram conectados a plataformas digitais?

Neste artigo, apresentamos os resultados da primeira etapa da pesquisa “Juventude, produção e consumo de notícias: novas dinâmicas, usos e apropriações”, realizada com apoio da Faperj (Auxílio Instalação Faperj/2014). Nela, procuramos analisar em que medida jovens estudantes da cidade de Niterói constituem um grupo específico em relação ao consumo de notícias, e de que modo variáveis como educação e renda têm impacto sobre seu comportamento, considerando o cotidiano midiático da cultura urbana contemporânea. Procuramos avaliar, ainda, o que os jovens consideram notícia atualmente, que critérios de confiabilidade das fontes estabelecem e de que maneira isso molda seu consumo.

Uma primeira consideração importante é em relação ao corte etário. Segundo o Conselho Nacional de Juventude, são jovens os indivíduos na faixa etária entre os 15 e os 29 anos. Consideramos, no entanto, que essa classificação não atenderia nossa proposta, tendo em vista a complexidade do conceito de juventude, sobretudo nos contextos latino-americano, de forma geral, e brasileiro, de modo particular, nos quais há uma clara distinção dos modos de ser jovem de acordo com a condição social, a região, o gênero, entre outras variáveis (MARGULIS; URRESTI, 1996; REGUILLO, 2013; MARTÍN-BARBERO, 2002). Nas palavras da pesquisadora Rossana Reguillo:

La pobreza define en buena medida las biografías y trayectorias juveniles en muchos países y regiones del mundo; desempleo, precariedad, inseguridad y criminalización de la juventud y la pobreza, hacen parte de la experiencia cotidiana y subjetiva de millones de jóvenes. Con este panorama, al que podría añadir cifras terribles, no es difícil imaginar que la subjetividad está atravesada por el “desencanto”. (SCOLARI, 2013)

Considerando que o ingresso no mercado de trabalho representa, portanto, o início da vida adulta, em que os jovens perdem sua moratória social (MANNHEIM apud GROPPPO, 2009), reduzimos a idade da amostra para o intervalo entre 18 e 23 anos, e consideramos como premissa para a seleção dos respondentes a ausência de vínculo trabalhista. Dessa forma, esperamos obter um universo mais “juvenil”, no sentido atribuído por Margulis e Urrestis (1996).

Optamos, ainda, por analisar dois grupos distintos, tomando como critério o ingresso na universidade. Segundo um levantamento de 2015 da Folha de S.Paulo, nas dez melhores universidades do país, a taxa de alunos na faixa de renda mais baixa é de apenas 15%¹. Sendo assim, apesar dos avanços nos últimos anos, o perfil dos estudantes de faculdades públicas no país não espelha a diversidade da população jovem. Essa falta de representatividade de diferentes grupos nos levou a entrevistar estudantes que participam do Pré-Universitário Popular, um curso pré-vestibular mantido por professores e monitores da Universidade Federal

¹ Em 2015, a compilação dos dados socioeconômicos dos calouros de 7 das 10 universidades mais bem colocadas no Ranking Universitário da Folha (RUF) levantou ainda que pouco mais de 40% dos estudantes vieram do ensino médio público, rede que atende a 87% dos alunos do país. Além disso, 27% dos alunos dessas instituições são pretos ou pardos, enquanto a média da população é de 51%, segundo o censo do IBGE (2010).

² Agradecemos a gentileza dos coordenadores e alunos do Pré-Vestibular Popular, que funciona no Instituto de Engenharia da UFF, de nos receber e participar desta pesquisa.

Fluminense (UFF)², buscando analisar de que forma variáveis como educação e renda podem ter impactos sobre os hábitos e preferências de consumo midiático.

Na primeira etapa da pesquisa, desenvolvemos um questionário semiestruturado, com 47 perguntas, produzido no Google Forms e disponibilizado on-line. O questionário foi elaborado tendo em vista conjuntos de dados considerados relevantes para a análise, quais sejam: situação socioeconômica; acesso e utilização de diferentes tipos de produtos de mídia; acesso e utilização de diferentes tipos de tecnologias de comunicação e informação; acesso a notícias em diferentes tipos de mídia/suporte; preferências de uso, acesso e tipo de notícias (incluindo locais e plataformas); usos e apropriações da notícia em rede; confiabilidade de fontes de notícias.

O instrumento foi testado num grupo de controle, com indivíduos da mesma faixa etária da pesquisa, a fim de dirimir dúvidas e reformular questões mal compreendidas. Percebemos, por exemplo, a distinção entre informação e notícia para o grupo: informação pode se referir a quase tudo e se originar de qualquer fonte. Notícia, no entanto, é o que se enquadra na produção jornalística, de fonte formal ou não, mas obedecendo a determinados critérios (linguagem, apresentação, tema). Dessa forma, definimos em torno de “notícia” nossos questionamentos.

³ Ver, por exemplo, BAIENSE, C. F. et al, 2016.

Os resultados obtidos na aplicação do questionário à primeira amostra – estudantes de graduação da UFF – já foram explorados em outros trabalhos³. Neste buscamos, a partir do conjunto de dados, vistos de forma comparativa, vislumbrar o que é comum, ou seja, geracional, na forma como a juventude se relaciona com a mídia em geral e com as notícias em particular, e o que é específico de grupos com diferenças de educação e renda. Em outras palavras, pretendemos, a partir da juventude e de sua forma particular de relacionar-se com a mídia e com o universo noticioso, captar as transformações na estrutura de sentimento do contemporâneo, tal como propõe Williams:

Uma experiência social que está ainda em processo, com frequência não reconhecida como social, mas como privada, mas que na análise (e raramente de outro modo) tem suas características emergentes, relacionadoras e dominantes, e na verdade suas hierarquias específicas. Essas são, com frequência, mais reconhecíveis numa fase posterior, quando foram (como ocorre muitas vezes) formalizadas, classificadas e em muitos casos incorporadas às instituições e formações. (WILLIAMS, 1979, p. 134)

É esta reflexão, iniciada agora, que procuraremos aprofundar em outras etapas da pesquisa.

Resultados

De forma geral, confirmou-se a hipótese de haver um nível maior de educação e renda no núcleo familiar dos estudantes de graduação da UFF. Enquanto apenas 16,7% dos entrevistados nesse grupo afirmaram ter uma renda familiar de 1 a 3 salários mínimos, entre os estudantes de pré-vestibular 53,1% se enquadram nessa faixa de rendimentos. Em relação ao nível de escolaridade do membro mais velho da família, 43,9% dos estudantes do primeiro grupo indicaram ser de nível superior, enquanto no segundo grupo, o percentual cai para 20,4%. Perguntados sobre a presença de algum membro do núcleo familiar com nível superior, 72,6% dos primeiros entrevistados disseram havê-la. Já no outro grupo, de pré-vestibulandos, a presença cai para 42,9%, e há ainda um percentual de famílias em que o membro mais velho não tem escolarização formal (6,3%). Esse dado aponta para a relação entre escolaridade e renda, mas também para a configuração familiar dos estudantes. Embora a maior parte more com o pai (69%) e a mãe (89%), 18% ainda vivem com avô/avó. É justamente entre os idosos que se concentram os maiores índices de analfabetismo da população brasileira⁴.

⁴ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012, a taxa de analfabetismo tem sido maior nos grupos de idades mais elevadas. Enquanto a média nacional é de 11,9%, entre a população de 60 anos ou mais é de 24,4%.

Os estudantes da UFF por sua vez, moram em sua maioria com pai (54,5%) e mãe (66,7%). Mas um percentual importante (22,7%) também vive distante da família, revelando arranjos típicos da vida universitária (república, locação de vagas em casas de família), ou mesmo algum tipo de relação estável (companheiro/companheira), uma vez que nenhum entrevistado indicou que mora sozinho.

Reforçam as diferenças socioeconômicas o local de moradia dos entrevistados. Enquanto os graduandos da UFF se dividem entre os bairros do Rio de Janeiro e de Niterói, sendo que entre esses predominam os das áreas mais nobres da cidade, os demais moram, em sua maioria, em bairros e municípios periféricos em torno de Niterói. Há ainda uma pequena diferença em relação à idade nos dois grupos, com ligeira discrepância entre as faixas etárias majoritárias: no primeiro grupo predominam os entrevistados com 19 anos (28,8%), enquanto no segundo a idade com maior representatividade é de 18 anos (40%), revelando a força da moratória social no grupo com menor renda.

É contra esse pano de fundo que pudemos examinar as aproximações e distanciamentos em relação aos meios de informação, às plataformas de acesso ao noticiário e mesmo à predileção em relação ao formato da notícia. Embora lidando com o ambiente digital, os jovens ouvidos na UFF afirmaram, por exemplo, preferir o acesso às notícias sob a forma de texto (89,4%), embora apareça um grande interesse no acesso via fotografia (59,1%), vídeos (47%) e infografia (33,3%). A multimídia, linguagem nativa da rede, aparece em quinto lugar, com 27,3% das preferências. *Quizzes*, jogos e outros formatos totalizam 7,5%.

Mesmo entre os jovens de menor escolaridade e renda predomina a predileção pelo formato textual, embora apareça um interesse maior pelos formatos audiovisuais. Nesse grupo, o texto permanece como linguagem preferida (85,7%), seguido pelos vídeos e fotos (ambos com 61,2% das respostas), multimídia (26,5%), infografias (14,3%), jogos (8,2% das respostas) e *quizzes* (6,1%).

Não podemos determinar as causas para a predileção dos jovens por esse formato, mas é possível relacionar tal preferência com o capital simbólico das empresas de comunicação, sobretudo com a tradição dos jornais impressos; ou mesmo considerar que ao optarem por esse formato estariam buscando distinção (BOURDIEU, 2007), uma vez que a escrita, no Ocidente, tem maior valor cultural. O fato é que, apesar de afirmarem a predileção pelo texto, não há uma tradução desse gosto no consumo de jornais. A leitura dos impressos em si está mais ligada à formação acadêmica e ao letramento do público, como se observa a partir dos dados.

Os jovens estudantes de jornalismo não apenas afirmam ter um contato frequente com os jornais – independentemente do suporte –, mas também se dizem familiarizados com a leitura de livros, estes predominantemente impressos. Os livros estão presentes em 83,3% das famílias desse grupo de entrevistados, e 63,7% afirmam ler mais de cinco livros por ano.

Relacionando os resultados de ambas as amostras, podemos afirmar que os que têm maior disponibilidade de livros em casa são também os que mais leem, o que vale tanto para livros quanto para jornais. No grupo do pré-vestibular, no qual predomina a posse de até 50 livros (51%), a maior parte dos entrevistados lê até 5 volumes por ano (61,2%). No outro extremo, entre os alunos da UFF, em que um percentual importante tem mais de 100 livros em casa (31,8%), a maior parte dos respondentes costuma ler de 6 a 12 livros (37,9%) por ano, sendo que outros 25,9% leem mais de 12, opção que não foi assinalada pelos alunos do pré-vestibular. Chama atenção, ainda, o alto percentual de entrevistados nesse grupo que marcou a resposta “não sei/NRA” (18,4%), que contemplava as famílias que não possuíam livros paradidáticos.

Na leitura de jornais, a diferença entre os dois grupos pesquisados é ainda maior. Apenas 6,1% dos pré-vestibulandos leem jornais todos os dias, contra 25% no grupo dos estudantes de jornalismo. Os outros 75%, no entanto, afirmam ler periódicos pelo menos alguns dias por semana. Ainda que a leitura seja predominantemente on-line (66,7%), o jornal está presente de forma mais consistente no cotidiano dos jovens universitários.

⁵ Segundo o estudo, é entre os jovens dos 16 aos 25 anos que aparece o menor percentual de leitura de jornais impressos: 78% dos respondentes da pesquisa afirmam que nunca leram ou não leem jornais em nenhum dia da semana.

Já no grupo com menor escolaridade, destaca-se o percentual daqueles que dizem nunca ler jornal: 53,1%. Apesar disso, o índice é menor que o apresentado pela Pesquisa Brasileira de Mídia 2014, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República⁵. As assinaturas impressas todos os dias praticamente não existem entre os alunos do pré-vestibular (2,2% das respostas), mas ainda estão presentes na vida de 22,5% dos estudantes de jornalismo.

É curioso que o papel, suporte em declínio, supere os demais em relação à plataforma mais usada entre os pré-vestibulandos que leem jornal, tendo sido apontado por 30,6% dos jovens, seguido pelo suporte on-line (28,6%) e pelos aplicativos (2%). Já entre os estudantes de jornalismo há uma inversão, com o uso intensivo do recurso on-line, por 66,7% dos entrevistados, contra 13,6% da leitura em papel. A leitura on-line é bem maior no grupo no qual a leitura é mais intensa e frequente.

De modo geral, portanto, o cenário apontado pelos jovens revela que, mesmo nessa geração, há uma sobreposição entre leitura em papel e digital. Não apenas é mais intrínseca a relação entre os que leem com maior frequência (livros, jornais impressos) e os que leem notícias na internet, como também, para o grupo com maior escolaridade, não há uma clara diferenciação entre os variados suportes, uma vez que a convergência já se instalou na forma de se relacionar com as fontes de informação.

Já os jovens estudantes do pré-vestibular fazem uma diferenciação mais rígida entre os meios, ainda que reconheçam o pertencimento dos portais às mesmas empresas de comunicação que jornais e TVs. Neste caso, quando dizem jornal, se referem especificamente ao produto físico.

A preferência por jornais convencionais é notada em ambos os grupos: no grupo do pré-vestibular aparecem, por ordem de citação, *O Globo* (8 menções); *Extra* (5); *O Estado de S. Paulo* (4); *Folha*, *BBC*, *Lance!* e *O Fluminense* (com 2 menções cada). Também foram citados *Carta Capital*, *G1*, *Flipboard* e *Techmundo* entre os pré-vestibulandos.

No grupo de graduandos, *O Globo* igualmente foi o mais citado (18 vezes), seguido da *Folha de S. Paulo* (6), *O Dia* (5), *O Estado de S. Paulo* (4), *G1* (4) e *Extra* (4). Mas surgiram também menções a mais veículos fora do eixo da grande imprensa, como *Pragmatismo Político* (2 citações), *O Cafezinho*, *El País*, *Caros Amigos* e *Piauí* (todos com 1 citação). Os jornais *Lance!*, *O Fluminense* e *Folha Dirigida* também foram lembrados. Podemos dizer que, embora a leitura de jornais seja baixa entre os jovens, a imprensa convencional tem um espaço relevante nas suas preferências, inclusive em termos de credibilidade – como veremos a seguir.

Em relação à TV paga, há uma inversão (mas não na mesma proporção) dos resultados observados em relação a impressos, com 78,8% das famílias dos universitários dispondo do acesso a canais por assinatura, em comparação a 81,3% das famílias dos pré-vestibulandos. A TV é um meio muito importante para essa população – como veremos em outras questões –, e parece haver uma ligação entre a cultura predominantemente audiovisual e o nível de escolaridade/renda.

Confiabilidade das fontes de notícias

É interessante notar que a diferença em relação à presença dos impressos na vida dos jovens também se revela no nível de confiabilidade nos jornais das duas amostras. Quando perguntados sobre que tipo de fonte de informação consideram mais confiável, para a maior parte dos universitários a resposta é o jornal (45%). Acreditamos não se tratar aqui simplesmente do jornal impresso (apenas duas respostas se referiam explicitamente a esse suporte), mas de veículos que mantêm ou mantiveram versões impressas.

Já para o outro grupo, o jornal é citado em 2% das respostas. O que o percentual revela, mais que desconfiança, talvez seja desconhecimento ou distanciamento do produto.

A TV é apontada por essa amostra em 20% dos casos como fonte mais confiável, percentual próximo ao citado pelos universitários (24,6%). A diferença mais marcante se dá em relação à confiança na internet. Esta é citada tanto associada a portais (17%) quanto de forma genérica (25%), com uma frequência mais importante pelo grupo de estudantes de pré-vestibular (42%) do que pelo grupo de graduandos (11,6%).

Para os alunos de jornalismo, aliás, produtos nativos da internet – como blogs e redes sociais – se revelam como fontes de notícias menos confiáveis entre todas as outras. Os blogs aparecem em primeiro lugar, com 31% das respostas. Em seguida, vêm as redes sociais e os amigos/pessoas, que somados representam 11% das respostas. Podemos considerar, então, que, para 42% dos respondentes nesse grupo, notícias publicadas em canais desvinculados de grupos de comunicação têm menos confiabilidade que aquelas publicadas por grupos de mídia.

A partir disso talvez possamos interpretar a resposta dos jovens em relação às notícias que recebem através das redes sociais: 97% dizem ir sempre ou eventualmente à fonte da notícia. Embora nem sempre confiem no que é publicado nelas, são um importante ponto de contato com a informação.

Dessa maneira, podemos inferir que as redes sociais são quase sempre a porta de entrada a partir da qual os jovens ingressam no universo noticioso. Mas para eles é preciso confirmar a procedência – que nesse caso significa, ainda, confiabilidade – do que aparece na *timeline*. Os dados, portanto, confirmam a importância estratégica das redes para os veículos de comunicação e portais online. Ao mesmo tempo, revelam o poder simbólico dos grandes grupos midiáticos na produção de conteúdo noticioso.

Essa percepção é reiterada na questão sobre o compartilhamento da informação. Uma boa parte dos alunos da UFF não compartilha notícias a partir das redes sociais (40,9%). Em relação aos que compartilham, 37,9% o fazem a partir de sites, 36,4% a partir de portais e 34,8% a partir da própria *timeline* – índice bastante alto, coerente com o fato de que os respondentes são estudantes de jornalismo que aprendem a buscar a informação na sua fonte original e a fazer sua checagem.

Pudemos observar que no pré-vestibular o percentual dos que compartilham direto da *timeline* é menor (26,5%). Já outros 24,95% compartilham a partir de sites e 32,7% a partir de portais. Uma boa parte dos alunos não compartilha: 38,8%.

Na comparação entre as categorias de estudantes, verificamos a necessidade de aprofundar e entender melhor esses dados na próxima etapa qualitativa da pesquisa. Considerando que a presença de determinados conteúdos na *timeline* depende da própria relação que o indivíduo estabelece com sua rede social (calculada por um algoritmo), o menor percentual de compartilhamento entre os pré-vestibulandos pode indicar, por exemplo, que conteúdos noticiosos apareçam com menor frequência para esse grupo.

De fato, para esses entrevistados, as redes sociais aparecem como fonte de notícias em 69,4% das respostas, empatadas com os portais de notícias. Em seguida, vêm os sites de jornais (61,2%), sites de revistas (28,6%) e sites de TV (24,5%).

Embora o grupo tome contato com noticiário via internet (de modo mais amplo) e a considere como meio confiável, revela uma preocupação menor em relação ao conteúdo noticioso que circula através dela. Parece que há entre esses jovens e as plataformas em rede (blogs, mídias sociais, sites noticiosos) uma relação diferente, voltada para outros tipos de aplicação (interação, pesquisa, busca de emprego, conhecimentos gerais). Isso se manifesta ao longo do questionário em alguns momentos, como no tipo de notícias que mais interessa (o que seria a rubrica “Cidade” quase não aparece, com um interesse maior em questões macropolíticas ou sociais) e na baixa citação das redes sociais como fonte confiável ou não confiável de informação.

Outra possibilidade para analisar essa relação é pensar até que ponto o conceito de notícia, para esse público, se vincula estritamente ao factual, ou obedece aos

valores-notícia tradicionais – como atualidade, ineditismo, proximidade. Talvez a notícia, nesse caso, se insira em outras lógicas, não captadas por esta pesquisa, a partir das quais os jovens recebem ou buscam informação especializada.

A fim de entender o nível de retenção ou atenção dada por ambos os grupos àquilo que leem nas redes, acrescentamos uma pergunta a respeito da última notícia recebida pelos entrevistados. A resposta mais ouvida entre os universitários foi “não me lembro/não consumi notícias”, com 25% de menções. As outras respostas, no entanto, confirmam os tipos de notícia que mais despertam o interesse desses jovens: cidade/cotidiano, 16,6%; esportes, 13,6%; política, 13,6%; cultura, 10,6%; economia 7,5%; internacional 7,5%; e sociedade⁶, 4,5%. Nesse sentido, a pesquisa reitera os formatos de notícia que mais circulam nos portais, ou seja, política/economia/cidade. Mas revela, também, que o consumo se dá num nível muitas vezes superficial ou desfocado, um consumo difuso ou disperso, típico das múltiplas telas e da mobilidade.

⁶ Sob Sociedade agrupamos as matérias que tratam de questões políticas contemporâneas, mas não nos moldes tradicionais, como feminismo.

Bens, serviços e acesso a notícias

Buscamos entender, a partir dos questionários, como é a relação de posse e utilização dos jovens em relação aos vários dispositivos midiáticos presentes no cotidiano e como se desenvolvem hábitos e protocolos de consumo em torno destes. Conforme se percebe, dispositivos mais antigos podem ter deixado de ter protagonismo nos lares, mas não desapareceram nem foram substituídos. Mesmo nas casas de graduandos da UFF, com renda e escolaridade maiores, onde as taxas de substituição de produtos tendem a ser maiores, notebooks e aparelhos de TV dividem praticamente o mesmo espaço, com percentuais de penetração bem próximos. Computadores de mesa têm menos importância, mas telefones fixos mantêm forte presença. Em relação a serviços, a assinatura de jornais e de TV paga é bem menor que a de internet. Mas não há dados que apontem para a diminuição, o aumento ou a manutenção dos níveis desses serviços.

Nas casas dos alunos de pré-vestibular, telefones fixos têm quase tanta importância quanto os celulares, em termos de penetração. Os livros são citados tanto quanto os computadores e mais que os notebooks. Os aparelhos de rádio aparecem mais que os *tablets*. As assinaturas de TV e jornal são a minoria, mas nada indica que tenha havido uma redução ou migração destas para plataformas digitais. É possível que, em relação aos jornais, por exemplo, seja mesmo um hábito cultural: o baixo índice de leitura ou a compra de exemplares avulsos – uma vez que a venda de jornais populares se dá em bancas, não por assinatura – não é um fenômeno novo, mas, ao contrário, aponta para uma continuidade.

Apesar da sobreposição de meios, em relação a fontes de notícia a internet assume o protagonismo, com 85% dos graduandos da UFF citando sites, portais, jornais on-line e redes sociais como sua fonte principal, e 11% indicando a TV. Em relação ao dispositivo, a TV tem importante presença, com 73% das citações, o que revela uma característica interessante do público na relação com o meio. A discrepância entre as respostas dadas para “fonte” e “dispositivo” parece mostrar uma diferença qualitativa, e não necessariamente quantitativa, na interação dos jovens desse grupo com a TV. O telefone celular é apontado como dispositivo para acesso a notícias mais importante por ambas as amostras: 87,9% dos jovens do primeiro grupo e 79,6% do segundo.

A predileção pelo celular, no entanto, não significa uma escolha pela mobilidade, já que, em 75,7% das respostas dos universitários, a casa é apontada como o lugar a partir do qual os jovens consomem notícias. As duas outras respostas mais citadas são a faculdade (18,8%) e o estágio (19,6%). Só 9% dos entrevistados apontam a rua como local de acesso. O uso do celular, portanto, associa-se a outras questões que podemos investigar, tanto de ordem financeira (custo) quanto de ordem cultural (privacidade, portabilidade) e tecnológica (linguagem).

A relação entre fonte de notícia e dispositivo de acesso mostra uma pequena diferença entre os dois grupos. Os alunos de pré-vestibular indicam a internet

como principal fonte (69%), seguida pela TV (34%). O resultado é coerente com o dispositivo apontado – 79,6% para TV, contra 76,6% para celular –, ainda que revele uma desproporção. Embora a TV tenha um número de citações importante, não parece que desempenhe tamanho protagonismo no fornecimento de notícias. O uso simultâneo de dispositivos para consumo de notícias é indicado por 65,5% dos entrevistados. As situações em que esse consumo se dá explicitam melhor o ambiente midiático em que os jovens se inserem: em casa, assistindo TV e checando o *feed* de notícias ou acessando outras redes sociais, estudando e fazendo pesquisas em diferentes dispositivos simultaneamente.

A internet na vida dos jovens

A análise dos questionários nos permitiu confirmar a impressão de que o acesso à internet figura como uma prioridade para jovens estudantes de diferentes camadas sociais, ao menos num centro urbano como Niterói. Entre os dois grupos pesquisados despontam diferenças quanto a meios e locais de acesso, usos e frequência de navegação, entre outras, mas não na concretização do acesso. Não há um único entrevistado que não use a internet, sendo o telefone o canal mais disponível e também o mais utilizado, muito à frente dos demais. 98% dos estudantes do pré-vestibular e 100% dos universitários dispõem de celulares em suas famílias para acesso à web. O acesso efetivo à rede através do celular é, respectivamente, de 85,7% e de 97%. Provavelmente, a diferença para os 100% é relativa aos alunos que ainda não têm o próprio smartphone.

Atrás do celular, o notebook é o meio de acesso à internet mais presente entre as famílias, com 93,7% de citações entre os universitários e de 71,4% entre os alunos do pré-vestibular. No caso do computador, a disponibilidade é de 70% para ambos os grupos. O acesso à rede via *tablets* é de 43,9% e de 30,6%, respectivamente. A explicação provável para a diferença está no maior poder aquisitivo dos estudantes de graduação.

A conexão à internet se dá, em primeiro lugar, a partir de redes *wi-fi* privadas, para os dois grupos, com percentuais de 87,8% entre os vestibulandos e de 98,5% entre os graduandos. Em seguida, no grupo do pré-vestibular, vêm 3G, *wi-fi* pública, 4G, cabo e 2G. Já entre os graduandos da UFF o acesso via 3G supera o *wi-fi* público. Depois, a ordem de uso é a mesma.

A própria casa é o principal local de acesso para os dois grupos, e também o mais frequente. Entre os locais preferidos, de acordo com pergunta em que era necessário escolher uma opção apenas, a casa aparece como opção de 77,3% dos graduandos e de 87,8% dos vestibulandos.

Possivelmente pela preocupação com segurança, associada ao fato de que muitos dependem de redes de *wi-fi* para estabelecer conexão, o acesso da rua é bem inferior, principalmente para o grupo de estudantes do pré-vestibular. Na pergunta com direito a múltiplas respostas, esse tipo de acesso foi marcado por 46,9% dos estudantes do cursinho e por 78,8% dos universitários, mas é o local mais frequente para somente 8,2% do primeiro grupo e 16,7% do segundo.

As notícias via redes sociais

Apesar dos cenários diversos, em que um grupo se prepara para entrar no universo acadêmico, enquanto o outro já está inserido nesse ambiente, os jovens já consolidaram o hábito de consumo de notícias via internet: 98,5% dos universitários se informam através da rede, e estudantes pré-vestibulandos também possuem o mesmo hábito, com um índice pouco menor, de 91,8%. Essa utilização massiva da internet para se informar antecipa a tendência apresentada também pelo brasileiro em geral. De acordo com a quarta edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, 52% dos perguntados usam a internet para ler notícias e informações em geral, dos quais 59% são jovens entre 14 e 18 anos.

O acesso às notícias se dá principalmente pelo Facebook, seguido por Facebook e Twitter ao mesmo tempo. Embora sejam do curso de jornalismo e tenham acesso a produtos específicos da ordem da produção de notícias e conteúdo, além de meios de comunicação diversos, os estudantes pesquisados se informam apenas pelo Facebook, em 40,90% dos casos, e pelo Facebook e pelo Twitter juntos, em 31,81% das respostas. Os alunos de pré-vestibular que usam de forma conjunta o Facebook e o Twitter para as notícias são 32,25%, seguidos pelos que, além dessas duas, incluem o Instagram (16,12%) e por aqueles que só as acessam através do Facebook (12,9%).

O resultado nos chama atenção uma vez que os estudantes se preparam para uma formação que privilegie investigações e buscas pela informação isenta, através de atitudes inovadoras e fora do senso comum, em prol da construção do pensamento crítico. Num primeiro momento, faz-nos pensar o fato de estudantes de jornalismo se satisfazerem somente com esta fonte, o Facebook, que é replicadora e intermediadora de outros sites. O futuro jornalista está com acesso às notícias num contexto mais “limitado” e se satisfaz com isso, sem apurar mais detalhadamente a informação recebida.

Talvez, pela grande oferta de informações diversas e irrestritas, o hábito diferenciado seja o de ir até o site de origem para ler e se aprofundar nas informações, mas o cenário apontado carece de maior investigação. A maioria dos futuros formadores de opinião apontaram que têm tal atitude às vezes (51,5%), contra 45,5% que vão sempre até o site de origem. A permanência na *timeline* também acontece entre os que se preparam para entrar na graduação, quase na mesma proporção: 53,1% o fazem às vezes, contra 32,7% que sempre seguem para a fonte de informação.

De maneira geral, tais dados mostram que, apesar de o acesso às notícias ocorrer inicialmente através das redes sociais, os jovens não as enxergam como canal confiável e, por isso, não compartilham as informações diretamente, ou, se compartilham, o fazem depois de irem aos sites originais da informação.

Um bom tempo de conexão é dedicado ao acesso a notícias: de 30 minutos a 1 hora, por 42,4 % dos respondentes universitários, e de 1 a 3 horas, por 34,8% deles. O percentual utilizado da conexão para notícias também indica essa relevância: 43,9% dos pesquisados dedicam até 30% dela, enquanto 34,8% utilizam de 30% a 50%. Entre os pré-vestibulandos, a notícia ocupa um tempo menor da conexão: 51% dos estudantes permanecem de 30 minutos a 1 hora em contato com noticiário, e 18,4% ficam de 1 a 3 horas dedicados ao acesso. Em termos percentuais de conexão, 42,9% dos que se preparam para o vestibular gastam até 30% desta, enquanto 28,6% utilizam de 30% a 50%, e 20,4% dos respondentes utilizam menos de 10% da conexão em busca de notícias.

Tais dados apontam que já existe um olhar mais atento às notícias e, conseqüentemente, ao jornalismo, mesmo antes de o jovem amadurecer intelectual e profissionalmente. Num primeiro momento, podemos pensar na busca por essas informações apenas como ferramenta para a realização de uma boa prova. Mas nossa reflexão torna-se mais abrangente ao olharmos mais de perto para os índices dos que vão em busca da informação em suas fontes de origem, como portais e sites de informação.

Considerações finais

Numa análise a respeito da disponibilidade de meios de acesso, fica clara a hipermediatização do cotidiano dos jovens entrevistados, independentemente da sua classe social. Da mesma forma, percebemos uma intensa exposição ao noticiário. Através de várias plataformas e dispositivos, os jovens acessam, espontânea ou casualmente, um universo de notícias muito maior que o das gerações anteriores.

A circulação de informações tende a ser maior entre os grupos com renda e escolaridade maiores, incluindo aí a escolaridade dos membros da moradia. O fato de haver um número maior de dispositivos conectados à rede nas famílias

dos extratos mais abastados, o maior tempo de conexão e a diversidade de formas de acesso a notícias, incluindo jornais diários e TVs por assinatura, indicam um ambiente com maior disponibilidade de informação.

De modo geral, o cenário apontado pelos jovens da UFF revela que há uma relação entre os que leem com maior frequência (livros, jornais impressos) e os que leem mais notícias na internet. Da mesma forma, mostra que o jornal, para este público, já não se liga exclusivamente ao seu suporte, levando para a internet suas propriedades, como a confiabilidade.

Parece que os jovens do pré-vestibular fazem uma diferenciação mais rígida entre os meios, ainda que reconheçam o pertencimento dos portais às mesmas empresas de comunicação que jornais e TVs. Nesse caso, quando dizem jornal, referem-se especificamente ao produto físico.

Quando os alunos da UFF apontam uma baixa utilização da TV como fonte de notícia, de maneira desproporcional ao uso da TV enquanto dispositivo de acesso a noticiários, talvez eles estejam indicando uma mudança qualitativa em relação à credibilidade do noticiário produzido pelos canais televisivos. Ainda que acessem notícias por meio das TVs, não é a partir delas que se “informam” verdadeiramente – apesar de a maioria das citações se referir a portais e sites de notícias controlados pelos mesmos meios de comunicação que controlam as emissoras.

A mesma incongruência é apontada pelos estudantes quando consideram os jornais como fontes de notícia mais confiáveis, a despeito de sua filiação aos mesmos grupos de comunicação que controlam sites, emissoras de rádio e TV. Ao que parece, o formato noticioso, em certa medida, condiciona a credibilidade da informação. Os estudantes de jornalismo são também naturalmente mais críticos em relação à confiabilidade das redes, em relação ao segundo grupo. Não é possível associar esses dados simplesmente a um aumento de renda e escolaridade, tampouco desprezar o fato de que estudantes de jornalismo recebem uma formação mais crítica em relação ao que circula nas redes. De todo modo, as diferenças em relação ao nível de confiabilidade encontradas entre os jovens mostram que os fatores geracionais influenciaram, sem dúvida, o hábito em relação ao consumo de notícias, mas ainda não alteraram as crenças e a escala de valores quando se trata de confiabilidade.

Embora ainda se careça do aprofundamento que pretendemos fazer em etapas posteriores da pesquisa, podemos perceber, preliminarmente, duas forças distintas, e não necessariamente antagônicas, operando no consumo noticioso dos jovens: por um lado, o papel da tradição, expresso na predileção pelo formato impresso, na confiabilidade dos jornais e na escolha das fontes de notícias. Por outro, a convergência, que dilui diferenças rígidas entre suportes, meios e mídias. São tendências que moldam os hábitos, usos e apropriações em ambientes digitais e que revelam caminhos para o desenvolvimento de novas relações com as audiências.

Referências

BAIENSE, C. F. et al. Confiança e consumo da mídia impressa entre jovens: apontamentos a partir da Pesquisa Brasileira de Mídia. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 22, jan./jun. 2016.

_____. O futuro do jornalismo: como os estudantes da UFF consomem notícias. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa Brasileira de Mídia*, 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014a. Disponível em: <<https://bit.ly/1FAvjZC>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BOURDIEU, P. O capital social – Notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. PNAD 2012: Cai o percentual de pessoas sem instrução. *Portal Brasil*, 27 set. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/o5tfLi>>. Acesso em: 28 maio 2017.

GROPPO, L. A. O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 26, p. 37-50, 2009.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil*, 4ª edição. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2w2593W>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (Org.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

_____. *Ofício de cartógrafo*. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

PORTO, W. Estudante típico das 10 melhores está distante da média brasileira. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/xwwa2s>>. Acesso em: 9 set. 2016.

SCOLARI, C. A. *Ser joven nunca fue fácil*. Entrevista a Rossana Reguillo. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/1hPdJLQ>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

VOLT DATA. *A Conta do Passaralho*. Disponível em: <<https://goo.gl/jsuAVy>>. Acesso em: 9 set. 2016.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Fanpages de viagem – Uma análise sobre o Facebook como suporte da memória coletiva¹

Andréa Braga Santiago de Sá

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Roraima (2009). Especialista em Jornalismo Digital pela Universidade Internacional de Curitiba (Uninter). Jornalista concursada da Universidade Federal de Roraima (UFRR) desde 2012. Mestranda em Comunicação na Universidade Paulista (Unip). E-mail: andreasaj7@gmail.com

Barbara Heller

Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1990). Doutora em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Pós-doutora em Comunicação pela Universidade Metodista (2011), e pela Escola de Comunicação e Artes da USP (2015). Docente e Vice-coordenadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Comunicação da Universidade Paulista (Unip). E-mail: b.heller.sp@gmail.com

Resumo: Estudar se e como se manifestam as narrativas de memórias no Facebook se faz fundamental para pensarmos os relatos de viagem como fonte documental. O presente artigo tem a proposta de discutir teoricamente se as *fanpages* (páginas de fãs) disponíveis no Facebook são um suporte atual de memória coletiva. Foram observadas as *fanpages* *Por Uma Vida Sem Arrependimentos* e *100 Frescura e 1000 destinos*, selecionadas graças ao elevado número de postagens e seguidores no ano de 2017. Para tanto, nos apoiamos em Beatriz Sarlo, Priscila Perazzo e Maurice Halbwachs para as reflexões teóricas. Avaliamos que essas postagens caracterizam-se como narrativas da memória na contemporaneidade, graças à tecnologia que envolve as mídias digitais e as redes sociais.

Palavras-chave: Memória coletiva; Narrativas de viagem; *Fanpages*.

Travel fan pages – An analysis about Facebook as a collective memory support

Abstract: Studying whether and how memory narratives are expressed on Facebook is substantial to consider if travel reports are documental sources. This article proposes to discuss, theoretically, if fan pages available on Facebook are a current support of collective memory. The fan pages *Por Uma vida Sem Arrependimentos* and *100 Frescura e 1000 destinos* were chosen due to their high number of posts and followers, in 2017. For this purpose, we followed Beatriz Sarlo, Priscila Perazzo and Maurice Halbwach's theoretical reflections. We concluded that these posts are characterized as memory narratives in the contemporary world, thanks to the technology involving digital media and social networks.

Keywords: Collective memory; Travel narratives; Fan pages.

¹ Versão atualizada do artigo aprovado no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), na Universidade Positivo, Curitiba, de 4 a 9 de setembro de 2017.

Introdução

Quando, em 1500, os portugueses se depararam com o Brasil e as diversas nações indígenas que compunham a população local, trataram de produzir o primeiro documento escrito sobre as novas terras: a *Carta do Descobrimento*, de Pero Vaz de Caminha (CASTRO, 2003). Considerada pelos historiadores como a certidão de nascimento do novo país, a carta tratava das impressões do escriba sobre a fauna, a flora, a população local e a travessia do oceano Atlântico. Hoje em dia, tal documento, bem como as cartas de Cristóvão Colombo, Américo Vespúcio e de outros viajantes enviados pelas cortes europeias às colônias, permitem interpretar a visão eurocêntrica sobre o Novo Mundo e a forma violenta como a cultura europeia foi imposta aos habitantes desses territórios.

Castro (2003) denomina de “literatura de testemunho” esse tipo de texto e esclarece que ela se manifesta em dois gêneros textuais predominantes: cartas ou diários.

É importante destacar que, apesar de esses conhecidos relatos de viagem terem sido aceitos oficialmente como fonte documental, há uma discussão entre os historiadores se devem ser entendidos como tais na contemporaneidade. Schemes (2013) ressalta que para um relato de viagem ser considerado documento, se faz necessário situar cada deslocamento com o contexto histórico imediato em que ele está inserido. Outro aspecto importante é buscar compreender a trajetória do viajante e o conhecimento prévio que ele tem do lugar de destino.

Já Junqueira (2011) reconhece os relatos de viajantes como *corpus* documental, mas pondera que são pouco definidos e que é necessário considerarmos em qual etapa da viagem o relato foi escrito, fator que determina diferenças no resultado final.

Independentemente de seu conteúdo ser considerado oficial ou não, é certo que esses relatos ajudaram a “des-cobrir” um mundo ainda “en-coberto” para muitas pessoas, influenciando, assim, a visão construída acerca dele. Os relatos de viagem também serviram e servem como fontes importantes para estudos que procuram entender os fenômenos do passado e suas relações com o presente. Enfim, são elementos plenamente formados por e para memórias.

Inspirados pela noção de que a memória coletiva se manifesta por intermédio de diversos formatos de registro, observamos que no contexto contemporâneo a internet tem revolucionado as maneiras por meio das quais as pessoas podem se manifestar acerca de suas experiências, motivando, assim, as ciências humanas a se reinventarem e abrirem espaço para adaptações metodológicas e novos paradigmas. Os relatos e cartas do passado, usados como registros históricos de uma memória que foi compartilhada e se tornou coletiva, também vêm sendo afetados pela mudança tecnológica e nessa discussão, mais especificamente, pela internet.

Dentre as diferenças atuais, destacamos que viajantes, desde que encontrem conexões gratuitas com a internet, contam com um espaço instantâneo para o relato das suas experiências, percepções e descrições de viagem. Para isso, fazem uso de redes sociais como Facebook, Instagram (mais voltado para fotos) e Snapchat (veiculação de vídeos), produzindo um espaço privilegiado para discussões sobre memória, narrativas de viagens e interação.

A nossa proposta, por meio deste texto, é produzir algumas reflexões teóricas sobre as narrativas de viagem no Facebook, entendendo-as como registros contemporâneos de uma memória coletiva. Partimos da seguinte questão: *fanpages* de viajantes que disponibilizam seus relatos servem como *corpus* para o estudo de memórias coletivas?

Acreditamos que a internet e, principalmente, as redes sociais têm mudado a forma como os jovens lidam com os processos da memória, sendo fundamental compreendermos como ocorrem. Para isso precisamos de direcionamentos teórico-metodológicos que deem conta do fenômeno.

É importante destacar que selecionamos como *corpus* as narrativas de viagens produzidas por duas jovens mochileiras em suas *fanpages* no Facebook, sendo elas

Pâmela Marangoni (produtora da página *100 frescura e 1000 destinos*) e Dwanne Almeida (responsável pela produção da página *Por Uma Vida Sem Arrependimentos*). Ainda que este seja um texto essencialmente teórico, é preciso levar em consideração essas *fanpages*, por ser este o contexto que permeia nossas reflexões.

Pâmela Marangoni, 30 anos, apresenta sua página com a seguinte chamada: “Acompanhe o dia a dia de uma menina do interior do MS que resolveu viver a vida de uma maneira diferente: viajando de carona/bike e trabalhando pelo caminho” (100 FRESCURA..., 2013). A *fanpage* conta atualmente com 44.136 seguidores (consulta realizada no dia 28 de julho de 2017).

As postagens, em sua maioria, são acompanhadas de fotos dos lugares que a viajante visita, assim como das pessoas que a hospedam durante seu percurso. Com certa frequência, também são colocados vídeos de momentos em que a mochileira desfruta em suas viagens. Frases motivacionais são costumeiramente utilizadas.

A viajante Dwanne de Almeida, 25 anos, é autora da página intitulada *Por Uma Vida Sem Arrependimentos*, e assim resume sua experiência: “Diário da Dw ‘Dû’ que atravessa o Brasil de carona, contando histórias com R\$ 1,60 no bolso rs, fazendo amigos e se divertindo intensamente” (POR UMA VIDA..., 2015).

A página possui atualmente 4.788 seguidores e conta com características bem semelhantes às da viajante Pâmela Marangoni. No entanto, o que a diferencia é a maior predominância de vídeos e a menor visibilidade dada aos “perrengues” de viagem.

Narrativas e memórias

Antes de discorrermos sobre testemunhos, é importante falarmos brevemente a respeito do hábito da narrativa, já que assim o fazem as viajantes observadas para a elaboração deste artigo. Elas narram as suas aventuras de viagem, criando uma espécie de novela da vida real acompanhada por uma grande quantidade de seguidores.

Para Walter Benjamin:

A experiência que passa de pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do país e que conhece suas histórias e tradições. (1994: 198)

Nesse misturar de narrativas com memórias, João Canavilhas (2004) traça um breve panorama ao contar que, inicialmente, a memória coletiva dependia do processo biológico interno de determinados indivíduos que, por serem detentores de um determinado dom, funcionavam como guardiões da memória social do grupo. Segundo ele, com a passagem da oralidade à escrita, ocorre a dessacralização da memória enquanto processo biológico, e a conseqüente exteriorização e autonomização da memória, a qual materializa-se em suportes manuscritos e inscrições em monumentos.

Maurice Halbwachs (1990) afirma que a memória é um elemento essencial da nossa identidade. Ele a divide em duas categorias: uma individual, autobiográfica, e outra social, externa, histórica. A primeira está focada em um único ser e a segunda baseia-se nas lembranças coletivas. Em relação à primeira memória, apesar de individual, ela é também coletiva, por ser alterada conforme o indivíduo dialoga com outros integrantes da sociedade, o que ocorre a partir de referências e lembranças

da ambiência em que se está inserido. Exemplos de como isso acontece são os livros, conversas e o contato com relatos, cartas e diários de viagens publicados.

Acerca da segunda memória, a social, ela pode aparecer solidificada e perpetuada a partir de relatos aos quais se recorre para reforçar ou enfraquecer, e também completar, o que sabemos sobre algum evento. É importante considerar que, segundo Halbwachs, o primeiro testemunho ao qual recorreremos é o nosso, criando um processo dinâmico entre a memória e esses registros. Como exemplo, podemos citar novamente o retrato que temos em nosso imaginário coletivo sobre a impressão do Brasil apresentada por Pero Vaz de Caminha na carta a Portugal. Obviamente, outros relatos ajudam a formar a imagem coletiva que temos do país, inclusive as interpretações contemporâneas.

Hoje a visão que formamos sobre o episódio está transmutada e se apresenta de maneira polifônica. As lembranças não são mais as de um país descoberto, e sim de uma terra invadida por meio de muitas atrocidades contra diversos povos nativos. No entanto, os relatos permanecem e se sobrepõem, desde esse relato inaugural até os mais atuais, e – por que não? – afetarão os próximos discursos.

Nesse sentido Beatriz Sarlo (2007), assim como Maurice Halbwachs (1990), reconhece a importância dos relatos para a composição da memória social. Sarlo (2007) cita a guinada subjetiva, ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, como o momento em que os testemunhos começaram a ser valorizados para o estudo do passado. A autora cita como fatores que motivaram a utilização dos relatos a “verdade” abrigada na rememoração da experiência, a revalorização da primeira pessoa como ponto de vista e a reivindicação de uma dimensão subjetiva.

Outro aspecto apontado por Sarlo (2007) para o interesse nos testemunhos é ampliar o olhar dos historiadores e cientistas. Segundo ela, é necessário valorizar os detalhes, a originalidade, a exceção à regra e as curiosidades que já não se encontram no presente.

A autora ainda explica que a escuta desses novos sujeitos exige a adoção de novos métodos e a observação sistemática dos “discursos de memória”, como diários, cartas e conselhos. No entanto, o uso de objetos históricos, o “dever de memória”, induz uma relação afetiva com o passado pouco compatível com o distanciamento característico ao ofício do historiador.

Quanto às vantagens da utilização do relato para a memória social, Sarlo (2007) novamente lembra que o relato testemunhal existe em meio a uma massa de materiais escritos contemporaneamente aos fatos e que funcionam como fontes ricas que não devem ser deixadas de lado.

Priscila Perazzo (2015), por sua vez, defende a validade da memória social como metodologia de pesquisa, uma vez que as narrativas orais não são menos verdadeiras, nem menos ficcionais do que histórias oficiais. Afinal, cada sujeito narra a sua história a partir da sua própria subjetividade.

A autora alerta que trazer a primeira pessoa do relato para a ciência exige novos métodos para análise e interpretação de relatos de memória.

Para que nós, pesquisadores, não sejamos reféns das intenções do narrador, é preciso que se constitua um método de interpretação desses dados, pautado no conhecimento das formas como se dão as narrativas, das escolhas que o narrador pode fazer para selecionar o que contar, advindos da compreensão da cultura, da memória e do imaginário desse sujeito. (PERAZZO, 2015: 126)

Segundo Perazzo (2015), adotando esses cuidados ao trabalhar com testemunhos, estaremos trazendo para a ciência as dimensões dos sentidos, dos sentimentos e das mentalidades que antes pertenciam apenas aos domínios dos relatos literários e das crônicas.

Memória, dossiê e rastros digitais

Apresentados esses conceitos preliminares e considerando que os relatos das viajantes selecionadas podem ser narrativas de memória, lançamos alguns questionamentos que este texto pretende ajudar a elucidar: quais são as características dessas narrativas quando “depositadas” em plataformas virtuais como o Facebook? Poderíamos dizer que as plataformas virtuais correspondem a um espaço de preservação e divulgação da memória das pessoas?

Para discutirmos as memórias registradas nas mídias digitais, mostra-se fundamental abordarmos o que dizem alguns teóricos acerca dos “rastros digitais”, isto é, das representações que deixamos na rede mundial de computadores. John Palfrey e Urs Gasser (2011) dão a esse conjunto de informações o nome de “dossiê digital”. Essas informações podem ser classificadas em dois tipos: as de caráter público, localizáveis no Google, por exemplo, por qualquer usuário; e as informações sigilosas, tais como números de telefone e documentos pessoais.

O problema desses rastros, na visão dos autores, relaciona-se tanto ao rápido crescimento dos dossiês digitais, quanto às decisões sobre o que fazer com as informações pessoais pelos que as detêm.

Analisando o Facebook, nosso objeto em questão, podemos traçar um paralelo com as questões acima. Um *post* escrito pelas viajantes pode ser posteriormente apagado, por arrependimento ou qualquer outra motivação. Entretanto, ele pode ter sido compartilhado por algum seguidor da página e visualizado por várias pessoas antes de ser deletado, por exemplo. Dessa forma, os percursos das narrativas em análise são totalmente imprevisíveis e desconhecidos. Ou ainda, mesmo quando não apagados, os *posts* podem ser “printados” e replicados na linha do tempo de outras pessoas em situações, contextos e significados completamente alheios aos das autoras.

Jeanne Marie Gagnebin (2006) compartilha a mesma preocupação citando a não intencionalidade dos rastros, e também aponta para uma ligação entre rastro e memória. Segundo ela, assim como ocorre com as nossas lembranças, nem sempre os rastros são os que queremos guardar, mas apenas o que restou de vestígios de uma determinada ação. Para a autora, a memória vive uma tensão entre presença e ausência desses rastros, em que a presença indica a conservação da memória e, a ausência, o processo de esquecimento:

Agora a escrita não é mais um rastro privilegiado, mais duradouro do que outras marcas da existência humana. Ela é rastro, sim, mas no sentido preciso de um signo ou, talvez melhor, de um sinal aleatório que foi deixado sem intenção prévia, que não se inscreve em nenhum sistema codificado de significações, que não possui, portanto, referência linguística clara. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista, esses primos menos distantes do que podem parecer à primeira vista, devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e linguísticos –, mas sim deixados ou esquecidos. (GAGNEBIN, 2006: 113)

Quanto ao destino e à perenidade das nossas narrativas de memória nas plataformas on-line, Canavilhas (2004) expõe a fragilidade do suporte midiático que as acolhe. Ele pondera, por exemplo, que enquanto o papel dura séculos, se bem conservado, os formatos digitais tornam-se obsoletos em 10 ou 20 anos.

Apontamos essas reflexões como alguns dos desafios contemporâneos de as nossas memórias estarem em rede, acrescidos pela ameaça de os nossos rastros digitais estarem à disposição na rede mundial de computadores. Concordamos com Turkle (2006: 291) quando afirma que é um erro falar que a vida real é distinta da virtual, como se fossem independentes. Segundo o autor, o que somos na internet não difere do que somos no nosso cotidiano: comunicamos ao outro o que queremos que ele saiba, fazemos um recorte, assumimos uma *persona*. Tal fenômeno ocorre igualmente no mundo físico.

Ao pensarmos nas *fanpages* das viajantes, verificamos que as postagens das jovens relatando seu dia a dia de viagem apresentam implicações como as definidas por Halbwachs (1990), ou seja, demonstram características das memórias individuais de suas viagens por meio dos relatos de suas vivências na estrada, sendo também memórias coletivas por estarem em diálogo com os seguidores das páginas, para quem escrevem:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma sociedade. (HALBWACHS, 1990: 34)

Assim como a carta de Pero Vaz de Caminha, guardadas as devidas proporções, ao escreverem, as viajantes também colaboram para a composição da memória social de seus seguidores. Um fã da página que, por exemplo, nunca tenha ido à Colômbia, construirá parte do seu imaginário sobre o país a partir do que lê nos relatos das *fanpages*.

É importante ressaltar que os rastros deixados pelas viajantes seguem um percurso de transmutação até mais intenso do que o dos antigos relatos, por serem permanentemente entrecruzados por outras narrativas. Entendemos por transmutação o fenômeno que colabora para a formação dos gêneros complexos a partir dos gêneros primários que, ao se transmutarem de uma esfera para outra, geram novos gêneros com um estilo semelhante ao domínio discursivo que os absorveu. No caso das jovens viajantes, as postagens nas *fanpages* correspondem aos antigos diários de papel.

Não só cada gênero está em incessante alteração; também está em contínua mudança seu repertório, pois, à medida que as esferas de atividade se desenvolvem e ficam mais complexas, gêneros desaparecem ou aparecem, gêneros diferenciam-se, gêneros ganham um novo sentido. Com o aparecimento da internet, novos gêneros surgem: o *chat*, o *blog*, o *e-mail*, etc. (FIORIN, 2008: 65)

Reconhecemos que o processo de registro das narrativas de memórias de viagem é dinâmico e interativo nas mídias digitais, mais especificamente, nas *fanpages* de viajantes disponíveis no Facebook. Cabe-nos, agora, refletir sobre o consumo dessas memórias.

Consumo de narrativas de memória de viajantes no Facebook

Tomando as postagens como uma memória do passado, um registro de um tempo pretérito, Thiago de Oliveira (2013) tece uma reflexão sobre o consumo do culto à memória nas mídias sociais, o que pode ser percebido também no Facebook. Ele cita como exemplos os usuários “curtirem”, compartilhem e criem debates em torno de registros antigos de suas histórias de vida na antiga rede social Orkut, lembrada por usuários do Twitter por meio da hashtag #temposdoorkut.

A partir das ideias apresentadas e analisando o caso específico das memórias “depositadas” virtualmente, o que podemos acrescentar é que, por serem páginas públicas e com seguidores, o lembrar ganha um caráter intencional, seja para quem as produz, seja para quem as consome. Afinal, não se trata mais de alguém desavisado que segue um caminho aleatório para perseguir rastros, pois embora estes surjam a qualquer momento, podem ser descontinuados, desde que recusemos seguir os caminhos que nos apontam: cliques em determinados links, adesão a outras redes sociais, compartilhamentos, curtidas ou comentários *para* ou *de* outras pessoas. O contrário ocorre quando quem detém uma *fanpage* retorna e retoma suas postagens antigas como um velho álbum de fotografias.

A posição do tempo ocupada pelas memórias reproduzidas nas mídias digitais é outro aspecto discutido por Canavilhas (2004). O autor explica que nelas ocorre a “compressão” do tempo: quando usuários postam fotos e textos em “tempo real” no Facebook, seus seguidores produzem e também postam esses mesmos eventos simultaneamente. Assim, as narrativas tornam-se um registro sobre o momento instantâneo para um presente também instantâneo, quase como que um presente-passado ou um presente-presente.



Figura 1: Postagem na qual a viajante Pâmela Marangoni apresenta um detalhe do seu cotidiano no mesmo momento em que ele está ocorrendo. Fonte: 100 Frescura e 1000 Destinos, 2017.

Entretanto, também se percebem recordações do passado-passado, quando as postagens mencionam eventos acontecidos algum tempo antes, articulando-os com o presente, como ocorre na postagem do dia 20 de abril de 2016 da viajante Dwanne Almeida.

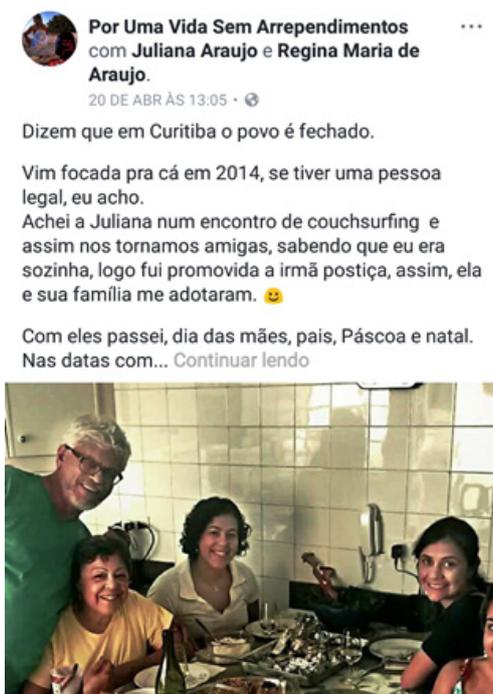


Figura 2: Post no qual a viajante Dwanne Almeida relata como uma experiência passada anteriormente ainda faz sentido em sua vida atual. Fonte: Por Uma Vida Sem Arrependimentos, 2016.

Esse post é uma memória coletiva não apenas na sua construção, mas também na sua interpretação, pois por meio de postagens como essa são conquistadas

hospedagens gratuitas e outros benefícios, como a amplificação das redes de relacionamento virtual e real. Utilizar o Facebook como espaço para o “depósito” de memórias é um recurso ao alcance de praticamente todos, conforme Marcos Palácios (2010).

A comunicação rizomática e a liberação do polo emissor multiplicaram – a perder de vista – os lugares de memória em rede, tornando cada usuário um potencial produtor de memórias, de testemunhos. É evidente que pelo menos parte de tais registros sobreviverão a seus produtores, como ao comunicador neolítico sobreviveram as marcas gravadas nas pedras ou as pinturas rupestres. (PALACIOS, 2010: 9)

Embora seja possível a todos os usuários produzirem relatos de viagens virtuais no Facebook, poucos atingem grau de notoriedade, já que essas memórias precisam ser consumidas por aqueles que frequentam a plataforma.

Assim sendo, é importante lembrarmos que nem a todos os relatos despertam interesse. Michael Pollak (1989), cuja obra é posterior à primeira edição de *A Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs (publicada postumamente em 1950), compartilha a ideia proposta pelo seu conterrâneo morto pelos nazistas: para que a nossa memória se beneficie da do outro, é necessário haver uma espécie de conciliação envolvendo as memórias coletivas e as individuais:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. [...] É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros. (HALBWACHS, 1990: 34)

Ou seja, os relatos das jovens viajantes precisam despertar a atenção dos usuários da rede social Facebook. No caso das viajantes, a relação entre quem escreve a história e quem a lê é virtual e, portanto, ao contrário da “vida real”, elas obtêm respostas numéricas acerca do interesse que suas memórias provocam, por meio do número de “curtidas” ou de compartilhamentos.

Pouco espaço é dedicado a detalhes ruins das viagens, o que pode representar uma forma de garantir a audiência da página e a solidificação da identidade de viajantes felizes. Afinal, como afirmam muitos teóricos contemporâneos, “a felicidade tornou-se um ‘imperativo’, uma mistura de dever e direito que pesa sobre os ombros de homens e mulheres do século XXI” (CAZELOTO, 2011: 171). Mais ainda: tornou-se um modelo de negócios. Novamente, tomemos a análise de Edilson Cazeloto:

A felicidade sustenta e legitima um mercado cada vez mais amplo (livros de autoajuda, palestras, terapias, medicamentos, produtos de beleza, moda etc.), sintoma da expansão tendencialmente infinita da lógica da mercadoria. A busca pela felicidade é um investimento que transfere valor à mercadoria. Como consequência deste primeiro ponto surge outra constatação: a felicidade foi privatizada, retirada da esfera da socialidade para o campo da ação individual. Mais do que isso: ela foi reduzida a uma “interioridade pura”: ser feliz relaciona-se, na cultura contemporânea, a ser “autônomo”, ou seja, a felicidade é um estado interior que se conquista independentemente das circunstâncias sociais ou políticas. (CAZELOTO, 2011: 173)

As mochileiras “trabalham” em suas redes fornecendo dicas de viagem, fotos dos lugares, tirando dúvidas etc. Suas ações são épicas e, claro, individuais, mas

diferentemente dos grandes heróis míticos, mostram que todos os objetivos são acessíveis, desde que se tenha coragem e humildade. A contrapartida, isto é, o “pagamento” dos seguidores, se dá por meio da oferta de hospedagem gratuita, carona e, ocasionalmente, “vaquinhas” (pessoas que se unem para contribuir com pequenas quantias em nome de uma causa). Foi dessa forma, por exemplo, que Pâmela Marangoni conseguiu custear a sua ida de avião ao México.



Figura 3: Postagem na qual a viajante Pâmela Marangoni reforça o pedido de auxílio financeiro para compra de uma passagem aérea para o México. Fonte: 100 Frescura e 1000 Destinos, 2016.

A estreita interação entre real e virtual, a simultaneidade entre a produção dos relatos, seu consumo e o evento acontecido, bem como o fomento ao universo colaborativo são algumas das características que o Facebook modela. Por isso, podemos começar a concluir que essas memórias, mesmo quando tratam da vida de uma viajante em específico, pertencem a múltiplas autorias. Assim como os antigos viajantes exploradores que, ao retornarem para suas cidades de origem, prestavam contas aos patrocinadores, apresentando seus relatos e objetos recolhidos, nossas “heroínas” contemporâneas, com suas mochilas e um pouco (às vezes nada) de dinheiro, fazem o mesmo com seus seguidores, uma vez que são eles que atribuem prestígio às suas *fanpages*.

Viajantes e seguidores se influenciam mutuamente: enquanto os segundos buscam relatos emocionantes, ideias e dicas para cumprirem sua meta de felicidade, as primeiras necessitam viabilizar a produção de suas memórias em suas *fanpages*, enquanto viajam, para levantar fundos ou outro tipo de auxílio.

Considerações finais

Observamos que as tecnologias de comunicação trouxeram novas plataformas para exposição e depósito de narrativas, o que possibilitou a mudança na forma de registro das memórias, a facilitação da comunicação entre as pessoas e a ampliação exponencial da capacidade de conexão.

Os que optam pelos estudos da memória, diferentemente de historiadores tradicionais, valorizam a expressão da subjetividade, uma vez que não se está em busca da “verdade”, mas de narrativas que estão em circulação e que, como vimos, afetam nosso desejo de consumir felicidade.

Outra reflexão que nos parece viável, é que se no futuro os registros disponíveis nas redes sociais não se perderem, eles constituirão um rico material a ser estudado pelos que pesquisam o passado, considerando a pluralidade de discursos neles contida.

As interações entre as autoras das *fanpages* e seus seguidores geram repercussões e questões de interesse comum na rede. Consequentemente, um determinado

nicho de consumidores também está em formação: os que viajam seguindo certos padrões de comportamento, entre eles, o baixo orçamento e a alta troca de informações.

Na rede surgem a cada dia mais maneiras de monitorar, classificar, tipificar e mensurar essas interações. Assim, há ônus e bônus correlatos: o rastro contemporâneo da memória social nos traz o paradoxo quanto à sua durabilidade, à sua perenidade e à preservação da individualidade dos usuários, sejam eles produtores de *fanpages* ou seus seguidores. Por outro lado, temos acesso a informações instantaneamente, sem intermediações ou pagamentos formais. Também nos perguntamos: qual o valor agregado ou despendido nessas interações? Qual memória será esquecida ou preservada?

A busca por essas respostas nos parece ainda um desafio, uma vez que estamos tratando de um fenômeno recente, no qual todos que se conectam na rede saem afetados pelas narrativas que ali encontram, mesmo quando não estão procurando por elas.

Referências

100 FRESCURA E 1000 DESTINOS, [S.l.], 2013. Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/LwGiiC>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

CANAVILHAS, J. A internet como memória. BOCC: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. [S.l.], 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/1LKxGu>>. Acesso em: 5 maio 2017.

CASTRO, S. *A carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

CAZELOTO, E. *Ubuntu* e a felicidade técnica. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 21, p. 171-175, jun. 2011.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

JUNQUEIRA, M. A.; FRANCO, S. M. S. (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa – Volume II*. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.

OLIVEIRA, T. M. Narrativas do passado no Facebook: consumo de temas de história e memória na *fanpage* “Fortaleza Nobre”. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. *Anais eletrônicos...* Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/MMFvLw>>. Acesso em: 8 maio 2017.

PALÁCIOS, M. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. *Matrizes*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 37-50, 2010.

PALFREY, J.; GASSER, U. *Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PERAZZO, P. F. Narrativas orais de histórias de vida. *Comunicação & Inovação*, v. 16, n. 30, p. 121-131, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/e9aswJ>>. Acesso em: 10 maio 2017.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POR UMA VIDA SEM ARREPENDIMENTOS, [S.l.], 2015. Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/MV8r2K>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHEMES, E. F. *Oswaldo Cabral na “Terra da liberdade”*: relato de uma viagem na vigência da política de boa vizinhança. 2013. 134 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

TURKLE, S. A memória na tela. In: CASALEGNO, F. *Memória cotidiana: comunidade e comunicação na era das redes*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

Transformações na instância da recepção: a construção do leitor coprodutor em redes sociais digitais

Carlos Sanchotene

Pós-doutor pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
E-mail: carlos_sanchotene@yahoo.com.br

Resumo: Objetivamos compreender a construção do leitor coprodutor no contexto do jornalismo em redes sociais digitais. A partir da percepção de que os receptores são ativos, a análise sobre a circulação passa a ser vista como o espaço do reconhecimento e de maiores possibilidades de ocorrência interacional, na prática social, e de descobertas, na investigação. Assim, foram selecionados comentários nas *fanpages* da *Folha de S.Paulo* e do *Estadão* durante o mês de setembro de 2014. A partir da análise foi possível inferir um conjunto de lógicas de reconhecimento, ou seja, tipos de leitores que emergem a partir de seus discursos. Concluímos que há um trabalho discursivo realizado em uma zona estabelecida no encontro entre as gramáticas de produção e as gramáticas de reconhecimento, que aponta para efeitos imprevisíveis segundo as expectativas das estratégias do campo midiático.

Palavras-chave: Leitor coprodutor; Recepção; Redes sociais digitais.

Transformations in the reception instance: the construction of the reader as a co-producer in digital social networks

Abstract: Our objective is to understand the construction of the reader as a co-producer in the context of journalism in digital social networks. From the perception that the receptors are active, the analysis of the circulation is seen as the space of recognition and of greater possibilities of interaccional occurrence, in social practice and in research findings. Thus, we selected comments on the fan pages of the Brazilian newspapers *Folha de S.Paulo* and *Estadão* during the month of September 2014. From the analysis we could infer a set of logical recognition, i.e., types of readers emerging from their speeches. We conclude that there is a discursive work performed in an area established in the meeting between the production grammars and recognition grammars, which points to unpredictable effects according to the strategic expectations from media.

Keywords: Co-producer reader; Reception; Digital social networks.

Introdução

O avanço da tecnologia aliada à comunicação e à cultura fez Martín-Barbero repensar sua noção de mediação, afirmando que “a investigação agora já não será sobre as matrizes culturais da comunicação, mas sobre as *matrizes comunicativas da cultura*” (MARTÍN-BARBERO apud MOURA, 2009: 14, grifos nossos). Desse modo, a reflexão que outrora investigava “dos meios às mediações” inverte-se para “das mediações aos meios”. Segundo esse autor (2008), a centralidade dos meios deve ser questionada justamente diante da sua tomada por atores sociais, pois atualmente vê-se um meio não mais limitado a vincular ou a traduzir as representações existentes, nem mesmo a substituí-las, mas sim constituindo uma cena fundamental na vida pública, em que as práticas sociais se fazem no meio e pelo meio.

Nesse cenário, Martín-Barbero trata da “intermedialidade”, um conceito para pensar a hibridação das linguagens e dos meios apontando para os modos como a tecnologia pode moldar a cultura e as práticas sociais. Assim, o autor avança ao tratar da mediação pela “tecnicidade” como a capacidade de inovação dos formatos industriais e das formas de receber mensagens midiáticas: “a estratégica mediação da *tecnicidade* se delinea atualmente em um novo cenário [...] não só no espaço das redes informáticas como também na conexão dos meios – televisão e telefone – com o computador” (Id., 2008: 19, grifo nosso).

Martín-Barbero (Ibid.) afirma que existem possibilidades de novos usos sociais dos meios que propiciam a formação de novas esferas do público, com novas formas de imaginação e criatividade social. Assim, pactuamos com Scolari (2008) quando o autor afirma que as redes sociais digitais são a manifestação mais clara dos processos de troca que caracterizariam essa trama de significações, trocas, produção e linguagens que emprestam seus contornos e seus fenômenos à hipermodernidade e, mais ainda, ao sujeito hipermediado que dela parece resultar. Nesse sentido, o contexto atual traz mudanças na forma de ver e entender as audiências. A presença dos dispositivos comunicacionais no tecido social fez com que o esquema comunicativo baseado em um único sentido (do emissor para o receptor) se reconfigurasse para redes múltiplas nas quais cada indivíduo é um ponto de início e de chegada da cadeia de interações. Com isso, surgem várias denominações que marcam a diferença entre velhos e novos meios, sendo a audiência um fator que aqui nos interessa.

Nesse sentido, Maestri (2010) considera pertinente falar de hiperaudiências, ou seja, aquela audiência interconectada e com habilidades comunicativas adquiridas no ambiente midiático. Apesar de ser um conceito muito raso, a autora defende que essa audiência está integrada por sujeitos com comportamentos migratórios, capazes de perambular por distintos dispositivos tecnológicos. “A ideia de hiperaudiência tenta descobrir este momento da recepção em que os sujeitos não apenas consomem, mas também utilizam as novas tecnologias interativas para gerar novos conteúdos e cooperar com outros sujeitos”¹ (Ibid.: 129, tradução nossa). Assim, Maestri lista as principais características da hiperaudiência, como: feedback contínuo – instantaneidade; interatividade; mudança do real para o virtual; produção de cada sujeito; flexibilidade no uso de diferentes meios, ao mesmo tempo; trocas “muitos-muitos” (Ibid.).

Nesse trabalho, utilizamos o termo *leitor coprodutor* para designar os indivíduos que estão nas redes sociais digitais interagindo, produzindo ou compartilhando conteúdos provindos de seus contatos e dispositivos com os quais interage. Assim, investigamos os modos como, efetivamente, os leitores de conteúdos jornalísticos fazem uso dos espaços de comentários no Facebook. Primeiramente, apresentamos os conceitos de circulação e de gramáticas de reconhecimento (VERÓN, 2013), de marginálias (PALACIOS, 2012) e de sistema social de resposta (BRAGA, 2006), que nos ajudam a compreender os espaços de intervenção da instância do reconhecimento no contexto da análise. Em seguida, apresentamos as gramáticas de reconhecimento, ou seja, os discursos dos leitores a partir de uma análise das *fanpages* do *Estadão* e da *Folha de S.Paulo*. Ambos os veículos foram escolhidos por serem referências no cenário brasileiro. Ao mesmo tempo,

¹ Texto original: “La idea de hiperaudiencia intenta describir este momento de la recepción en la que los sujetos no sólo consumen sino que además utilizan las nuevas tecnologías interactivas para generar nuevos contenidos y cooperar con otros sujetos” (MAESTRI, 2010: 219).

constituem-se como periódicos com raízes locais/regionais que, em processo de desterritorialização, experimentam um alargamento e uma consolidação de suas posições no contexto nacional.

Circulação e circuito como avanço

A circulação é aqui compreendida como resultado da defasagem entre lógicas de processos de produção e de recepção de mensagens (VERÓN, 2005). Frequentemente ela é pensada com referência ao processo que vai da emissão à recepção. Zago (2011), ao estudar o Twitter, propõe pensar a recirculação como uma subetapa posterior ao consumo. É quando o interagente se apropria do conteúdo jornalístico e o faz circular novamente a partir de suas próprias palavras. Segundo a autora, trata-se de uma extensão da fase da circulação,

que é retomada e continua após o consumo de informação pelo interagente, o qual pode utilizar espaços sociais diversos da internet [...] para divulgar o link para a notícia, recontar com suas palavras o acontecimento ou manifestar sua opinião sobre o ocorrido. (Ibid.: 63)

Em 2006, Braga já havia constatado a existência de um terceiro subsistema – tão abrangente e complexo como a emissão e a recepção –, denominando de *sistema de resposta social* o reconhecimento de que a sociedade atribui um sentido social às ações e aos produtos oriundos dos meios de comunicação. Trata-se de como se dá o processo de circulação daquilo que é consumido.

Neste subsistema não se trata de circulação de bens materiais de consumo, e sim de circulação de interesses, ou seja, o que interessa não é o que a mídia veicula, mas o que, tendo sido veiculado pela mídia, depois circula na sociedade. Braga (2006) afirma, portanto, que é possível compreender como a sociedade funciona midiaticamente não apenas ao se concentrar sobre sua produção e recepção, mas através de estudos sobre os dispositivos e processos sociais que ela desenvolve para tratar a sua própria mídia.

Refletir sobre esse processo nos leva a pensar que a convergência tecnológica instaurou uma nova plataforma de circulação, assentada em diversidades de técnicas e de dispositivos, alterando as configurações e relações dos campos de produção e de recepção. As noções sobre “contratos de leituras”, operações com que as mídias moldavam formas de interação com os receptores, remodelam-se, da mesma forma. Suas novas regras passam a ser anunciadas publicamente para que os “receptores” possam saber como se operam tais interações. Esses cenários implicam que as mídias desenvolvam enunciações pelas quais peçam ao leitor reconhecimento de seu trabalho e possam também estabelecer regras para definir as condições de reconhecimento dos seus usuários (FAUSTO NETO, 2009).

Nessas condições, Fausto Neto (Ibid.) acredita que o conceito de circulação deixa de ser associado à defasagem e passa a ser compreendido como “pontos de articulação” entre a esfera da produção e da recepção. Dessa forma, avança como um novo objeto, sendo nomeado como dispositivo, “pois a circulação é transformada em lugar no qual produtores e receptores se encontram em ‘jogos complexos’ de oferta e de reconhecimento” (Ibid.: 10).

Para Braga (2012), a circulação é vista como um espaço de maiores possibilidades de ocorrência interacional, na prática social; e de descobertas, na investigação. A partir disso, observam-se os desenvolvimentos sobre a relação produção/recepção. Para além das relações diretas entre produtor e receptor, importa o fato de que este último faz seguir adiante as reações ao que é recebido. Isso decorre não apenas da presença de novos meios, mas também da retomada dos produtos circulantes da “mídia de massa” em outros ambientes, que ultrapassam a situação de recepção.

Esse “fluxo adiante” acontece em variadíssimas formas – desde a reposição do próprio produto para outros usuários (modificado ou não); à elaboração de comentários – que podem resultar em textos publicados ou em simples “conversa de bar” sobre um filme recém visto; a uma retomada de ideias para gerar outros produtos (em sintonia ou contraposição); a uma estimulação de debates, análises, polêmicas – em processo agonístico; a esforços de sistematização analítica ou estudos sobre o tipo de questão inicialmente exposta; passando ainda por outras e outras possibilidades, incluindo aí, naturalmente a circulação que se manifesta nas redes sociais. (Ibid.: 39-40)

A partir da visada de Braga, percebemos que as interfaces sociais se encadeiam e se deslocam do modelo conversacional para um fluxo contínuo. Segundo o autor, já não é tão simples distinguir “pontos iniciais” e “pontos de chegada”, produção e recepção, como instâncias separadas.

O que, aliás, nos faz perceber que tal construção decorre mais de uma condição histórica específica (a fase de implantação dos meios de massa) do que de uma pretendida “natureza” do processo interacional – que, pela própria etimologia da palavra, enfatiza antes a indistinção de papéis do que uma especialização “por estrutura”. (Ibid.: 40)

Ou seja, as diferentes ações e assimetrias devem ser relacionadas antes a cada tipo específico de interação, assim como a seus contextos significativos; e não a uma pretendida lógica diferencial no interagir. O autor adverte, no entanto, que no caso dos meios de massa é possível distinguir claramente essas duas posições – que devem ser assim estudadas segundo suas lógicas específicas; mas evitando naturalizar esses papéis como se fossem categorias inelutáveis da mediação.

Por raciocínio complementar, se abordamos a circulação nessa visada abrangente, decorre daí que o produto mediático não é o ponto de partida no fluxo. Pode muito bem ser visto como um ponto de chegada, como consequência de uma série de processos, de expectativas, de interesses e de ações que resultam em sua composição como “um objeto para circular” – e que, por sua vez, realimenta o fluxo da circulação. (Ibid.: 41)

Para Jairo Ferreira (2006), é na circulação que o processo de produção de sentido se efetiva, ou seja, completa seu ciclo. Isso quer dizer que a circulação se estabelece em dois momentos distintos. Primeiro, há um processo de produção do discurso, e depois esse discurso passa a ser reconhecido e volta a gerar sentidos, produzindo novos discursos sobre a produção anterior. Esse reconhecimento se dá a partir dos dispositivos midiáticos e seus protocolos estabelecidos, gerando relações entre as operações de produção e reconhecimento. Há, com isso, uma forte influência do próprio dispositivo, que acrescenta sentidos para além dos já previstos. O campo midiático recebe informações, dados e sentidos que são redimensionados dentro dele próprio e, ao chegar aos seus consumidores, já são revestidos de camadas de sentidos atribuídos pelo campo, não mais pelos atores sociais, lugar primeiro de onde partiu a informação.

Conforme Ferreira (2013), a circulação é uma problemática que se destaca nas relações entre processos intermediários (entre dispositivos) e intramediários (no âmbito do dispositivo). O autor acredita que se fortalece a proposição da mediação como uma perspectiva epistemológica, a qual deve superar os paradigmas de estudos de processos midiáticos a partir da produção e do consumo para ser pensada em termos de circulação. “A mediação se constitui em torno de uma nova problemática: produtores que ocupam posição de consumidores de produtos midiáticos, e de indivíduos-consumidores que passam a ocupar (nas chamadas redes

sociais) posição de produtores (configurando o consumo produtivo ou produção consumidora)” (Ibid.: 138-139).

A partir do que foi exposto até o momento, consideramos que a complexidade da mediação não repousa mais no âmbito da produção ou da recepção, mas sim no da circulação, e é com base nos esforços de pesquisadores em articular hipóteses, problemáticas e construções metodológicas que os estudos devem ser direcionados para abordagens empíricas da circulação. Ou seja, o foco dos estudos deve partir da circulação, pois esta está relacionada à onipresença dos dispositivos midiáticos que se inter-relacionam e com os quais indivíduos e instituições não midiáticas interagem de múltiplas maneiras.

Apreendemos, com isso, a existência de um novo vínculo na relação entre produtores e receptores. Aqueles, detentores da autonomia discursiva e dos modos de construção de suas realidades, operam a partir de sentidos que são postos na circulação, oferecendo ao polo da recepção serviços pelos quais pedem reconhecimento, e deslocando os receptores de uma posição, até então, “amorfa” e “atomizada” para uma posição cogestora/coprodutora. É, portanto, na circulação em dispositivos que os sentidos se fazem e por meio dela que podemos observar os modos como são produzidos e reconhecidos.

Para Braga (2012), os processos e as consequências desse modo preferencial de circulação se manifestam concretamente na sociedade na forma de circuitos – que são culturalmente praticados, reconhecíveis por seus usuários e podem ser descritos e analisados por pesquisadores. Segundo o autor, para além das relações diretas entre produtor e receptor, importa o fato de que este último faz seguir adiante as reações ao que é recebido. Ainda segundo Braga (Ibid.), circuitos são a face empírica específica da circulação, e os dispositivos interacionais são a face empírica das interações, moldados pelos contextos e processos institucionais específicos em cujo ambiente ou em cuja referência se desenvolvem. Nesse processo, o autor salienta que, a rigor, não é “o produto” que circula – mas antes encontra um sistema de circulação no qual se viabiliza e ao qual alimenta. Esse produto, entretanto, é um momento particular da circulação porque pode continuar circulando e repercutindo em outros espaços.

Ao refletirmos sobre a circulação diante dessa perspectiva, nos interessa, a seguir, pensar os modos como o leitor coprodutor é construído diante desse cenário – em especial, o das redes sociais digitais.

Construindo o leitor coprodutor nas redes sociais digitais

Para entendermos a construção do leitor coprodutor nas redes sociais digitais partimos da compreensão do esquema da circulação discursiva elaborado por Verón (2013).

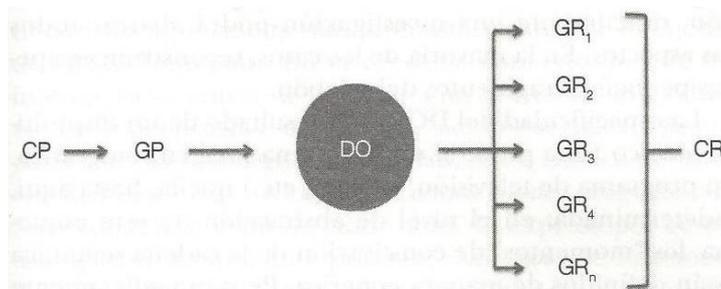


Figura 1: Circulação discursiva

Fonte: Verón (2013)

De acordo com o esquema, o discurso objeto (DO) é a configuração empírica, material, de signos que pode ser submetida à análise. As propriedades do DO que interessam identificar remetem a uma gramática de produção (GP) que dê conta delas. “Isso implica que temos convertido o DO em um membro de uma classe

porque as regras da gramática de produção permitiriam gerar um número indefinido de DO com as mesmas propriedades” (Ibid.: 293).

A gramática de produção formaliza as operações que dão conta das propriedades identificadas do DO, mas não as explica. Assim, há condições de produção (CP) – econômicas, sociais, políticas, históricas – que permitem dar conta da presença, no elo da semiose estudada, da gramática de produção. Da perspectiva do reconhecimento, o esquema sinaliza a não linearidade da circulação da semiose, indicando a necessária pluralidade de gramáticas de reconhecimento do DO (GR1, GR2, GR3...GRN) que exigem, por sua vez, para sua explicação, um reenvio às condições de reconhecimento (CR).

Tanto da esquerda para a direita quanto vice-versa, há modelos que o observador deve formular para dar conta das propriedades do DO; sua tarefa é reconstruir as operações das quais o DO mostra as marcas. Verón (Ibid.) adverte, no entanto, que dificilmente uma investigação poderá abarcar todos os seus aspectos. Na maioria dos casos, são reconstruídos apenas fragmentos dessa ligação.

Nessa abordagem do autor a respeito da circulação, é possível entrever que as zonas de passagem entre produção e recepção não deixavam rastros, logo não podiam ser abordadas empiricamente. Verón (Ibid.) admite a inexistência de marcas da circulação, pois ela só é visível em análise como diferença entre os dois conjuntos de marcas, o da produção e o do reconhecimento.

Em estudos recentes, podemos observar uma mudança nesse aspecto. Boutaud e Verón (2007: 03) afirmam que a não linearidade da comunicação “resulta do estudo empírico da circulação discursiva”. Desse modo, aceitam a possibilidade de uma análise de “lógicas de interface” que ativam processos autopoieticos de dois sistemas distintos: o da produção e o da recepção. Isso seria a zona de contato entre ambos, que funcionam como ambiente um do outro. Nessas condições, o conceito de circulação deixa de ser associado à defasagem e passa a ser compreendido como “pontos de articulação” (FAUSTO NETO, 2009).

Para Boutaud e Verón (2007) a investigação atual sobre os sistemas complexos auto-organizantes (LUHMANN, 2006) oferece o começo de uma resposta. O observador situado na interface produção/reconhecimento está ativando processos autopoieticos de dois sistemas autônomos: o dos meios e os psíquicos (sistema do ator).

A defasagem produção/reconhecimento não é outra coisa que a interface onde o sistema dos meios, que funciona como ambiente dos atores, coloca sua própria complexidade à disposição destes últimos, e reciprocamente: o sistema do ator, que opera como ambiente do sistema dos meios, coloca a sua complexidade à disposição do sistema dos meios. (BOUTAUD; VERÓN, 2007: 11)

² A principal característica dos sistemas é o fechamento operacional por meio da autopoiese (autopoiesis). Os sistemas sociais, através da autopoiese, geram e reproduzem internamente seus próprios elementos de funcionamento, sem que haja interferência de elementos externos. Eles são, portanto, sistemas autorreferenciais, pois todos os processos comunicativos internos dizem respeito a elementos internos definidos a partir de orientação interna. “Em relação às operações próprias de um sistema, não há nenhum contato com o ambiente, por isso os sistemas situados no ambiente não podem intervir nos processos autopoieticos de um sistema operacionalmente fechado” (LUHMANN, 2006: 66).

Seria nessa zona de contato entre ambos os sistemas – que funcionam como ambiente um do outro – que se dá a interpenetração (LUHMANN, 2006). De acordo com Boutaud e Verón (2007), só existe a interpenetração quando ela ocorre de maneira recíproca, ou seja, quando os dois sistemas se tornam disponíveis entre si, introduzindo sua própria complexidade já constituída no outro. A interpenetração não quer dizer que haja a invasão de um na *autopoiese*² do outro. Eles estão em interpenetração no sentido de que a complexidade de um sistema pode ser acessada por ambos.

Segundo essa perspectiva, os sistemas de produção e reconhecimento interagem reciprocamente com as estratégias colocadas em cena pelo âmbito das redes sociais via acoplamentos de operações discursivas, que são constituídos por lógicas e postulados das racionalidades do sistema midiático junto com as que são provenientes das situações e experiências de vida dos indivíduos, enquanto atores sociais.

No estudo do reconhecimento, a interface dos jornais no âmbito das redes sociais digitais permite que os leitores deixem suas marcas, sendo possível observar a circulação que se estabelece entre produção e reconhecimento. As marcas do leitor, nesse contexto, são vistas por Palacios (2012) enquanto uma nova forma de “marginália”. De maneira ampla, o autor caracteriza a marginalia como qualquer tipo de anotação feita por um leitor em um texto. Enquanto produção de um texto paralelo, ela deve ser entendida na acepção plena de “texto”, podendo ser constituída igualmente por símbolos, gráficos, desenhos etc. No que diz respeito à dimensão temporal do fenômeno, as anotações feitas à margem de um texto podem ter uma utilidade imediata para quem as cria, assim como podem sobreviver a essa temporalidade imediata e extrapolar as intenções originais do seu criador.

³ Segundo Palacios (2012), um exemplo clássico de dupla temporalidade de uma marginalia é encontrado nas Glosas Emilianenses: “anotações em latim, romance e basco, escritas no século XI, provavelmente por um estudante, em um texto latino, na biblioteca do Monastério de San Millán, na Espanha, com a clara intenção de resolver dificuldades de compreensão sintática, morfológica e léxica daquele texto latino [...] a marginalia no manuscrito estava criando o primeiro registro de uma nova língua: o castelhano” (Ibid.:136).

O autor explica que o termo marginalia se refere a anotações em livros ou manuscritos³. No entanto questiona o termo quando se refere ao contexto jornalístico: “até que ponto, portanto, pode-se falar em Marginalia, quando o objeto de estudo é o jornal, seja ele impresso, seja o ciberjornal de nossos dias?” (Ibid.: 138). Para o autor, a marginalia é um conceito que extrapola o âmbito literário e pode ser de utilidade na análise de marcas deixadas pelos usuários de produtos ciberjornalísticos. Considerando isso, Palacios observa que a simples quantificação da marginalia, produzida na forma de comentários espontâneos em notícias publicadas, pode constituir um elemento válido para a compreensão de aspectos da recepção jornalística. Segundo o autor, essa marginalia jornalística tem como destinatários outros leitores da notícia e seus autores, sendo, assim, um objeto fértil a ser estudado.

É importante também ressaltar-se que ao serem produzidas na forma de comentários espontâneos às notícias publicadas e não como “comentários induzidos”, como no caso de fóruns, nos quais é a própria empresa de comunicação que determina os tópicos para debate, os comentários às notícias têm como resultado a produção de uma agenda pública de caráter secundário, filtrada a partir da agenda geral midiática proposta pelo veículo de comunicação. Nesse sentido, mais uma vez é de se assinalar que, independentemente do valor intrínseco dos comentários, o seu próprio volume constitui um elemento de interesse e um objeto de análise. (Ibid.: 141)

Palacios ainda destaca que a marginalia pode constituir um ferramental de potencial interesse em relação ao estudo de alguns aspectos da recepção jornalística, especialmente à dimensão comparativa e intercultural da valoração do material disponibilizado para consumo pelas empresas jornalísticas.

Seguindo essa perspectiva, consideramos pertinentes as proposições de Braga (2006) com respeito ao sistema de interação social sobre a mídia: o sistema de resposta social. “Este terceiro sistema corresponde a atividades de resposta produtiva e direcionadora da sociedade em interação com os produtos midiáticos” (Ibid.: 22) e caracteriza-se como um sistema de circulação diferida e difusa. Isso quer dizer que os sentidos produzidos pela instância midiática não apenas chegam à sociedade como também circulam nela.

O autor descreve um sistema social que não é habitualmente percebido e cuja peculiaridade não poderia ser subsumida nem pelo subsistema de produção, nem pelo subsistema de recepção. Trata-se de um terceiro subsistema próprio dos processos midiáticos que concentra as atividades de resposta, ou seja, os discursos gerados pela audiência a partir dos “estímulos produzidos inicialmente pela mídia” (Ibid.: 28), e que, ao fazer circular reações sociais sobre os processos e produtos midiáticos, cumpre uma determinada função sistêmica de retroalimentação. Contempla-se, assim, um conjunto de dispositivos que “participam, pela natureza mesmo de suas atividades, de um sistema social mais amplo, caracterizado pelo fato de fazer circular ideias, informações, reações e interpretações sobre a mídia e seus produtos e processos – de produzir respostas” (Ibid.: 30). A circulação, nesse caso, é vista como aquilo que depois

de ser veiculado pela mídia passa a circular na sociedade, ou seja, refere-se ao que a sociedade faz com a sua mídia, organizando-se por meio de dispositivos que vão desde cineclubes, sites de crítica midiática e fóruns de discussão sobre TV até conversas de mesa de bar.

Conforme o Braga (Ibid.), os dispositivos sociais gerados para organizar falas e reações sobre a mídia utilizam, com frequência, a própria mídia como veiculadora. Assim, é possível inferir que os discursos dos leitores nesses espaços poderiam ser considerados a partir da noção de crítica midiática:

Podemos dizer que críticas midiáticas são trabalhos explícitos sobre determinadas produções da mídia, baseados em observação organizada de produtos, com objetivos (expressos ou implícitos) determinados por motivações socioculturais diversas e voltados para o compartilhamento, na sociedade, de pontos de vista, de interpretações e/ou de ações sobre os próprios produtos (ou tipo de produtos), seus processos de produção e/ou seu uso pela sociedade. (Ibid.: 71)

Na perspectiva de Braga (Ibid.), essa interação com o produto gera processos interpretativos nas respostas das práticas sociais, a partir do que a mídia produz. Sendo assim, as ações podem se misturar e se interferir mutuamente, caracterizando-se como “contrapropositivas, interpretativas, proativas, corretoras de percurso, controladoras, seletivas, polemizadoras, laudatórias, de estímulo, de ensino, de alerta, de divulgação, venda etc.” (Ibid.: 39-40).

As seções de comentários de leitores são analisadas por Palacios (2010), que elenca algumas questões nas quais esses espaços aparecem nos estudos sobre webjornalismo, como: os possíveis efeitos dos mecanismos participativos na ampliação da esfera pública; os possíveis efeitos desses mecanismos na viabilização de “modelos de negócios” no webjornalismo; os possíveis efeitos de aumento da resolução semântica que os comentários possam trazer à informação jornalística; e as consequências éticas decorrentes da chancela de autenticidade e credibilidade que uma plataforma e uma logomarca jornalística podem emprestar a comentários incorretos. O próprio autor aborda outra dimensão: “sua caracterização como uma nova forma de Marginália e seus possíveis efeitos sobre a Memória, especialmente no que se refere às relações entre memória jornalística e História” (Ibid.: 2).

Considerando essas visadas teóricas, apresentamos, a seguir, as gramáticas de reconhecimento, ou seja, os discursos dos leitores nas *fanpages* do *Estadão* e da *Folha de S.Paulo*. Para tanto, foram selecionados comentários referentes a postagens das imagens da capa do dia de cada jornal. Estas foram selecionadas por considerarmos que os leitores comentariam, hipoteticamente, sobre o trabalho enunciativo desenvolvido pela instância produtiva, as lógicas produtivas, as escolhas de temas, os enquadramentos, enfim, os critérios de noticiabilidade dos jornais. O período de coleta compreendeu o mês de setembro de 2014, que foi um período emblemático, pois antecedeu as eleições presidenciais no Brasil. Logo, as capas dos jornais refletiam notícias sobre o pleito. Ao longo desse período foram contabilizadas 60 postagens das capas dos jornais (30 da *Folha de S.Paulo* e 30 do *Estadão*) e 20.747 comentários (10.991 da *Folha de S.Paulo* e 9.756 do *Estadão*).

Tipos de leitores

A partir da observação de todos os comentários foi possível distinguir algumas constantes e recorrências significativas nos comentários dos leitores. Desse modo pôde-se inferir um conjunto de lógicas de reconhecimento, ou seja, tipos de leitores que emergem a partir de seus discursos.

Tipos de Leitor	Jornal	Comentários
Leitor recompensado	Folha de S.Paulo (28/09/2014)	 Raimundo Filho O povo tem que acreditar mais nas notícias, poi, são fontes fidedignas, para informar, a Folha de São Paulo tem credibilidade nacional. Curtir · Responder · 1 · 28 de setembro às 15:32
Leitor desiludido	Estadão (27/09/2014)	 Waldemar Dos Santos Perdi a credibilidade no Estadão.... Curtir · Responder · 27 de setembro às 09:46
Leitor amigo	Folha de S.Paulo (17/09/2014)	 Marília Marsulo Frankie Freitas, olha a foto da capa! Curtir · Responder · 17 de setembro às 09:45
Leitor anunciante	Folha de S.Paulo (20/09/2014)	 Brasilmix Livros Usados Onde comprar livros usados com garantia de entrega ??? Visite >>> www.brasilmix.com.br <<< Curtir · Responder · 20 de setembro às 09:08
Leitor partidário	Estadão (17/09/2014)	 Tiago Morassi Estadão, está levando quanto nessa com o ibope? Será que o estadão, não lê os comentários das publicações? Aqui a cada 10, pelo menos 6 não quer a Dilma!!! Curtir · Responder · 2 · 4 de setembro às 10:55
Leitor ofensivo	Folha de S.Paulo (20/09/2014)	 Nivania Lucia Battigaglia Leite faz um favor pra gente? Cala a boca...idiota Curtir · 1 · 20 de setembro às 13:58
Leitor editor	Estadão (22/09/2014)	 Leonardo Araujo "princpail" Curtir · Responder · 4 · 22 de setembro às 09:04  Estadão Obrigado, Leonardo! Já corrigimos! 😊 Curtir · 5 · 22 de setembro às 09:06
Leitor "espalhador"	Estadão (21/09/2014)	 Humberto Saggim compartilhou a foto de Estadão. 21 de setembro de 2014 · 🌐 [O QUE PENSAR DISTO?!] Exibir anexo Curtir · Comentar · Compartilhar 6 pessoas curtiram isso. Ver mais 4 comentários  Evidia Fiosi Dantuono TEM MELHOR PRA POR NO LUGAR ,PELO MENOS ESSES JA SABEM ROUBAR 21 de setembro de 2014 às 18:25 · Curtir · 1  Regina Rocha Posso imaginar quais. 21 de setembro de 2014 às 19:09 · Curtir · 1  Dalva de Paula já são conhecidos ... assim não irão nos decepcionar ahaha 21 de setembro de 2014 às 19:20 · Curtir · 1  Adelino Mac Cord Não bastasse essa desgraça, na página 10 de O Globo de hoje, domingo 21/09/14, tem como manchete: "Processados, fichas - sujas repassam vagas a familiares". ATENÇÃO eleitor: que está pagando a conta de tanta orgia é cada um de nós ! 21 de setembro de 2014 às 19:31 · Curtir · 3
Leitor jocoso	Folha de S.Paulo (19/09/2014)	 Pedro Silva Galvao é mais fácil ganhar na MEGA SENA, que ser entrevistado por alguém desse troço do DATAFOLHA Curtir · Responder · 5 · 19 de setembro às 09:28
Leitor migratório	Estadão (27/09/2014)	 Marcos De Moraes Itu enfrenta racionamento de água em seca histórica Jornal Nacional G1 - http://g1.globo.com/.../itu-enfrenta-acionamento-de-agua... Curtir · Responder · 27 de setembro às 00:24

Quadro 1: Tipos de leitores coprodutores
Fonte: elaboração do autor

Conforme o Quadro 1, identificamos distintos tipos de leitores. Podemos observar que o leitor recompensado é aquele que se sente agradecido por receber os conteúdos jornalísticos. Muitas vezes ele parabeniza o jornal pela publicação, manifesta sua satisfação com o veículo e faz avaliações positivas sobre este. Já o leitor desiludido é aquele que se sente descontente com o jornal. Como efeito de suas desilusões, enuncia a “ruptura” do vínculo. Nos casos analisados, em específico, por se tratar de um período pré-eleições, as notícias de capa veiculadas levam os leitores a posicionarem-se a favor ou contra o jornal diante de suas preferências partidárias. Muitos sugerem deixar de ler e curtir a *fanpage* dos jornais, alguns

afirmam ter deixado de ser assinante do veículo e outros dizem ter perdido a credibilidade com o jornal.

O leitor amigo é aquele que “marca” seus amigos nos comentários, como se estivesse recomendando ou sugerindo a leitura da notícia, adicionando enunciados convidativos (“olha isto”; “olha aí”, “olha a foto de capa”). Assim, fazem com que o conteúdo jornalístico apareça no *feed* de notícias de outras pessoas, ampliando a circulação da informação. Encontramos também o leitor anunciante, que entra na cena discursiva com o intuito de vender algo e/ou divulgar produtos e marcas. Seus comentários, na verdade, são anúncios que aparecem deslocados do contexto enunciativo. Encontramos leitores que divulgam sites para venda de livros usados, perfumes internacionais etc. Esse tipo não está interessado no conteúdo, mas sim em aproveitar a situação para vender, já que há um fluxo grande de possíveis clientes nas postagens.

O leitor partidário defende determinado partido político, militando e exprimindo opiniões. No conjunto dos comentários observados verificamos que os leitores partidários, em sua grande maioria, formam uma comunidade discursiva mais homogênea e interessada em assuntos políticos, uma vez que partilham pontos de vistas, argumentam sobre as propostas dos candidatos e interagem com os outros internautas. Muitos geram debates, no entanto alguns optam por ofender e criticar os demais leitores. Já o leitor ofensivo é aquele que agride os outros leitores. Nos casos analisados, isso ocorreu por motivos políticos, ou seja, em defesa de candidatos. Fica evidente essa postura em enunciados do tipo: “cala a boca, idiota”, “sua crítica foi tão burra”, “você é tonta, moça?”, “sua ignorante”, “você é imbecil” e “é burro”.

O leitor editor é aquele que avalia o conteúdo dos jornais sinalizando erros ortográficos, desqualificando jornalistas e editores, questionando manchetes e escolhas de fotografias. Ou seja, desempenha funções editoriais. Já o leitor “espalhador” é aquele que compartilha as informações, dando visibilidade à enunciação jornalística e ampliando o seu alcance. Assim, faz recircular a informação. Esse tipo de leitor pode apenas compartilhar ou agregar informações, dados e opiniões a respeito do conteúdo. É possível notar que, após a recirculação, as notícias seguem sendo debatidas nos perfis dos leitores, ganhando outras dinâmizações. Assim, há uma lógica por parte dos leitores – ao recircular as notícias agregando-lhes opiniões/informações – que ressignifica os conteúdos da instância da produção, gerando uma outra postagem que passa a ser debatida em outro lugar que não o da produção jornalística.

O leitor jocoso é aquele cujo enunciado transmite ironia, com o objetivo de zombar ou ser sarcástico. O discurso em tom jocoso assume um comportamento crítico. Por fim, o leitor migratório é aquele que perambula por diversas mídias, deslocando-se por outros veículos de comunicação. Seus motivos podem ser a busca por mais informações, pontos de vista ou explicações que complementem o conteúdo postado pelo jornal. Em sua grande maioria, esse tipo de leitor costuma postar, junto com seus enunciados, um link para outros sites. Com esse tipo de deslocamento pode haver uma certa ruptura no ambiente da circulação, pois leva o leitor a obter informações em outras zonas produtivas, fragilizando, assim, o contato entre jornal e leitor.

Considerações finais

Com o exposto até aqui, consideramos que o campo do jornalismo vem desenvolvendo-se no cenário das redes sociais digitais buscando a manutenção do seu público leitor ao oferecer alternativas de conteúdos personalizados e multimidiáticos. Há uma reorganização textual a partir de hipertextos e da multimedialidade que exige dos leitores aptidões para a prática da leitura. Nesse sentido, acreditamos que no cenário das redes sociais digitais há um leitor coprodutor que desenvolve competências e vivencia experiências potencializadas com as facilidades das ferramentas tecnológicas. Para Scolari (2008), essa experiência de fruição hipertextual tem construído um tipo de leitor acostumado com a interatividade e com as redes, um usuário “experto” em textualidades fragmentadas e com grande capacidade de adaptação a novos ambientes de interação.

Acreditamos que o leitor coprodutor no cenário das redes sociais digitais reconhece na facilidade das ferramentas tecnológicas com as quais interage um elemento central para manutenção de seus vínculos e experiências em rede. A mídiatização das novas tecnologias convertidas em meio é fundamental nesse contexto de colaboração e relações individuais de sujeitos envolvidos em uma rede de contatos compartilhados, reconfigurando seus modos de acesso e consumo, por exemplo. Mais do que vivenciar tais experiências, é fundamental e necessário espalhar/compartilhar aquilo que se experimenta, pois as redes sociais digitais possibilitaram a democratização das competências desses leitores que manejam com desenvoltura linguagens hipertextuais e mídiatizadas.

A partir do esquema proposto por Verón (2013), apreendemos que há um trabalho discursivo realizado em uma zona estabelecida no encontro entre as gramáticas de produção e as gramáticas de reconhecimento, que aponta para efeitos imprevisíveis segundo as expectativas das estratégias do campo midiático. É na “zona de interpenetração” que discursos são engendrados de acordo com lógicas assimétricas, pois o acesso às dinâmicas produtivas não significa a convergência de práticas discursivas. A instância produtiva institui zonas complexas de uma intensa atividade de retorno/resposta (BRAGA, 2012), redefinindo a natureza de vínculos com os leitores. A análise das gramáticas de reconhecimento (VERÓN, 2013), por meio dos comentários dos leitores, por exemplo, pode revelar a não linearidade existente entre produção e reconhecimento, assim como os modos como os leitores ressignificam os sentidos ofertados, configurando-os como leitores coprodutores.

Referências

BOUTAUD, J.-J.; VERÓN, E. Del sujeto a los actores. La semiótica abierta las interfaces. In: _____. *Sémiotique ouverte*. Itinéraires sémiotiques en communication. Paris: Lavoisier; Hermes Science, 2007.

BRAGA, J. L. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Circuito versus campos sociais. In: JANOTTI, J.; MATTOS, M. Â.; JACKS, N. (Orgs.). *Mediação & Mídiatização*. Salvador: EDUFBA; Brasília, DF: Compós, 2012.

FAUSTO NETO, A. Olhares sobre a recepção através das bordas da circulação. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 18., 2009, Belo Horizonte. *Anais...* Brasília, DF: Compós, 2009.

FERREIRA, J. Dispositivos midiáticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Intercom, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/P3Y6fo>>. Acesso em: 4 maio 2010.

_____. Como a circulação direciona os dispositivos, indivíduos e instituições? In: BRAGA, J. L. et al. (Orgs.). *Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 2013.

LUHMANN, N. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. *Sistemas sociais: lineamientos para una teoría general*. Tradução Silvia Pappe e Brunhilde Erker; coord. Javier Torres Nafarrate. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Iberoamericana, 2006.

MAESTRI, M. Sobre las hiperaudiencias. In: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. (Orgs.). *Mediatización, sociedad y sentido*. Rosário: UNR, 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MOURA, M. As formas mestiças da mídia. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 163, p. 10-15, set. 2009. Entrevista com Jesús Martín-Barbero.

PALACIOS, M. Marginália no ciberjornalismo: os comentários de leitores na constituição da memória do tempo presente. In: CONGRESO INTERNACIONAL CIBERPERIODISMO Y WEB 2.0, 2., 2010, Leioa. *Atas...* Leioa: Universidad del País Vasco, 2010.

_____. Marginália, 'zeitgeist' e memória do tempo presente: os comentários de leitores no ciberjornalismo. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 133-148, 2012.

SCOLARI, C. *Hipermediaciones*. Elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva. Barcelona: Gedisa, 2008.

VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

_____. *La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes*. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2013.

ZAGO, G. *Recirculação jornalística no Twitter: filtro e comentário de notícias por interagentes como uma forma de potencialização da circulação*. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Fotografia e saudade: três considerações sobre a perda

Michel de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil). Mestre em Comunicação e especialista em Fotografia: práxis e discurso, ambos pela Universidade Federal de Londrina. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: michel.os@hotmail.com.br

Resumo: O artigo discute a relação entre fotografia e saudade, a fim de observar como a imagem fixa mantém conexões com esse complexo sentimento. Para aprofundar a questão, apresenta apontamentos sobre as perdas que envolvem a fotografia: dos entes queridos que não mais existem – imortalizados nos retratos –, da materialidade da imagem e da vocação mnemônica atribuída aos registros da câmera. A partir desse exercício de reflexão, é possível depreender que a fotografia, em suas diversas fases e usos sociais, ainda preserva sua vocação elegíaca, a suscitar saudades.

Palavras-chave: Fotografia; Saudade; Memória; Cultura visual.

Photography and nostalgia: three considerations about loss

Abstract: The article discusses the relationship between photography and nostalgia, in order to observe how the still image maintains connections with this complex feeling. To deepen the question, it presents notes on the losses that involve photography: of loved ones who no longer exist – immortalized in portraits –, of the materiality of the image and of the mnemonic vocation attributed to the camera records. From this exercise of reflection, it is possible to realize that photography, in its various phases and social uses, still preserves its elegiac vocation, evoking nostalgia.

Keywords: Photography; Nostalgia; Memory; Visual culture.

Introdução

¹ Relato feito a partir da visita à casa de dona Relindes Scholze Vaz, em junho de 2015, durante entrevista para a pesquisa que resultou na dissertação *Saudades eternas: a fotografia no limiar entre a morte e a eternidade* (SILVA, 2016).

Dona Relindes abre o armário e volta com alguns álbuns¹. Inúmeras fotografias a preservar no papel tantas cenas do passado. Enquanto folheia as páginas encadernadas, narra histórias dos dias idos: festas em família, a infância dos filhos, animais de estimação, as reformas na casa, encontros com amigos, viagens de férias, os entes queridos que não mais vivem, os pés de couve maiores que o telhado.

Os retratos suscitam a tessitura feita com fragmentos, recordações permeadas por sentimentos e afetos. “Volta e meia eu pego esses retratos pra rever. A gente sente saudade... Mexe... Mexe...” (VAZ, 2015: 114’12”). A declaração de dona Relindes se apresenta como indício da complexa relação estabelecida entre fotografia e saudade. Ao ser tomada como registro mnemônico, a imagem fixa motiva sentimentos que excedem os limites do visível. A superfície bidimensional se desdobra, ganhando profundidade a partir do relato oral motivado pela fotografia.

Essas considerações iniciais apresentam alguns pontos que serão abordados na discussão aqui delineada, a qual tem como eixo condutor a relação entre fotografia e saudade. Trata-se de um exercício dialógico que busca apresentar a complexidade do sentimento saudoso – cuja dinâmica escapa às conceituações – e, ainda, estabelecer conexões com os usos sociais atribuídos à fotografia, tomada socialmente como relicário afetivo, principalmente no reduto doméstico.

O debate culmina na relação da saudade com a perda, a fim de estabelecer um entendimento mais complexo sobre os registros da câmera escura, observados a partir das transformações da fotografia ao longo de sua história e dos novos usos atribuídos às imagens fixas.

Da complexidade do sentido à facilidade do sentir

Que é a saudade? Por apresentar uma ontologia complexa, esse sentimento incógnito não se enquadra em definições. Da forma como é vivenciada no Brasil, a saudade é herança de Portugal. Isso motivou a criação de uma espécie de mitologia linguística, que defende a posse do termo para os falantes de português: os outros idiomas não têm tradução para saudade, costuma-se destacar. No entanto, Eduardo Lourenço (1999: 15) observa que esse sentimento é partilhado por outras culturas: “Sob outros nomes ou sem nomes, a saudade é universal não apenas como desejo de eternidade, mas como sensação e sentimento vividos da eternidade. Ela brilha sozinha no coração de todas as ausências”.

O antropólogo Roberto DaMatta (1993) amplia essa compreensão ao defender que a saudade é um conceito duplo que parte do geral em direção ao particular. Ao se debruçar sobre as singularidades, o autor entrevê um componente antropológico que torna possível definir uma saudade luso-brasileira: “aprendemos a *sentir saudade*, como aprendemos a brincar carnaval e a comer feijoada” (DAMATTA, 1993: 23, grifo do autor).

Essa compreensão, no entanto, não responde à questão primordial: que é a saudade? A pergunta é quase retórica, pois se parte para a busca de respostas possíveis que não darão conta desse sentimento. Apesar de alguns debates já terem sido levantados, a saudade segue conservando certo ar de mistério. É como se existisse apenas para ser sentida, e não para ser definida. Ramón Piñero (1984) comenta sobre essa dificuldade de explicar o sentimento saudoso:

² Tradução livre do original: “No caso da saudade non se trata dun eco sentimental de ‘algo’; é un sentimento sen obxecto, un puro sentir, o decorrer espontâneo do sentimento ceibe de toda relación co pensamento ou coa vontade. De aí a súa escuridade, a súa incompreensibilidade conceptual”.

No caso da saudade não se trata do eco sentimental de “algo”; é um sentimento sem objeto, um puro sentir, o decorrer espontâneo do sentimento livre de toda relação com o pensamento ou com a vontade. Daí a sua escuridão, sua incompreensibilidade conceitual. (PIÑERO, 1984: 31)²

Eduardo Lourenço (1999) classifica a saudade como enigma. Talvez por isso tenha instigado mais poetas do que pesquisadores, os primeiros apresentando maior ímpeto diante das incógnitas. A subjetividade contida na compreensão desse sentimento pode ser um dos principais desafios para os acadêmicos, o que justifica a escassez de referenciais teóricos sobre o tema.

No ensaio *Da saudade ao saudosismo*, o escritor português Afonso Botelho defende que para compreender a saudade é necessário estabelecer ligações entre o pensamento racional e a subjetividade. Segundo o autor, “a saudade deve ter uma natureza supra-racional e, também por igual motivo, supra-afectiva, o que é o mesmo que dizer que nem só a razão nem só a afectividade determina o estado saudoso” (BOTELHO, 1990: 32).

O principal ponto de concordância entre os debatedores da saudade é a sua ligação com a ausência. Trata-se de um sentimento que se enraíza nos buracos deixados por aquilo que falta, seja pela distância ou pela extinção. “A saudade é antes de tudo, ausência, apartamento de pessoas, de seres livres que se perderam”, reitera Botelho (1990: 36). Mas essa ausência só se faz sentir por estar envolvida com outro sentimento tão incógnito e indefinível quanto a saudade: o amor. Ainda segundo o autor, a saudade assegura a continuidade do amor: “Ela é, afinal, o próprio amor vagando na procéla do tempo e do espaço” (Ibid.: 24).

Só faz falta aquilo que se ama. É na ausência dos entes queridos, da terra natal ou do aconchego do lar materno que os ventos da saudade sopram, remexendo sentimentos e trazendo à tona as velhas lembranças encobertas pela poeira do tempo. “Com a *saudade*, não recuperamos apenas o passado como paraíso; inventamo-lo” (LOURENÇO, 1999: 14, grifo do autor). Nesse aspecto, a saudade interage com a imaginação, que auxilia na rememoração afetiva trazendo aconchego e aplacando momentaneamente a ausência.

“O amor e a ausência são causa normal da saudade, mas não a origem necessária”, afirma Botelho (1990: 139), e complementa: “o amor e o desejo fenecem e a saudade persiste”. Com essa afirmação, o autor explicita que o sentimento saudoso é da ordem do duradouro, permanecendo até mesmo quando outros sentimentos considerados mais nobres se extinguem. A partir dessa compreensão, é possível aproximar a saudade das instâncias da morte – que aterroriza os vivos com sua ausência perpétua. É justamente a saudade, com seus paradoxos de dor e prazer, que aplaca a falta eterna deixada pelos que se foram.

Ao se apresentar como barreira contra o fluxo irremediável do tempo, a saudade embaralha as instâncias temporais. “Passado, presente e futuro encontram, portanto, a sua unidade dinâmica na dialética íntima da saudade” (Ibid: 162). Possivelmente em razão disso a saudade se apresenta como sentimento confuso, que aparenta manter em suspensão o indivíduo saudosista. Observar um retrato antigo, reler uma velha carta ou entregar-se ao exercício mental da rememoração faz a experiência sensória se deslocar para um tempo único, que sobrepõe presente, passado e a noção de futuro.

Outra nuance da saudade é a ambiguidade: pode evocar sentimentos de dor e pesar ou, em contrapartida, suscitar sensações de prazer e conforto. Apesar dessa capacidade de mobilizar sensações distintas, Piñeiro (1984) ressalta que, em essência, a saudade não é nem triste, nem alegre, mas uma forma de sentir dentro dos limites da individualidade de cada sujeito. Segundo Botelho (1990: 31):

A saudade é causa de prazer, por intervenção activa da razão, que ilumina a memória e permite que se verifique quando o estado actual é melhor que a situação lembrada, e aquele em que, parte da razão pelo menos, se deixa afectar pelo rijo desejo de voltar ao estado ausente.

Em contraposição, a saudade pode evocar emoções negativas quando o indivíduo não consegue superar a falta do que suscitou a ausência ou a distância do

que se ama. Nesse aspecto, o sentimento passa a flertar com a tristeza e com a melancolia. Mas enquanto os outros sentimentos são experimentados de forma passageira, a saudade “faz do ‘passageiro’ algo de idealmente presente” (LOURENÇO, 1999: 32).

Piñeiro (1984: 33) define a saudade como “sentimentalidade pura”. Ao afirmar isso, o autor busca explicitar a relação que esse sentimento estabelece com a afetividade, e mais, deseja apresentar a saudade como a principal instância de subjetividade: “É a vivência espontânea da pura intimidade do ser humano, vivência profunda, escura e passiva, porque é produzida com independência e anterior à atividade do intelecto e da vontade”³ (Ibid.: 34).

³Tradução livre do original: “É a vivência espontânea da pura intimidade do ser humano, vivência fonda, escura e pasiva, porque se produce com independência e con anterioridade á atividade do intelecto da vontade”.

Sentir saudade é, portanto, um exercício de autoconhecimento, por meio do qual é possível imergir na própria interioridade: “na saudade o homem fica afundado dentro de si mesmo, isolado de todo contato exterior”⁴ (Ibid.: 36). O movimento da saudade, contudo, não se limita à interioridade do sujeito. É preciso levar em conta seu aspecto transcendental. A alma saudosa é capaz de escrutinar os próprios limites e, ao mesmo tempo, alargar-se, buscando sensações e evocações de afetividade que são exteriores ao indivíduo.

⁴Tradução livre do original: “Pois na saudade o home queda afundado dentro de si mesmo, illado de todo contacto exterior”.

Por essa vocação à transcendência, a saudade apresenta uma capacidade de possessão: “Não temos saudade, é a saudade que nos tem, que faz de nós seu objeto. Imersos nela, tornamo-nos outros. Todo nosso ser ancorado no presente fica, de súbito, ausente” (LOURENÇO, 1999: 32). O que a aproxima do transe: arrebatamento momentâneo, em que a noção de tempo e espaço se altera, como se interior e exterior se fundissem em uma única instância.

Fotografia como suporte da saudade

Toda fotografia é ausência e, portanto, saudade. Essa é a primeira aproximação que pode ser feita a partir dos apontamentos sobre as nuances do sentimento saudosista. A fotografia é projeção do referente deslocada para outro recorte espaço-temporal. O que um retrato mostra não existe mais como tal, já passou pelas transformações do tempo ou pode até mesmo nem mais existir. É nesse sentido que a imagem fixa é tomada como suporte da saudade, pois faz retornar aquilo que não mais existe com sua reencarnação imagética.

Cabe ressaltar, entretanto, a ambivalência da fotografia como artefato de culto à memória, quando atrelada à saudade. “Uma foto é tanto uma pseudo presença quanto uma prova de ausência”, afirma Susan Sontag (2004: 26). Essa constatação se relaciona com a ideia da dicotomia saudosista, segundo a qual, a saudade pode tanto evocar sentimentos de dor quanto de prazer. Para Dubois (1993: 81), a fotografia é uma “presença afirmando ausência” e, ao mesmo tempo, uma “ausência afirmando a presença”. É essa relação ambivalente que movimenta e mistura emoções distintas no ato rememorativo, entre as quais se encontra a saudade.

Fotografia e saudade estabelecem uma relação muito próxima, principalmente pelo fato de a imagem fixa ter sido tomada socialmente como artefato da memória por excelência. É comum ao saudosista entregar-se à lembrança do passado, declarando paixão ao tempo idealizado no qual seus sentimentos encontram conforto.

Não é por acaso que os pequenos retratos de porcelana são fixados nas lápides de cemitério, muitas vezes ao lado de declarações de saudades eternas, ou de alguma frase que reforce a imortalidade do ente querido na memória familiar. São instâncias distintas, mas que se aproximam por sua evocação de presença e pelo afeto envolvido.

Nesse contexto, é possível afirmar que a fotografia – com todas as suas complexidades conceituais – estabelece relação bastante próxima com a saudade, tornando-se suporte ideal para que o indivíduo saudoso realize a transcendência necessária para reavivar simbolicamente a presença do ser amado que já não vive.

Para Botelho (1990: 14), é justamente a saudade que possibilita a sobrevivência da pessoa amada na imagem: “O poder evocativo da saudade é o único a atrair a transcendência da segunda realidade”. Nesse sentido, a saudade é o que movimenta as emoções e alicerça o culto à memória dos que já foram. A fotografia, com sua promessa de eternidade, aplaca momentaneamente as saudades eternas da ausência deixada pela morte dos entes amados.

A fim de aprofundar a relação entre fotografia e saudade, propõe-se um exercício de reflexão baseado nas perdas, de modo a traçar conexões entre a ausência e o complexo sentimento saudosista.

Perda I: o que se ama

À fotografia foi atrelada a função de preservar fragmentos do visível, garantindo a perpetuação imagética dos feitos importantes nas diversas esferas sociais. Essa vocação memorialista está presente em outros usos dos registros fotográficos, mas é no reduto doméstico que os retratos se configuram como verdadeiros relicários afetivos, responsáveis por preservar a aparência dos acontecimentos e dos seres amados.

Dessa maneira, as fotografias dos encontros em família, os retratos de casamento ou da infância dos filhos são transformados em relicários afetivos, como explica Kossoy (2005: 42, grifo do autor): “todos nós guardamos fotos de nossas experiências de vida: *imagens-relicário que preservam cristalizadas nossas memórias*”. Ainda segundo o autor, a fotografia produz um substituto portátil do sujeito ou cena fotografados, que podem, então, ser transportados através do espaço e do tempo. As cenas do mundo são transmutadas em imagens.

Ao que Kossoy (2005) denomina de imagem-relicário, Jean-Marie Schaeffer (1996) conceitua como foto-recordação, que não configura uma categoria de imagens, mas define a relação que se mantém com determinada imagem.

Ver uma foto-recordação é sentir-se, de imediato, em casa, independentemente das eventuais dificuldades que se possa ter em identificar de maneira concreta tal ou tal imagem em particular. Em outras palavras, o contexto perceptivo tem um papel crucial. (SCHAEFFER, 1996: 79)

A foto-recordação é capaz de suscitar lembranças e afetos naqueles que têm ligação direta com a imagem, o que mobiliza o sentimento de preservação das fotografias. É o que acontece, por exemplo, no caso dos retratos de família, que devem ser conservados cuidadosamente a fim de garantir a sobrevivência imagética dos fragmentos do passado preservados na fotografia.

O registro fotográfico é tomado como duplo imagético, emanação direta do sujeito fotografado. O que estabelece a confusa relação entre a imagem e seu referente, relação que é motivada pela “*pulsão metonímica*” (DUBOIS, 1993: 78, grifo do autor) advinda do caráter indicial da fotografia.

A imagem bidimensional é considerada parte do que foi fotografado. Com o desaparecimento do referente, o registro fotográfico é adotado como seu substituto. “É a foto que literalmente vai se tornar sua lembrança, substituir a ausência” (Ibid.: 90). Nesse sentido, a fotografia torna-se reaparição do referente em um jogo esquizofrênico, no qual, metonimicamente, a parte é recebida como o todo.

Essa sobrevivência imagética é explicada conceitualmente por Kossoy (2009), quando afirma que a imagem fotográfica cria uma segunda realidade. A primeira realidade “é a realidade do assunto em si na dimensão da vida passada, diz respeito à história particular do assunto independentemente da representação” (Ibid.: 36). É a realidade própria dos fenômenos e, portanto, impossível de ser captada por um aparato técnico, conforme afirma Soulages (2010: 83): “o real é infotografável”.

Apesar de não poder captar a realidade exterior do mundo, a fotografia se apresenta como suporte ao que Kossoy (2009: 37) denomina de realidade interior, ou segunda realidade, isto é, a “realidade do assunto representado, contido nos limites bidimensionais da imagem fotográfica, não importando qual seja o suporte no qual esta imagem se encontre gravada”.

A partir dessas definições, o autor deixa claro que a fotografia institui uma realidade própria, que mantém relação de contiguidade com o objeto fotografado, mas, ao mesmo tempo, instaura a representação que é própria da realidade interior da fotografia. “Inicia-se, portanto, uma outra realidade, a do documento: a *segunda realidade*, autônoma por excelência. Inicia-se um outro processo: o da vida do documento” (Id., 2012: 46, grifo do autor).

Ao criar essa segunda realidade, a fotografia garante a sobrevida imagética do que foi fotografado.

Os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores-fotógrafos e seus equipamentos. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive, algumas vezes em seu artefato original, outras vezes apenas o registro visual reproduzido. (Ibid.: 168)

Essa segunda existência é menos instável do que a biológica. Mas, ainda assim, requer cuidados que garantam sua preservação. No caso das fotografias de família, a sobrevida é garantida pela relação afetiva e de culto, que assegura a existência e a manutenção dos registros fotográficos.

Conservar os retratos é resguardá-los de uma segunda morte. Kossoy (Ibid.: 168) destaca que o desaparecimento da segunda realidade, por ato voluntário ou involuntário, faz os personagens imortalizados simbolicamente pela fotografia morrerem outra vez. Ao comentar sobre a angústia de imaginar a destruição dos retratos de seus pais, Barthes (1984: 140) ilustra como se dá essa segunda morte simbólica:

Diante da única foto em que vejo um pai e minha mãe juntos, que sei que se amam, penso: é o amor como tesouro que desaparecerá para sempre; pois quando eu não estiver mais vivo ninguém poderá testemunhá-lo: não restará mais que a indiferente Natureza.

O desaparecimento da representação faz as lembranças se tornarem suscetíveis aos lampejos da memória e serem submetidas aos riscos do esquecimento.

Perda II: o corpo da fotografia

Em sua instância material, a fotografia doméstica foi tomada como artefato mnemônico: espécie de memória externa que dá estabilidade à dinâmica imprecisa dos processos memorativos, sedimentando na superfície do papel fotográfico a aparência daqueles ou daquilo que se deseja preservar. Artefato no sentido de suporte, de superfície palpável.

Além de ser artefato memorial, a fotografia também é envolta em uma aura afetiva, por sua capacidade de suscitar emoções e sentimentos. A partir dos velhos retratos, torna-se possível analisar a passagem dos dias, vasculhar na memória as sensações do tempo que se foi. A fotografia se apresenta como elo capaz de unir as pontas do passado em dado instante do presente. E isso se dá por sua vocação biográfica, como destaca Bosi (2003: 26): “Só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade”.

O historiador Ulpiano Meneses (1998: 93) considera que os objetos, por sua materialidade, têm uma trajetória própria: “A biografia dos objetos introduz novo problema: a biografia das pessoas nos objetos”. É a partir dessa interação entre o indivíduo e os artefatos que preserva ao longo da vida que se torna possível estabelecer processos memorativos, conforme destaca Marcus Dohmann (2013: 33):

Objetos ou coisas sempre remetem a lembrança de pessoas ou lugares, de uma simples fotografia até um marco arquitetural. Ao proporcionar a conexão com o mundo, os objetos mostram-se companheiros emocionais e intelectuais que sustentam memórias, relacionamentos e histórias, além de provocarem constantemente novas ideias.

A materialidade possibilita que a fotografia seja tomada como lugar de memória. Segundo o historiador Pierre Nora (1993: 13), os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. Dessa forma, a capacidade memorativa torna-se dependente dos artefatos que são adotados como recursos para dar estabilidade às lembranças.

A fotografia, em sua instância material, é muitas vezes tomada como segundo corpo dos ausentes, a aplacar a saudade a partir da visualização dos antigos retratos. Com o advento da fotografia digital, tem-se outra perda: a do próprio corpo bidimensional, suporte material da imagem. Esta torna-se um espectro, sem superfície palpável, e que tem a potencialidade de aparecer nas inúmeras telas. Imagem errante, aparição luminosa de códigos informáticos. Assim, a fotografia que já se configurava como o suporte imagético mais difundido, passou a ser radicalmente ubíqua.

As práticas analógicas necessitavam de suporte material em todo o processo. A fotografia digital subverte isso e se apresenta pronta. *A priori*, não é necessária nenhuma ação além do clique para que ela exista. O trabalho do laboratorista foi substituído pelo rápido processamento informático, que transforma a luz em códigos binários, mosaico de *pixels* decodificados por programas.

A imagem digital existe em sua inexistência palpável. Perda de materialidade que firma outro regime de visualidade, marcado pela produção exacerbada. Registros que já não têm a mesma importância de preservação à qual eram submetidas as fotografias de família, por exemplo, mas que estabelecem novas dinâmicas e processos comunicativos.

Segurar um retrato não é o mesmo que visualizar a projeção em uma tela. A própria ação do tempo sobre o papel, que amarelece e desbota, encarrega-se de acrescentar certa dramaticidade aos registros analógicos. As imagens digitais, por sua vez, mantêm-se intocáveis, literalmente. Sem o suporte material, as fotografias perdem a dimensão do tato, do cheiro de coisa guardada, aspectos que se somavam ao suporte visual na evocação de lembranças.

A digitalização significa, em muitos casos, a perda do domínio sobre o acervo fotográfico. Por mais que a observação do álbum se desse em momentos específicos, envolvendo na maioria das vezes uma situação ritualística, a segurança da propriedade garantia o conforto da preservação. Agora, com a transmissão da posse para instâncias externas à família – como no caso das redes virtuais e plataformas de arquivamento on-line –, o medo do apagamento e da destruição dos artefatos visuais da memória é um espectro que ronda a sociedade contemporânea, ainda que essa reflexão não seja efetiva.

Os mais saudosos – ou temerosos – ainda imprimem as fotografias, como forma de materializar os *pixels* no papel, dando corpo à imagem. Essa prática, no entanto, não é a mais usual. Na maioria das vezes, os registros são preservados apenas em sua instância virtual.

Perda III: a memória

A perda do corpo da fotografia marca ainda a facilidade de produção exacerbada pelos dispositivos móveis conectados à internet. Com um mesmo aparelho é possível fotografar, editar e divulgar os registros nas inúmeras redes da Internet. Os prenúncios de Vilem Flusser (2009: 54) parecem ter se concretizado: “a mania fotográfica resulta em torrente de fotografias. Uma torrente-memória que é fixa. Eterniza a automaticidade de quem fotografa”.

O excesso de registros estabelece um regime de hiperdocumentação, que não só atesta a natureza fóbica da sociedade contemporânea – que necessita sentir que está vivendo todo o tempo o tempo todo – como proporciona a terceira perda, aqui apresentada como hipótese: a do papel de preservação da memória atribuído à fotografia.

O daguerreótipo, primeira experiência fotográfica comercial, tinha valor social de artigo de luxo. A pequena placa espelhada apresentava a imagem nítida e com detalhes precisos do objeto ou sujeito fotografado. Imagem estável, com fixação de longa duração. Os primeiros daguerreótipos preservam ainda hoje as cenas eternizadas nos saís de prata. A confiabilidade atribuída à fotografia fez com que logo fosse adotada como instrumento de perpetuação dos ritos de passagem e, posteriormente, das cenas do cotidiano.

Ao observar as transformações técnicas, estéticas e sociais da fotografia, a exemplo da transição dos registros domésticos dos álbuns de família para as redes virtuais da internet, é possível apreender que seu uso como artefato de preservação tem enfraquecido. Novas práticas ganham destaque e parecem estabelecer outros regimes para a história da fotografia, agora marcada pelo rápido descarte e pela perecibilidade dos registros visuais.

As demandas sociais instituem que urge viver o agora, o instante efêmero. Quando tudo é imediato, não é preciso conservar o passado, muito menos preservar fragmentos para o futuro. Nesse contexto, os registros fotográficos estão se tornando cada vez mais descartáveis. Gradativamente, a anamnese dá lugar à dismnésia, ou seja, ao enfraquecimento da memória.

Em vez de fomentar a recordação, o excesso de registros parece desencadear o efeito oposto, culminando no esquecimento. Quando tudo é fotografável, não é mais necessário preservar os registros, pois esses logo serão substituídos por novas fotografias, igualmente perecíveis. O que acarreta a inversão radical no sentido atribuído ao ato fotográfico, como observa Joan Fontcuberta (2012: 30): “achávamos que alguma coisa do referente se incrustava na fotografia; pois agora devemos pensar o contrário: há algo da fotografia que se incrusta no referente”.

Isso não significa, contudo, que houve uma mudança ontológica da fotografia. Os registros da câmera escura ainda continuam com a atribuição basilar de preservar fragmentos do visível como imagem fixa. O que mudou foi a sociedade, que agora utiliza a fotografia também para outros usos, marcados pela obsolescência. Com tanto excedente de produção, as fotografias se tornaram ordinárias e menos memoráveis, ou seja, foram afetadas em sua capacidade de suscitar recordações.

Das perdas às saudades

Susan Sontag (2004) considera a fotografia como uma arte elegíaca, marcada pela melancolia e pelo saudosismo. Se antes a relação da perda do referente – em especial os entes queridos levados pela morte – fazia os retratos serem tomados como suporte da saudade, ao perder a materialidade, a fotografia apresenta-se como emblema da própria perda, que deixa como saudade um ideal fotográfico que não mais existe. Tem-se, desse modo, também a perda da vocação mnemônica atribuída à fotografia.

Paradoxalmente, em vez de enfraquecer as potencialidades elegíacas da imagem fotográfica, tais perdas parecem fortalecer a instância saudosista. A fotografia passa a carregar no próprio cerne histórias e lembranças do que um dia foi.

Assim, diante dos vários prenúncios de morte, a fotografia – com sua ambivalência intrínseca – encontra outras configurações para existir, tirando das perdas a força para continuar. Nesse contexto, em vez de fazer afirmações, parece mais sensato levantar um questionamento, ainda que retórico: quantas saudades cabem em uma fotografia?

Referências

- BARTHES, R. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOTELHO, A. *Da saudade ao saudosismo*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.
- DAMATTA, R. Antropologia da saudade. In: _____. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 17-34.
- DOHMANN, M. A experiência material: a cultura do objeto. In: _____ (Org.). *A experiência material: a cultura do objeto*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013. p. 31-46.
- DUBOIS, P. *O ato fotográfico*. 13. ed. Campinas: Papyrus, 1993.
- FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.
- FONTCUBERTA, J. *A câmera de Pandora: a fotografia depois da fotografia*. São Paulo: Gustavo Gili, 2012.
- KOSSOY, B. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- _____. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- _____. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In.: ETIENNE, S. (Org.). *O fotográfico*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Senac, 2005. p. 39-46.
- LOURENÇO, E. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MENESES, U. T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/hkQ9pV>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/w4cr7Y>>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- PIÑEIRO, R. *Filosofia da saudade*. Vigo: Galáxia, 1984.
- SCHAEFFER, J.-M. *A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico*. Campinas: Papyrus, 1996.
- SILVA, M. O. *Saudades eternas: a fotografia no limiar entre a morte e a eternidade*. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/skVQPj>>. Acesso em: 5 de jun. 2017.
- SONTAG, S. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOULAGES, F. *Estética da fotografia: perda e permanência*. São Paulo: Senac, 2010.

VAZ, R. S. Entrevista a Michel de Oliveira Silva. Londrina, 28 jul. 2015. (123'53''): gravação em áudio.

Exame morfológico da telenovela *Avenida Brasil*

Luís Enrique Cazani Júnior

Doutorando, mestre e graduado em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

E-mail: cazani@faac.unesp.br

Resumo: Esta comunicação apresenta o exame morfológico da primeira fase de *Avenida Brasil* (2012), telenovela escrita por João Emanuel Carneiro e veiculada às 21h pela Rede Globo de Televisão. O protocolo metodológico propõe um olhar diferenciado sobre o objeto, levantando sua constituição, os regimentos e os relacionamentos, identificando, distinguindo e explicando seus componentes por meio de 31 funções cunhadas por Propp.

Palavras-chave: Telenovela; Morfologia; Funções; *Avenida Brasil*; Propp.

Morphological examination of the soap opera *Avenida Brasil*

Abstract: This paper presents the morphological examination of the first season of *Avenida Brasil* (2012), soap opera written by João Emanuel Carneiro and displayed on Globo Television in the primetime broadcaster. The methodological protocol proposes a different view on the subject, raising your constitution, the regiments and the relationships, identifying, distinguishing and explaining your components through 31 functions by Propp.

Keywords: Soap Opera; Morphology; Functions; *Avenida Brasil*; Propp.

Introdução

Avenida Brasil (2012), telenovela de João Emanuel Carneiro, estabelece-se a partir da ascensão, do acidente, da fuga e da culpa de um personagem central. Após conquistar o Campeonato Carioca, Jorge Tufão atropela e mata Genésio, evento que encerra o primeiro capítulo. Um clamor por Carmen Lúcia são as últimas palavras do morto. Na exibição do dia seguinte, Tufão aciona o resgate, mas parte logo em seguida, deixando o moribundo para trás. Se o jogador tivesse permanecido no local e assumido as consequências do acidente, não se teria tido uma das melhores telenovelas da atualidade. O remorso moveu o jogador para os braços da vilania e deu parâmetros para a ação do protagonismo. Com base nessa premissa, procurou-se levantar a organização da história, utilizando as funções das personagens de Propp¹(2010): “afastamento, proibição, transgressão, interrogatório, informação, ardilosidade, cumplicidade, dano, mediação, início da reação, partida, primeira função do doador, reação do herói, recepção do meio mágico, deslocamento, combate, marca, vitória, reparação do dano, regresso, perseguição, salvamento, chegada incógnita, pretensões infundadas, tarefa difícil, realização, reconhecimento, desmascaramento, transfiguração, castigo e casamento”.

¹Vladimir Propp foi um estudioso russo que reconheceu em um conjunto de narrativas folclóricas a repetição de ações, denominando-as como funções das personagens.

Personagens memoráveis passaram por *Avenida Brasil* (2012). Entretanto nenhuma exerceu tamanha fascinação quanto Carmen Lúcia, a Carminha. Na primeira fase, composta pelos sete primeiros capítulos, que constituem o corpus de análise, ela planeja um golpe contra Genésio, seu marido. Após desmascará-la, ele morre atropelado a caminho da delegacia em um acidente que envolve Jorge Tufão. Ao aproximar-se da vilã para ajudá-la, levado pela culpa, Tufão é seduzido e casa-se com ela. Ocultando sua existência e tramando contra o jogador, Carminha abandona Rita, sua enteada, em um lixão. Adotada, a menina parte para a Argentina, prometendo regressar para vingar-se da madrasta, em nome de seu pai. Na linha secundária, Cadinho é amigo de infância do jogador e mantém, secretamente, dois casamentos, um com Noêmia e outro com Verônica. Ao conhecer Alexia, ele tenta estabelecer uma terceira família.

Com o famoso verso “Oi, oi, oi”, que integra a releitura de Robson Moura e Lino Krizz da canção *Danza Kuduro*, a vinheta de abertura da novela entusiasmava o público. O *freeze*² no encerramento tornou-se a marca dos ganchos narrativos e um hit nas redes sociais. O efeito criado com as luzes captadas na avenida homônima demarcava as transformações no enredo. A celeridade conquistada por meio da completude imediata de ações e de estágios da história, o acúmulo de acontecimentos, o emprego de recursos tensivos consagrados pela dramaturgia e a distensão com a comicidade contribuíram para o sucesso. A visualidade cinematográfica da obra, com utilização de planos abertos e iluminação carregada, produziram efeitos de sentido diferenciados para um modelo clássico.

²Também conhecido como *tableau*, recurso proveniente do melodrama francês.

A versatilidade de João Emanuel Carneiro na arte de elaborar histórias, seja para o cinema, para revistas em quadrinhos ou para a televisão, marca sua trajetória profissional, favorecendo que expedientes de linguagem se estendam de uma mídia para outra. De suas telenovelas, *Da cor do pecado* (2004) e *Cobras & Lagartos* (2006) foram recordistas de audiência no horário das 19h. Ao estreiar às 21h com *A favorita* (2008), não conquistou a crítica de forma unânime. A ausência do reconhecimento prévio de quem era a vilã quebrou um paradigma que marcava uma das matrizes de linguagem da telenovela: o melodrama clássico. No primeiro momento, coube ao público ler o subtexto da trama e apostar em que esferas as personagens Flora e Donatela se situavam. Se, nessa telenovela, o público era movido pela dubiedade, em *Avenida Brasil* (2012) o caráter das personagens foi previamente apresentado. Contudo as esferas do antagonismo e do protagonismo acabaram interpolando-se com a heroína vingadora e a vilã carismática. Em *A regra do jogo* (2015), obra mais recente, o autor voltou a dividir opiniões sobre as personagens transgressoras.

³Dados divulgados pelo UOL em 18 de junho de 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2Gqw2m2>>.

Licenciada para exibição em 132 países³, *Avenida Brasil* (2012) tornou-se, dessa forma, marco na história da teledramaturgia brasileira por inovações que atingiram tanto a narrativa quanto a linguagem audiovisual, que conferiram caráter único a essa produção.

Análise morfológica de *Avenida Brasil*

A análise morfológica propõe um olhar diferenciado sobre o objeto. Ao examinar um arranjo, procura-se levantar a constituição, os regimentos e os relacionamentos existentes, identificando, distinguindo e explicando seus componentes. Nos estudos acerca do folclore russo, Vladimir Propp é comumente reconhecido pela sua morfologia do conto de magia.

Do ponto de vista morfológico podemos chamar de conto de magia todo desenvolvimento narrativo que, partindo de um dano (A) ou uma carência (a) e passando por funções intermediárias, termina com o casamento (W^0) ou outras funções utilizadas como desenlace. A função final pode ser a recompensa (F), obtenção do objeto procurado ou, de modo geral, a reparação do dano (K), o salvamento da perseguição (Rs) etc. A este desenvolvimento damos o nome de sequência. A cada novo dano ou prejuízo, a cada nova carência, origina-se uma nova sequência. (PROPP, 2010: 90)

O folclorista empreendeu esforços para entender esse tipo de narrativa, considerando as pontuações de Nicolai Yakovlevich Marr sobre a língua e a sociedade, a classificação de contos de magia de Antti Aarne e de Stith Thompson, além do corpus reunido por Aleksandr Nikoláevitch Afanássiev. Destaca-se que sua pesquisa compartilha dos mesmos objetivos da teoria formalista russa, sendo inserida nessa corrente.

No estudo comparativo entre cem contos, Propp (2010) levantou seus acontecimentos em comum, atentando para seu papel na progressão da história. Ao indicar a relação entre as ações na constituição da totalidade de sentido, o folclorista vislumbrou suas significações para, então, descrevê-las. Com base nesse pressuposto, foi estabelecida uma estrutura composta por funções. Segundo Propp (Ibid.: 22), “por função compreende-se o procedimento de um personagem, definido do ponto de vista de sua importância para o desenrolar da ação”.

Os estudos proppianos estabelecem alguns postulados: a função deve ser compreendida como unidade básica; para sua definição é necessário situá-la na história e suplantar a atuação da personagem; numericamente, decompõe-se o gênero em 31 funções e acrescenta-se a elas a exposição inaugural; e, por fim, as funções são vislumbradas em uma linha única e invariável, ainda que haja supressão de ações. O primeiro olhar do autor foi sobre eventos no corpus. Em seguida, Propp analisou a execução e estabeleceu *esferas de ação*. O cânone proposto reúne momentos iterativos e descarta os singulares.

Em resposta à crítica realizada por Claude Lévi-Strauss, Propp (Ibid.) pondera sobre a aplicação de seu método em outros gêneros literários.

É bem provável que o método de análise das narrativas segundo as funções dos personagens se revele útil também para os gêneros narrativos não só do folclore, mas também da literatura. Todavia, os métodos propostos neste volume antes do aparecimento do estruturalismo, bem como os métodos dos estruturalistas, que almejam o estudo do objetivo e exato da literatura, possuem também os seus limites de aplicação. Eles são possíveis e fecundos no caso de uma repetição em ampla escala. É o que ocorre na língua, é o que ocorre no folclore. (Ibid.: 256)

Partindo desse pressuposto, o autor estende a utilização desse protocolo metodológico para outros tipos de enunciados, desde que se considere suas particularidades e limitações⁴, expostas em *Morfologia do conto maravilhoso*.

Descrição das ações

Denomina-se como *definição reduzida* a notação empregada nos estudos proppianos para identificar acontecimentos extraídos das histórias analisadas, elaborada pelo

⁴ Embora seja uma teoria importante para se realizar a segmentação em alguns tipos de narrativas, ela se mostra deficiente, entre outras coisas, como modelo explicativo das relações entre a sociedade (e os seus discursos) e as narrativas ali produzidas. Enfim, ela não dá conta de uma análise, por assim dizer, mais dialética. São limitações do método: o número baixo de funções das personagens, as definições abstratas, a invariabilidade questionável da sequência de funções e a supressão da personagem na aplicação. Ainda assim, foi capaz de motivar estudos como o percurso gerativo de sentido de Algirdas Greimas.

folclorista com a substantivação do verbo da ação. O Quadro 1 apresenta as funções segundo esse viés, distribuídas na tríade transição, ação e reação, e descritas, em seguida, de acordo com Propp (Ibid.). As tonalidades revelam os efeitos de sentido desprendidos dos acontecimentos: o tom esverdeado demonstra os deslocamentos; o amarelado estabelece o estado de atenção para mudanças; e, por fim, a cor avermelhada apresenta a concretização.

Transição	Ação	Reação
Afastamento (I)	Proibição (II) Interrogatório (IV) Ardil (VI)	Transgressão (III) Informação (V) Cumplicidade (VII)
	Dano (VIII) Mediação (IX)	Início da reação (X)
Partida (XI)	Primeira função do doador (XII) Recepção do meio mágico (XIV)	Reação do herói (XIII)
Deslocamento (XV)	Combate (XVI)	Marca (XVII) Vitória (XVIII) Reparação do dano (XIX)
Regresso (XX)	Perseguição (XXI)	Salvamento (XXII)
Chegada incógnita (XXIII)	Pretensões infundadas (XXIV) Tarefa difícil (XXV) Reconhecimento (XXVII)	Realização (XXVI) Desmascaramento (XXVIII) Transfiguração (XXIX) Castigo (XXX) Casamento (XXXI)

Quadro 1: As ações, reações e transições das personagens no conto maravilhoso
Fonte: Cazani Júnior (2016)

Situação inicial

A apresentação das personagens, do tempo e do espaço situa o receptor no contexto da história. Mensura-se, portanto, o seu estado nessa breve exposição inaugural: o antagonista encontra-se comedido em um cenário sereno e regulado. São indicados, então, os fios que tecerão a trama e a caracterização das unidades básicas da narrativa. Dessa forma, o momento não é considerado como uma função da personagem.

Na leitura de Propp (2010: 28), “a situação inicial dá a descrição de um bem-estar particular, por vezes sublinhado propositalmente”, e “este bem-estar serve, evidentemente, de fundo contrastante para a adversidade que virá a seguir”. O florescimento do conflito é desencadeado pelas funções de preparação, e a sua superação torna-se o objetivo do herói.

Funções de preparação (I a VII)

As funções de preparação instauram o conflito. O processo é iniciado com a ausência (I), temporária ou permanente, de integrante do núcleo familiar. O distanciamento, seja do supervisor ou supervisionado, fragiliza as relações e permite que o antagonismo se manifeste. Ainda neste trecho, ao protagonista é apresentada uma norma (II), negando seu direito sobre a execução de uma atividade ou estabelecendo a sua realização. A infração desse contrato (III) mobilizará o antagonismo. Indagações (IV) são feitas objetivando obter dados relevantes ou esclarecimentos (V). Há, ainda, operações de manipulação (VI), com ocultação de identidade e uso de magia, cujo êxito instituirá a convivência (VII) entre os envolvidos.

Conflito ou intriga (VIII a XI)

Os efeitos da infração são intensificados e irrompem na história como conflito (VIII). Sequestros, roubos, destruições, assassinatos, expulsões e lesões são os delitos mais comuns. Quando o conflito emerge, modifica-se a premissa da história e adequa-se os seres às novas condições. Nas suas pesquisas, Propp apresenta, também, o conflito íntimo que provém da interioridade do ser: o “conto começa por uma certa situação de *carência ou penúria* o que leva a uma procura, análoga à procura no caso dano-agressão” (Ibid.: 34, grifos originais). O anúncio (IX) da transformação estabelece uma conduta prévia a ser exercida pelo protagonista para a reabilitação da harmonia, levando-o a reagir (X). Como resultado, o protagonista deixa a sua morada e parte (XI), por iniciativa própria, quando solicitado (herói) ou expulso (vítima).

Auxiliar mágico (XII a XIV)

O primeiro passo para subtrair o antagonismo da história ocorre na conquista do bem ou atributo capaz de superá-lo. Duas ações possibilitam o recebimento deste: o protagonista passa por uma provação (XII), cujo resultado (XII) é avaliado e recompensado (XIV) pelo doador. Dessa forma, o protagonismo se fortalece. O trecho não sinaliza um duelo com o antagonista.

Confronto (XV a XIX)

Após o recebimento do auxiliar mágico, o protagonista busca o vilão, seja para puni-lo ou recuperar algo que foi por ele apropriado. Geralmente, há o caminho a ser percorrido até o local onde ele se encontra (XV). No embate (XVI), o protagonista é ferido (XVII) ou recebe o objeto que será utilizado na sua identificação posteriormente. Com o triunfo do protagonista (XVIII), o conflito é superado (XIX).

Novas adversidades (XX a XXVI)

Segundo o folclorista russo, o conto maravilhoso pode apresentar novas ações após o êxito do protagonista, prolongando os efeitos de sentido da história. O protagonista retorna a sua morada (XX) e, durante esse trânsito, é alvo de uma caçada do antagonista, que tenta recuperar seu domínio (XXI). O protagonista se salva (XXII) e se esconde (XXIII). Enquanto isso, uma outra personagem pode apropriar-se de seus feitos (XXIV). Por fim, o protagonista necessita superar um novo desafio (XXV), realizando-o (XXVI).

Desfecho (XXVII a XXI)

O desfecho institui a resolução da história e a estabilização dos estados das personagens. O protagonista é identificado (XXVII) por meio do objeto, ferimento ou realização do desafio proposto. O sentido da função *reconhecimento* aproxima-se do conceito homônimo postulado por Aristóteles acerca do enredo da tragédia grega. A ascensão do herói (XXVIII) institui mudanças na sua condição de vida ou fisionomia, e, conseqüentemente, promove a queda (XXIX) e a punição do antagonista (XXX). Encerra-se a história com o matrimônio (XXXI).

Exemplo

A obra de Propp (Ibid.) apresenta alguns contos de magia sob a luz das funções das personagens. Como forma de vislumbrar o método, apresenta-se uma dessas análises:

O czar e suas três filhas (situação inicial – α). As filhas saem para passear (afastamento dos mais novos – β^3), demoram-se no jardim (rudimento de proibição transgredida – δ^1). Um dragão as rapta (nó da intriga – A^1). O czar pede ajuda (apelo – B^1). Três heróis partem para procurá-las ($C \uparrow$). Três combates contra o dragão e vitória ($H^1 - J^1$), libertação das jovens (reparação do dano – K^4). Regresso (\downarrow). Recompensa (w^3). (PROPP, 2010: 129)

Nota-se que esse conto possui apenas uma sequência e não contém todas as funções propostas. A numeração que segue o símbolo da função é uma marca de sua variação.

Sequência fundamental ou linha narrativa

Após estabelecer a linha fundamental da narrativa constituída das funções das personagens, Propp (Ibid.) tece algumas considerações sobre deslocamento, emparelhamento, assimilação, dupla significação e triplicação. O paradigma proppiano estabelece um eixo de ações único e invariável, ou seja, existe apenas uma possibilidade de combinação dos eventos. Contudo, são indicados por Propp (Ibid.) casos de supressões e deslocamento de eventos que diversificam essa proposta. Há ainda a disposição das funções em pares comum ao método.

α	I – VII							VIII – XI			XII – XIV			XV – XIX					XX – XXVI					XXVII – XXXI						
	β	γ	δ	ε	ζ	η	θ	A	B	C	↑	D	E	F	G	H	I	J	K	↓	Pr	Rs	O	L	M	N	Q	Ex	T	U

Quadro 2: Sequência fundamental ou linha narrativa.
Fonte: Propp (Ibid.)

A assimilação atribui o mesmo sentido para ações diferentes. O evento pode enquadrar funções similares, utilizando a lógica para sua distinção. Já a dupla significação consiste na classificação do evento em mais funções. Por fim, triplicação amplifica o efeito do segmento com a instauração de outro correspondente. Os estudos proppianos distribuem os eventos de acordo com quem os executa. Os papéis desempenhados não são fixos: admite-se supressão, acumulação e divisão das *esferas*.

Antagonista	Dano (VIII), combate (XVI) e perseguição (XXI).
Falso-herói	Partida (XI), reação do herói (XIII) e pretensões infundadas (XXIV).
Princesa e rei	Tarefa difícil (XXV), marca (XVII), desmascaramento (XXVIII), reconhecimento (XXVII), castigo (XXX) e casamento (XXXI).
Protagonista	Partida (XI) e reação do herói (XIII).
Auxiliar	Deslocamento (XV), reparação do dano (XIX), salvamento (XXII), realização (XXVI) e transfiguração (XXIX).
Mandante	Mediação (IX)
Doador	Primeira função do doador (XII) e recepção do meio mágico (XIV)

Quadro 3: Distribuição das funções em esferas de ação
Fonte: Propp (Ibid.: 77-78)

Raízes históricas do conto de magia

Em *As raízes históricas do conto maravilhoso*, Propp (2002) estabelece as origens do conto de magia como gênero do discurso, levantando seu regimento e sua historicidade, em um olhar que contempla aspectos estruturais e contextuais. Esclarece o autor: “desejamos pesquisar a que fenômenos (e não a quais acontecimentos) do passado histórico corresponde o conto russo e em que medida esse passado histórico efetivamente o condiciona e motiva” (Ibid.: 2). A pesquisa foi desenvolvida a partir da sociologia e do marxismo em voga na Rússia, aplicados ao folclore – caudaloso substrato cultural constituído de valores, ritos, mitos, hábitos, crenças e saberes que emergem espontaneamente no seio social. O folclore é um pensamento coletivo fundado em resquícios temporais mantidos em meio a processos lentos de ressignificação. A leitura permitiu que Propp (Ibid.) indicasse que determinações atingiam, direta e indiretamente, o conto de magia, em operações de reflexão e/ou condicionamento.

O distanciamento preliminar, representado pelo *afastamento*, simboliza as atividades primitivas, sejam elas guerrear, trabalhar, viajar, vender, caçar, ou os falecimentos. Os contratos propostos às personagens, condensados na função *proibição* ou *proposta*, provém de mecanismos de defesa e de supervisão empregados pela nobreza

e pela realeza no período feudal. São medidas cautelares promovidas quando se há ciência da negatividade no contexto. Protege-se, dessa forma, um símbolo coletivo. O extremo da sua aplicação gera o aprisionamento dos membros, detendo-os em um espaço. Costumes, rituais e crenças também podem levar a esta ação.

O antagonista sequestra ou provoca reações que culminam em banimento ou *partida* do herói, significado representado pela função homônima. Rivalidades podem levar ao exílio da personagem na mata. As transições espaciais no conto de magia são pontuais. Não há eventos no transcurso. Outros gêneros que surgem a posteriori se debruçam sobre a esfera espacial, desenvolvendo-a.

O processo de doação do auxiliar mágico, que compreende *primeira função do doador, reação do herói e recepção do meio mágico*, consiste em atestar a capacidade do iniciado a partir de uma prova de risco, sinalizando a mudança de estágio. É um processo severo de autoconhecimento e sobrevivência, que premia a natureza virtuosa do herói. Essa passagem manifesta sentidos fúnebres pelo cerramento da etapa. Há, ainda, a admissão em confrarias ou “casas masculinas” como ritual de passagem. O conto de magia explora essa localidade e seus bens valiosos. O objeto mágico pode estar relacionado a essa premissa.

A *doação do objeto* marca a transformação do herói fragilizado pelo dano para o herói fortalecido. O auxiliar mágico é uma qualidade ou potencialidade resolutive do conflito. O objeto da transmissão confunde-se com o transmissor. O ocultismo está no entorno de ambos e estes são comumente associados.

O rito de iniciação compreendia a transmissão, ao jovem, do poder mágico sobre os animais. Mas os paralelos históricos que estabelecemos com certas modalidades de auxiliares não nos levaram ao rito de iniciação. Levaram-nos ao xamanismo, ao culto dos ancestrais, às concepções do além. Quando o rito caiu em desuso, a figura do auxiliar nem por isso desapareceu: começou a evoluir em função do desenvolvimento social e econômico, chegando aos anjos da guarda e santos da Igreja cristã. (Ibid.: 219-220)

A *chegada incógnita* é consequência do rito que marca o recomeço. Os esquecimentos são frutos da longa temporalidade. As *tarefas difíceis* carregam o mesmo sentido da *doação do auxiliar mágico*: a iniciação. Contudo, esse processo leva especificamente a contração da relação conjugal e, portanto, é um fenômeno pré-nupcial. A dificuldade e hostilidade manifestada na execução são comuns. A *marcação do herói* representa o seu ingresso na comunidade e antecede o *matrimônio*.

Análise morfológica do núcleo de Cadinho na primeira fase

A título de ilustração e pela sua curta extensão, são apresentadas as ações principais do núcleo de Cadinho na primeira fase da telenovela, compreendendo os sete primeiros capítulos. No quarto, Verônica abre as cortinas: “acorda, Cadinho. Chegou o grande dia” (AVENIDA BRASIL, 2012: c1 v6)⁵. Na cena seguinte, que contempla o café da manhã da família, Verônica revela o motivo da excitação: “tem que pedir alto pela corretora [...] amor, vinte milhões” (Ibid.). As cenas que se sucedem apresentam Cadinho despedindo-se de Verônica na sala, saindo do prédio, entrando no carro, conversando com o motorista e chegando na casa de Noêmia, a outra esposa. Na leitura de Propp (2010), o trecho contém os elementos que constituem a abertura da história ou *situação inicial*, responsável pela apresentação de personagens e suas relações. A monogamia como norma social deve ser resgatada e indicada com *proibição* ou *proposta*, contrato pré-estabelecido a ser cumprido. Ao manter dois casamentos secretamente, Cadinho rompe com essa diretriz – sua *transgressão*. A venda da corretora manifesta o sentido de *carência* a ser suprida, função que gera um percurso de reparação ou de realização.

No escritório, o bígamo assiste ao jogo da final do Campeonato Carioca enquanto aguarda a chegada dos executivos. Ao ingressarem em sua sala, inicia-se a reunião.

⁵ Considera-se o capítulo (c) e o vídeo (v) do site oficial da emissora na referência.

Cadinho permanece assistindo à partida, o que gera a interrupção da ação dramática. Na leitura de Propp (Ibid.), o fragmento contém a tentativa de supressão da *carência* de Cadinho com a venda da corretora. A negociação é compreendida como *combate*, a ação direta que possibilita superar o *dano* ou *carência*. Provas e obstáculos integram esse processo.

No escritório, os executivos oferecem o valor inicialmente desejado: vinte milhões. Contudo, o bígamo recusa: “quarenta milhões. Nenhum centavo a menos” (AVENIDA BRASIL, 2012: c1 v13). Eles aceitam sua proposta: “é bem mais do que vale. Mas pra nós interessa. Negócio fechado” (Ibid.). Na leitura de Propp (2010), o evento mostra a *vitória* de Cadinho no *combate*, função que indica a sanção acerca da transação comercial e gera a *reparação da carência*.

Na festa, o bígamo pede: “Jimmy, vem cá. Liga pra minha mulher e fala que vou encontrar com ela em meia hora no Gino e Gino [...] a Verônica, lógico” (AVENIDA BRASIL, 2012: c1 v18). Na saída, Jimmy pede um bônus pela sua participação na venda e Cadinho recusa. Então ele articula o encontro de Cadinho com as duas esposas. Primeiramente, pede para que a secretária telefone para Noêmia e, depois, telefona para Verônica. Na leitura de Propp (2010), Jimmy manifesta a *ardilosidade* ao utilizar a *informação* da *transgressão* de Cadinho para promover o *dano* pela recusa da bonificação. A *ardilosidade* induz a personagem à ação que cause o *dano*, por meio do dado conquistado ou fornecido pela vítima, a *informação*. Nesse caso, Jimmy tem a informação da *transgressão* de Cadinho. O convite para o encontrarem no restaurante deve ser considerado como *proposta*, a predisposição a realizar algum ato.

Na entrada, Verônica e Noêmia chegam em seus carros e são recepcionadas pelo manobrista. O bígamo chega em seguida. Na entrada, ele é avisado: “pelo jeito o senhor está sendo esperado, seu Cadinho” (AVENIDA BRASIL, 2012: c1 v21). Cadinho vê as esposas sentadas em mesas próximas. Interrompe-se a ação dramática sem se demonstrar a reação do bígamo. Na leitura de Propp (2010), a cena revela a *cumplicidade* de Cadinho ao confiar no assessor. Essa função é instaurada quando a *ardilosidade* é eficaz.

Ao ver suas esposas, Cadinho coloca algumas cédulas de dinheiro no bolso do recepcionista: “pra todos os efeitos eu nunca estive aqui, entendeu? Eu vou sair por aquela porta, desaparecer. Se dona Noêmia ou dona Verônica perguntarem, eu nunca estive aqui” (AVENIDA BRASIL, 2012: c2 v5). Contudo, Cadinho é reconhecido por Mota que o chama. O bígamo acompanha o conhecido até a mesa. Diversas situações os colocam em evidência por ser aniversário da esposa de Mota, e Cadinho apavora-se. Seu comportamento gera estranhamentos e Mota expulsa-o. Ele vai embora sem ser notado por Noêmia ou Verônica. O fragmento apresenta, também, o encontro das esposas no banheiro. Na leitura de Propp (2010), Cadinho *transgride* a *proposta* da comemoração da venda da corretora com Verônica e Noêmia ao fugir, culminando no *dano*. O convite configura-se como *proposta*, e o seu descumprimento, como *transgressão*. As consequências são compreendidas como *danos*, que subtraem a harmonia da *situação inicial*.

No bar, Alexia conversa com o médico pelo telefone: “ah, doutor Jacob. Hoje é impossível voltar pra casa. A minha vidente me disse que hoje a noite eu ia sair e ia encontrar o reprodutor ideal, o pai do meu filho, isso. Ela disse que hoje a noite eu ia engravidar.” (AVENIDA BRASIL, 2012: c2 v10). Cadinho chega cabisbaixo ao bar. Após desligar o celular, oferecer uma bebida e questioná-lo sobre doenças congênitas, a moça seduz o bígamo. Na leitura de Propp (2010), é apresentada a *situação inicial* de Alexia, com o desejo de engravidar, a *carência*. A primeira função apresenta a personagem, enquanto a segunda apresenta o desejo ou problema a ser sanado.

O bígamo tem uma noite intensa com a nova conquista amorosa. Ao amanhecer, Alexia dispensa-o. Na saída, Cadinho preocupa-se com a ausência de preservativo na relação e Alexia mente, afirmando que toma pílula. Cadinho vai embora e Alexia suplica: “ai, meu São Geraldo. Minha Santa Sara, pelo amor de Deus, faz nascer um bebê aqui nessa barriga” (AVENIDA BRASIL, 2012: c2 v11). Na leitura de Propp (2010), a tentativa de engravidar de Alexia carrega o sentido da função *combate*, a ação direta que suprirá a *carência*. Destaca-se, ainda, a *transgressão* de Alexia ao

mentir sobre uso de pílula, sua *ardilosidade* ao induzir Cadinho a acreditar, o que gera sua *cumplicidade*. Ao relacionar-se com Alexia, Cadinho *transgride* a diretriz acerca da monogamia, enganando as esposas.

Na sala de jantar, Verônica toma seu café da manhã. A empregada questiona se pode tirar o prato do chefe da mesa. Ela responde: “amor, o prato, a cadeira, as roupas do armário, pode tirar tudo. Vou entregar pro primeiro carroceiro que aparecer na frente” (AVENIDA BRASIL, 2012: c4 v10). Sua raiva passa com os presentes enviados pelo marido: vestidos e um carro. Na leitura de Propp (2010), há a *mediação*, com a revelação do *dano* causado por Cadinho. Seu encontro com Verônica é vislumbrado como *combate*, uma ação direta que possibilita suprir o *dano*, ocasionado pela ausência no restaurante. Com os presentes, Cadinho reconquista a esposa – a *vitória* ou sanção positiva nesse confronto –, e gera a *reparação do dano*.

Noêmia entra na sala da casa irritada: “é o cúmulo. É inaceitável. Nem quando eu tinha dezoito anos eu namorava eu não fica plantada no restaurante esperando alguém” (AVENIDA BRASIL, 2012: c4 v11). A empregada avisa que Cadinho chegou em uma ambulância. No jardim, o enfermeiro explica: “dona Noêmia, foi acidente de carro. Foram muitas contusões” (Ibid.). Noêmia sente-se culpada: “você aqui todo machucado e eu lá dentro com raiva” (Ibid.). Com a saída de Noêmia, a farsa é desmontada. Na leitura de Propp (2010), há a *mediação*, com a revelação do *dano* causado por Cadinho. Seu encontro com Noêmia é vislumbrado como *combate*, uma ação direta que possibilita suprir o *dano*, ocasionado pela ausência no restaurante. Com a encenação, Cadinho reconquista a esposa – a *vitória* ou sanção positiva neste confronto –, e gera a *reparação do dano*.

Na corretora, o bígamo articula como ocorrerá sua passagem do ano: “pra minha sorte a Noêmia gosta sempre de passar o réveillon sozinha, meditando em um templo budista lá no Nepal. Eu vou levar a Verônica pra um resortezinho nas Maldivas” (AVENIDA BRASIL, 2012: c4 v15). Pelo telefone, Noêmia desconsidera a viagem: “que Nepal, Cadinho? Você não tem lido os jornais? Vai ter *bug* do milênio [...] Esse réveillon quero passar aqui no Rio” (Ibid.). Cadinho tenta convencer Verônica a não viajar: “Amor, cê não tem lido os jornais não? Vai ter o *bug* do milênio [...] a gente aluga, assim, uma suíte presidencial num hotel de luxo, chama os amigos, vê os fogos lá de cima, hein?” (Ibid.). Ao finalizar as ligações, Cadinho pede que Jimmy planeje as festas. Na leitura de Propp (2010), a *ardilosidade* e a *cumplicidade* são manifestadas por Cadinho ao lidar com as esposas. A primeira função induz a personagem à ação danosa, enquanto a segunda indica sua eficácia.

No portão, o bígamo interfona para Alexia, que o dispensa. Ele a segue e depara-se com a moça entrando em um estabelecimento para grávidas. Cadinho questiona-a sobre a gravidez, mas ela nega. Cadinho insiste: “eu só quero que, se por acaso você estiver grávida de mim, você precisaria saber de uma doença genética, hereditária da minha família” (Ibid.: c4 v16). Alexia desespera-se, e ele confirma sua suspeita. Na leitura de Propp (2010), a *ardilosidade* é manifestada por Cadinho ao mentir sobre doenças congênitas. Alexia acredita nele, indicativo de *cumplicidade*. A primeira função induz a personagem à ação danosa, enquanto a segunda indica sua eficácia. Com sua reação, Cadinho recebe a *informação* da *transgressão* de Alexia – a mentira sobre uso de pílula. A gravidez marca a *reparação da carência* de Alexia e tem o efeito do *dano* na situação de Cadinho, por transformá-la. Ao relacionar-se com Alexia, ele *transgride* a diretriz acerca da monogamia, enganando as esposas.

Enquanto arruma o quarto do bebê, a futura mãe é surpreendida pelo bígamo. Após o estranhamento, eles transam. Cadinho pede Alexia em namoro e ela promete pensar. Mantém-se a projeção em torno da gravidez como gancho narrativo. Na leitura de Propp (2010), a *ardilosidade* e a *cumplicidade* são manifestadas por Cadinho ao mentir sobre sua situação amorosa. A primeira função induz a personagem à ação danosa, enquanto a segunda indica sua eficácia. Ao relacionar-se com Alexia, Cadinho *transgride* a diretriz acerca da monogamia, enganando suas esposas.

Verônica e Noêmia dão festas de réveillon no mesmo hotel. Ao ser convidada por Verônica, Alexia descobre que Cadinho é casado. Ela segue-o, descobrindo a

bigamia. Alexia ameaça desmascará-lo. Na leitura de Propp (2010), a descoberta da bigamia emerge como *dano* e *mediação* para Alexia, que entra em *combate* com Cadinho. O *dano* subtrai a harmonia da *situação inicial*. Já a *mediação* consiste na tomada de consciência do *dano* e da situação transformada. Por fim, o *combate* é uma ação direta que possibilita superar o *dano*.

O bígamo arrasta Alexia para a praia e tenta explicar-se: “Alexia, me escuta. Eu amo vocês três. Eu amo todos os meus filhos. Os que já tenho. Os que vou ter. Eu sempre cuidei de todo mundo” (AVENIDA BRASIL, 2012: c6 v19). Alexia esbraveja: “para, para, para. Cê pensa que cê mora onde? Pelo amor de Deus, cê pensa que tá morando num harém?” (Ibid.). Ao final, Cadinho promete: “fica tranquila. Vai dar tudo certo. Eu vou cuidar de você, viu? Eu vou te fazer muito feliz” (Ibid.). Cadinho beija Alexia, que dá um tapa na cara dele e o beija. Na leitura de Propp (2010), Cadinho tem a *vitória* ou sanção positiva no *combate* com Alexia e *repara o dano* da descoberta da bigamia. No Quadro 4 é demonstrada a análise da primeira fase da novela de forma simplificada.

v/c	Capítulo 1	Capítulo 2	Capítulo 3	Capítulo 4	Capítulo 5	Capítulo 6	Capítulo 7
1	1. Dano I	7. Início da reação ao dano IV	7. Informação III sobre a transgressão II	8. Início da reação ao dano IX	7. Mediação do dano IV	13. Dano XIII	15. Transgressão IX
	2. Carência I						
2	3. Carência II	6. Combate para dano III	7. Início da reação ao dano IV	7. Cumplicidade II Transgressão VII	10. Dano X	12. Ardilosidade VI Cumplicidade VI	12. Ardilosidade IX
3	1. Reparação do dano I	7. Início da reação ao dano IV	8 Transgressão IV	8. Início da reação ao dano IX	8. Casamento	13. Dano XIV	15. Informação da transgressão IX
	4. Proposta I		8. Transgressão V Informação IV sobre a transgressão V				
4	5. Transgressão I e informação I da transgressão I	6. Combate para dano III	8. Dano VII	7. Informação da transgressão VII	8. Casamento	12. Ardilosidade VII Cumplicidade VII	12. Ardilosidade IX
5	5. Informação II da transgressão I		11. Carência III	10. Interrogatório visando transgressão VII	10. Início da reação ao dano X	13. Início da reação ao dano XIV	10. Mediação do dano X
6		7. Início da reação ao dano IV	8. Dano VIII proibição I	10. Informação VI da transgressão VII Dano X	10. Início da reação ao dano X Partida	8. Dano XV	15. Ardilosidade VII
7	5. Dano II Início da reação ao dano II	6. Combate para dano III	7. Informação V	8. Interrogatório I	7. Reparação do dano IV	13. Reparação do dano XIV	15. Dano XIX
	6. Dano III Início da reação ao dano III	7. Mediação do dano IV					
8	5. Início da reação ao dano II	7. Mediação Dano IV	7. Início da reação ao dano IV Proposta II	8. Combate, vitória e reparação do dano IX	10. Início da reação ao dano X Partida	12. Ardilosidade VI Cumplicidade VI	15. Reparação do dano XIX

v/c	Capítulo 1	Capítulo 2	Capítulo 3	Capítulo 4	Capítulo 5	Capítulo 6	Capítulo 7
9	2. Combate da carência I	7. Mediação do dano IV	8. Transgressão VI	10. Combate, vitória e reparação do dano X		8. Interrogatório II	15. Reparação do dano XIX
10	2. Combate da carência I		7. Ardilosidade II		8. Casamento	8. Informação VIII	12. Dano XVIII
11	6. Início da reação ao dano III		8. Dano IX Início da reação ao dano IX			12. Ardilosidade VII Cumplicidade VII Dano XVI	16. Carência VII
12	2. Combate da carência I	6. Combate para dano III e vitória Reparação do dano III	7. Ardilosidade II	11. Reparação da carência III	12. Ardilosidade IV Cumplicidade IV	12. Mediação do dano XVI	11. Reparação da carência III
		8. Ardilosidade I Cumplicidade I Dano V e VI					
13		7. Início da reação ao dano IV	8. Início da reação ao dano IX	13. Carência IV	10. Início da reação ao dano XI e Partida	14. Dano XVII	16. Ardilosidade X
14	2. Combate da carência I	8. Mediação do dano VI	7. Ardilosidade II	14. Carência V Informação	12. Ardilosidade IV Cumplicidade IV Ardilosidade VI	10. Mediação do dano X	16. Cumplicidade Reparação de carência VII
15	5. Deslocamento Combate para reparação do dano II	7. Início da reação ao dano IV Transgressão II	10. Transgressão III		12. Ardilosidade V	15. Carência VI	16. Reparação de carência VII
16	5. Combate para reparação do dano II e Vitória	7. Início da reação ao dano IV Transgressão II	7. Cumplicidade II		8. Casamento		16. Reparação do dano XIX
	6. Início da Reação ao Dano III						
17	2. Combate, vitória e reparação da carência I	7. Início da reação ao dano IV Transgressão II		10. Ardilosidade III Cumplicidade III Transgressão VIII	12. Cumplicidade V	12. Ardilosidade VII	
18		8. Início da reação ao dano VI		10. Informação VII da transgressão VIII	8. Casamento	12. Cumplicidade VII Dano XVIII	
19	6. Início da reação ao dano III	7. Início da reação ao dano IV Transgressão II		10. Ardilosidade III Cumplicidade III	13. Dano XII		
20	2. Reparação da carência I	8. Início da reação ao dano VI		10. Informação VII da transgressão VIII		10. Mediação do dano X	

v/c	Capítulo 1	Capítulo 2	Capítulo 3	Capítulo 4	Capítulo 5	Capítulo 6	Capítulo 7
21		7. Informação III sobre a transgressão II		10. Informação VII da transgressão VIII		12. Dano XVIII Mediação	
22	6. Combate para reparação do dano III					15. Proposta III	
23	7. Dano IV					15. Transgressão IX	

Quadro 4: Funções na primeira fase de Avenida Brasil

Fonte: Cazani Júnior (2016)

I	Assunto
1	Anúncio de casamento
2	Campeonato Carioca
3	Carminha e Rita
4	Casamento de Tufão e Monalisa
5	Genésio descobre o golpe
6	O golpe fracassa
7	Morte de Genésio
8	Rita no lixão
10	Núcleo Cadinho
10	Monalisa e Tufão
11	Salão de cabeleireiro
12	Casamento de Carminha e Tufão
13	Acidente de ônibus
14	Adauto e o dinheiro
15	Rita e Tufão
16	Adoção de Batata

Quadro 5: Índice de referência da organização na telenovela

Fonte: Cazani Júnior (2016)

Para a compreensão dos Quadros 4 e 5, resgatam-se as principais ações das análises:

- Dano I: Monalisa acredita que Tufão casará com outra.
- Dano II: Genésio comprova que Carminha tramou um golpe contra ele.
- Dano III: Os motoqueiros encontram papéis na bolsa no lugar de dinheiro.
- Dano IV: Tufão atropela e mata Genésio.
- Dano V: Rita perde o dinheiro.
- Dano VI: Rita é abandonada no lixão.
- Dano VII: Rita se estranha com Nilo.
- Dano VIII: Nilo descobre dinheiro com Jéssica e a impede de comer.
- Dano IX: Rita enfrenta Nilo e fica desabrigada.
- Dano X: Tufão termina o namoro com Monalisa.
- Dano XI: Monalisa termina com Tufão.
- Dano XII: Monalisa e passageiros sofrem acidente de ônibus.
- Dano XIII: Morre a mãe de Iram.
- Dano XIV: Monalisa perde o bebê.
- Dano XV: Nilo acaba com a festa de casamento de Batata e Rita.
- Dano XVI: Carminha rompe com Tufão.
- Dano XVII: Adauto distribui seu dinheiro para populares.
- Dano XVIII: Tufão pede Carminha em casamento e cai no golpe.
- Dano XIX: Lucinda avisa que Rita terá que ir embora do lixão.
- Carência I: Tufão deseja vencer a final do Campeonato Carioca.
- Carência II: Conflito entre Carminha e Rita.
- Carência III: Monalisa deseja abrir seu salão.

- Carência IV: Monalisa está grávida.
 - Carência V: Carminha está grávida.
 - Carência VI: Ivana é solteirona e quer namorar.
 - Carência VII: Carminha rejeita a filha.
-
- Combate para carência I: Jogo da final do Campeonato Carioca.
 - Combate Dano I: Tufão esclarece o mal-entendido e pede Monalisa em casamento.
 - Combate Dano II: Genésio confronta Carminha, tenta prendê-la e é ferido.
 - Combate Dano III: Carminha retorna para casa para procurar o dinheiro.
-
- Informação I da transgressão I: Rita descobre o plano da madrasta.
 - Informação II da transgressão I: Rita avisa seu pai do plano de Carminha.
 - Informação III da transgressão II: Carminha descobre que Tufão atropelou Genésio.
 - Informação IV da transgressão V: Nilo descobre que Rita não está coletando objetos.
 - Informação V: Max levanta informações sobre Tufão e Monalisa.
 - Informação VI da transgressão VII: Carminha conta para Max que transou com Tufão.
 - Informação VII da transgressão VIII: Monalisa descobre que Tufão saiu da festa.
 - Informação VIII: Rita relata sua história.
 - Informação XI da transgressão IX: Lucinda descobre que Rita foi procurar Tufão.
-
- Início da reação ao dano I: Monalisa confronta Tufão.
 - Início da reação ao dano II: Genésio esconde o dinheiro e mantém a farsa do assalto.
 - Início da reação ao dano III: Os motoqueiros acionam Max.
 - Segunda reação ao dano III: Max aciona Carminha.
 - Terceira reação ao dano III: Carminha foge até a casa de Max.
 - Início da reação ao dano IV: Tufão aciona o resgate.
-
- Transgressão I: Carminha planeja um golpe contra Genésio.
 - Transgressão II: Tufão mente sobre conhecer Genésio.
 - Transgressão III: Tufão deixa Monalisa esperando no hotel.
 - Transgressão IV: Jéssica desvia dinheiro da coleta do lixo.
 - Transgressão V: Rita deixa de coletar objetos e passa a brincar com Batata.
 - Transgressão VI: Rita ajuda Jéssica.
 - Transgressão VII: Tufão transa com Carminha.
 - Transgressão VIII: Tufão sai da festa de noivado sem avisar.
 - Transgressão IX: Rita decide procurar Tufão.
-
- Proposta I: Tufão pede Monalisa em casamento.
 - Proposta II: Tufão promete regressar rápido ao hotel.
 - Proibição I: Nilo proíbe que as crianças ajudem Jéssica.
 - Proposta III: Lucinda pede que Rita não procure vingança.
-
- Interrogatório I: Lucinda questiona Batata sobre o paradeiro de Rita.
 - Interrogatório II: Lucinda questiona Rita sobre sua história.
-
- Ardilosidade I: Carminha finge que irá embora para encontrar o dinheiro.
 - Ardilosidade II: Carminha alimenta a culpa de Tufão para seduzi-lo.
 - Ardilosidade III: Carminha finge que irá se matar.
 - Ardilosidade IV: Muricy convida Carminha para ir a Cabo Frio.
 - Ardilosidade V: Muricy tenta convencer Tufão de ir a Cabo Frio.
 - Ardilosidade VI: Carminha arma um plano com o paparazzo.
 - Ardilosidade VII: Carminha seduz Tufão.
 - Ardilosidade VIII: Rita tenta desmascarar Tufão.
 - Ardilosidade IX: Carminha pede para Max conquistar Ivana.
 - Ardilosidade X: Carminha quer adotar Batata.
-
- Cumplicidade I: Rita caí no golpe planejado por Carminha.
 - Cumplicidade II: Carminha seduz Tufão.
 - Cumplicidade III: Tufão acredita na tentativa de suicídio de Carminha.
 - Cumplicidade IV: Carminha aceita o convite de Muricy.
 - Cumplicidade V: Tufão aceita a proposta de Muricy.
 - Cumplicidade VI: Paparazzo fotografa Carminha e Tufão juntos.
 - Cumplicidade VII: Tufão é seduzido por Carminha.

Considerações finais

A análise formalista possibilitou levantar como foi criada a história de *Avenida Brasil* (2012). Seu enunciado é formado por múltiplas linhas narrativas que são desenvolvidas de modo desigual no decorrer dos capítulos. Diferentes estágios são encontrados em um mesmo trecho. Isso possibilita manter a expectativa da audiência que espera pela *reparação de um dano* enquanto vislumbra outro *dano* emergir. O reinício do encadeamento é contínuo.

Há muitos conflitos, que são representados pelas funções *dano* e *carência*. Para reiterá-los, emprega-se, intensivamente, a função *mediação*. Os *danos* são multidimensionais: atingem e geram vários desdobramentos. O arranjo clássico proppiano estabelece a instauração do *dano* com a sua *mediação*. Em *Avenida Brasil* (2012), a narrativa expõe adversidades antes mesmo da sua concretização, podendo, de fato, não acontecer. Um exemplo disso é o golpe tramado por Carminha, logo no primeiro capítulo. O público e Genésio descobrem sua ocorrência e mantêm-no em curso como *início da reação*. Os encadeamentos são curtos e completam-se no mesmo capítulo: a adversidade é instaurada e reparada rapidamente, reiniciando o ciclo de forma contínua.

As funções que funcionam como gancho de final de capítulo induzem ou desestabilizam a história. *Dano* representa a emersão de conflito. *Informação, transgressão e cumplicidade* promovem sua ocorrência, estando no seu limiar. Dessa forma, a articulação para criação de adversidades e a sua própria instauração são utilizadas no recurso e alimentam a história. Um eterno recomeço move a narrativa, fazendo-a não se fechar.

Referências

AVENIDA Brasil. Roteiro: João Emanuel Carneiro. Direção: Gustavo Fernandez, Joana Jabace, Paulo Silvestrini, Thiago Teitelroit e Andre Camara. Rio de Janeiro: Globo, 2012. 179 capítulos, color. Disponível em: <<https://goo.gl/YR1EL5>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CAZANI JÚNIOR, L. E. *Da veiculação em fluxo contínuo para a disponibilização: o gancho na produção de sentido da telenovela Avenida Brasil*. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/r91xXW>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

PROPP, V. *As raízes históricas do conto maravilhoso*. Tradução Rosemary Costhek Abílio, Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Morfologia do conto maravilhoso*. Tradução Jasna Paravich Sarhan. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

Estudos culturais e estudos descoloniais: diálogos e rupturas na construção de uma pesquisa de recepção

Fernanda Nascimento

Jornalista, mestra em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na área de Estudos de Gênero.
E-mail: fn.imprensa@gmail.com

Resumo: Este artigo discute a possibilidade de construção de uma pesquisa de recepção por meio da articulação entre os estudos culturais e os estudos descoloniais. A partir da constatação de que os estudos de recepção estão intrinsecamente relacionados aos estudos culturais e que esta última tradição de estudos tem recebido críticas por autores descoloniais, propõe-se a construção de uma pesquisa de recepção inspirada nos estudos descoloniais.

Palavras-chave: Estudos de recepção; Estudos culturais; Estudos descoloniais; Comunicação social.

Cultural studies and decolonial studies: dialogues and ruptures in the construction of a reception research

Abstract: This article discusses the possibility of building a reception research with use of articulation between cultural studies and decolonial studies. Based on the fact that reception studies are intrinsically related to cultural studies, and that the latter has received criticism by decolonial authors, this study proposes the creation of a reception research inspired by decolonial studies.

Keywords: Reception studies; Cultural studies; Decolonial studies; Social communication.

Introdução

Este artigo propõe a reflexão sobre a possibilidade de diálogo entre duas das principais vertentes intelectuais latino-americanas: os estudos culturais e os estudos descoloniais. A iniciativa tem como objetivo refletir a respeito da possibilidade de construção de uma pesquisa de recepção – cuja tradição está ligada ao projeto dos estudos culturais latino-americano – com base nas contribuições de teóricos da descolonialidade. Entre os desafios discutidos estão os limites de diálogo dos estudos descoloniais com outras propostas teóricas.

A problematização surge a partir de algumas das grandes questões que acompanham os estudos descoloniais, conforme Luciana Ballestrin (2013: 112):

...As grandes questões a serem colocadas para o grupo seriam: é possível romper com a lógica da colonialidade da modernidade sem que abandonemos as contribuições do pensamento ocidental/europeu/iluminista – especialmente, liberalismo e marxismo – para a própria decolonização? Será que o êxito da sua proposta depende de sua própria condição subalterna e periférica? Qual o limite da implosão sobre a base epistemológica das ciências sociais? Será que, ao enfatizar superações e ao negar as influências do pós-estruturalismo, pós-marxismo e pós-colonialismo, o grupo não estaria criando uma nova *hybris del punto cero*? Como lidar com a paternidade europeia das nossas instituições e pensamentos políticos? Como verificar empiricamente hoje o sujeito colonizado? Experiências consideradas descoloniais, como o novo constitucionalismo latino-americano andino, por exemplo, estariam então livres de contradições? Devem-se decolonizar as instituições políticas – ou quais seriam as instituições políticas descoloniais? Como operacionalizar metodologicamente a análise das escalas, níveis, esferas que a colonialidade perpassa? Os movimentos sociais atuais, em seus discursos e práticas, identificam a colonialidade e reivindicam a decolonização?

Se, por um lado, Walter Mignolo (2007), expoente dos estudos descoloniais, classifica os estudos culturais como “imperialistas” e defende a ruptura epistemológica como principal diferencial entre os dois¹, por outro, Jesús Martín-Barbero (1996: 52) reivindica uma tradição única para os estudos culturais produzidos a partir da América Latina: “a América Latina não se incorporou aos Estudos Culturais quando a etiqueta virou moda; a história, aqui, é muito distinta”.

Para debater essa problemática, este artigo está estruturado em três partes. Em um primeiro momento, discutem-se as origens, características e debates apresentados pelos estudos descoloniais. Posteriormente, são discutidos estudos culturais e características dos estudos de recepção inseridos nessa tradição de pesquisa. Por fim, são apresentadas considerações acerca das possibilidades de diálogo entre as duas concepções teóricas.

Estudos descoloniais

Ao realizar a genealogia dos estudos descoloniais, Ballestrin (2013) identifica que o seu surgimento está ligado a uma tradição crítica de pensamento latino-americano. Os estudos descoloniais são sucessores e se desenrolaram a partir das contribuições dos estudos pós-coloniais e culturais – que repensam as construções da diferença colonial, posicionando-a ao lado dos colonizados e, ao mesmo tempo, reivindicam uma ruptura com esses movimentos compreendidos como “imperialistas” pela continuidade na perspectiva de análise a partir das ideias de autores eurocêntricos. O pensamento descolonial é político e “comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade” (BALLESTRIN, 2013: 91).

Pensadores descoloniais reivindicam uma diferenciação entre estudos pós-coloniais e estudos culturais pela compreensão de que a colonialidade persiste ainda que os regimes coloniais de invasão dos territórios americanos tenham sido formalmente

¹ Mignolo analisa que o trabalho dos dois principais teóricos da recepção na América Latina, Nestor García Canclini e Jesús Martín-Barbero, foi muito influenciado pelas obras de Pierre Bourdieu e da Escola de Frankfurt, respectivamente. Para o autor, ambos trabalham dentro da perspectiva da modernidade. Mignolo exemplifica seu argumento ao afirmar que “García-Canclini, por exemplo, estudou a fronteira, em Tijuana. Sua epistemologia, no entanto, não foi infectada pela fronteira. Permaneceu com a arrogância do ponto zero” (MIGNOLO, 2007: 165, tradução nossa).

² Ballestrin (2013) destaca que um dos desafios da descolonialidade é pensar para além das Américas espanhola e portuguesa. Acrescenta-se a necessidade de pensar a América Latina como território composto também por ex-colônias francesas, inglesas e holandesas, como Suriname, Guiana Francesa e Antilhas. Inclusive há a necessidade de destacar a persistência da colonialidade instituída formalmente, como no caso da Guiana Francesa, considerada até a atualidade um departamento ultramarino francês.

³ No original: “El esfuerzo, como veremos un poco más adelante, no es una mera cuestión de verdad histórica, sino de categorías geoculturales y sus relaciones con el conocimiento y el poder” (MIGNOLO, 2002: 847).

⁴ O que significa também o resgate da própria denominação do continente. Dentre as diversas denominações dadas por civilizações originárias da região, como Tawantinsuyu (região andina), Anáhuac (México) e Pindorama (Brasil), o nome de Abya Yala, vocábulo da língua kuna, vem se tornando corrente para nomear toda a América e, em especial, a América Latina e a América Central. O vocábulo significa “terra de vida” ou “terra madura” e foi escolhido por povos originários como forma de reconhecimento ao pioneirismo dos kuna na conquista de sua autonomia territorial, em 1930, no arquipélago de San Blas, Panamá (LISBOA, 2014).

extintos com a proclamação de independência da maioria dos países da América do Sul e América Central, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX².

Um dos mais poderosos mitos do século XX foi a noção de que a eliminação das administrações coloniais conduzia à descolonização do mundo, o que originou o mito de um mundo “pós-colonial”. As múltiplas e heterogêneas estruturas globais, implantadas durante um período de 450 anos, não se evaporaram juntamente com a descolonização jurídico-política da periferia ao longo dos últimos 50 anos. Continuamos a viver sob a mesma “matriz de poder colonial”. Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de “colonialismo global” para entrar num período de “colonialidade global”. (GROSFOGUEL, 2008: 117)

Entre os principais conceitos que integram o pensamento descolonial está o de “colonialidade de poder”. Desenvolvido por Aníbal Quijano, o pressuposto defende que as relações de colonialidade não se findaram com a destituição do colonialismo. Quijano analisa que raça, gênero e trabalho são categorias centrais, segundo as quais o capitalismo se organizou, presentes no discurso que embasa a modernidade e a colonialidade a partir do século XVI.

À “colonialidade do poder” articula-se também o conceito de “colonialidade do saber”, associado à ideia de “diferença colonial e geopolítica do conhecimento” – conceitos que embasam a crítica e proposta de ruptura do pensamento descolonial com o pensamento eurocêntrico. “O esforço [...] não é uma mera questão de verdade histórica, mas de categorias geoculturais e suas relações com o conhecimento e poder” (MIGNOLO, 2002: 847, tradução nossa)³.

Pensar a América Latina a partir da América Latina e com autores e teorias latino-americanas é uma das premissas do grupo descolonial⁴. A importância disso está na reflexão e problematização sobre a objetividade e neutralidade da forma de pensamento, impostas pelo conhecimento científico eurocêntrico e tomadas como ponto de partida para a análise de qualquer população e realidade.

isto permitiu ao homem ocidental (esta referência ao sexo masculino é usada intencionalmente) representar o seu conhecimento como o único capaz de alcançar uma consciência universal, bem como dispensar o conhecimento não ocidental por ser particularístico e, portanto, incapaz de alcançar a universalidade. (GROSFOGUEL, 2008: 124)

O desafio dos estudos descoloniais está em pensar o “lócus da enunciação”, tanto em relação à geografia quanto em relação aos corpos-políticos dos pesquisadores e suas particularidades.

O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A “egopolítica do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciatador encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia. (Ibid.: 122)

Inspirado, ainda, nos movimentos sociais – e em eventos articuladores como o Fórum Social Mundial e o Cumbre Continental de Los Pueblos Y Nacionalidades

Indígenas de Abya Yala – os estudos descoloniais podem ser descritos como “o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013: 105). Entre os autores que integram o grupo é possível citar como referências Walter Mignolo, Enrique Dussel, Nelson Maldonado Torres, Aníbal Quijano e Ramón Grosfoguel. No feminismo descolonial, destacam-se María Lugones e Yuderky Espinosa Miñoso.

As principais críticas recebidas pelo grupo são de que os autores dialogam “de uma maneira seletiva com nomes clássicos” (BALLESTRIN, 2013: 110), usando alguns autores das ciências sociais e da filosofia do Ocidente sem compreender o contexto de construção do conhecimento. Alguns desses questionamentos serão retomados nas próximas seções, com a discussão sobre a possibilidade de aproximação entre os estudos descoloniais e os estudos culturais.

Estudos culturais e estudos de recepção

A relação da audiência com os produtos da cultura da mídia desperta o interesse das mais diversas áreas do conhecimento. Na comunicação social, local de maior concentração dessas pesquisas, a preocupação com essa problemática se iniciou com as chamadas pesquisas dos efeitos⁵, passando pelos estudos de usos e gratificações⁶ e, atualmente, sendo produzida prioritariamente pelos estudos de recepção.

A vinculação entre estudos de recepção e estudos culturais é intrínseca, iniciando-se com a publicação do texto “Codificação e decodificação”, nos anos 1970, por Stuart Hall – um dos cânones dos estudos culturais britânicos e das pesquisas diaspóricas. Nessa obra seminal, Hall (2013) enfatiza a possibilidade de negociação na esfera da recepção, sinalizando para três posições que podem ser adotadas pelos receptores diante das mensagens: dominante, quando o sentido da mensagem é decodificado segundo as referências de sua construção; negociada, quando receptores negociam os sentidos das mensagens; ou de oposição, quando se rejeita a mensagem.

Ao longo dos anos, diferentes vertentes de estudo foram criadas e interessa a este texto a abordagem dos estudos de recepção produzidos a partir da perspectiva dos estudos culturais latino-americanos. Para Itania Maria Mota Gomes (2004: 29) não há distinção entre as análises de recepção e os estudos culturais:

Recusamos a distinção entre as análises de recepção e os estudos culturais porque entendemos que, rigorosamente, as análises de recepção são as investigações empíricas sobre a relação entre *media* e audiência realizadas dentro do quadro teórico-metodológico dos Estudos Culturais.

Nesse sentido, todas as produções no âmbito da recepção seriam geradas dentro desse marco teórico-metodológico. O posicionamento não é consenso, Ana Carolina D. Escosteguy e Nilda Jacks (2005), mapearam as pesquisas de recepção produzidas no país nos anos 1990. Ainda que 73% delas tenham sido categorizadas como pesquisas de cunho “sociocultural”, ligadas à tradição dos estudos culturais, existem 27% das pesquisas identificadas pelas autoras como estudos de recepção, mas realizadas nos marcos das discussões “comportamentais” das pesquisas de efeitos e de usos e gratificações.

Ao abordar as pesquisas de recepção é necessário pensar sobre a tradição à qual estão relacionadas, a saber, os estudos culturais. Definir o que são os estudos culturais é tarefa considerada difícil, quando não, desnecessária. Mais do que a definição de conjunto de saberes, teorias e metodologias limitadas, os estudos culturais transformaram-se em um espaço de discussão alternativo aos “estudos das disciplinas acadêmicas de sociologia, antropologia, ciências da comunicação e da crítica literária, em um marco geral da condição pós-moderna. O âmbito preferencial dos estudos sobre a cultura popular” (REYNOSO, 2000: 3, tradução nossa)⁷. Nas palavras de Marisa Vorraber Costa, Rosa Hessel Silveira

⁵ Teoria ligada à tradição funcionalista norte-americana, datada da década de 1940. Rompe com a proposta da teoria hipodérmica, de que a comunicação é formada de maneira linear por emissor-mensagem-receptor, ao pesquisar os “efeitos” dos meios de comunicação, junto aos expectadores. “Os estudos dos efeitos são aqueles que apresentam em comum a preocupação em entender quais são e como se produzem os efeitos dos media sobre seus receptores” (GOMES, 2004: 31).

⁶ Produzida a partir da década de 1950, também de origem funcionalista, é a primeira perspectiva teórica a reconhecer o público como agente ativo, o que “implicava supor que o uso dos meios era dirigido por objetivos claros e conscientes, no caso, a satisfação de necessidades psicológicas individuais” (Ibid.: 40).

⁷ No original: “Los estudios culturales se han estandarizado como una alternativa a (o una subsunción de) las disciplinas académicas de la sociología, la antropología, las ciencias de la comunicación y la crítica literaria, en el marco general de la condición posmoderna. El ámbito preferencial de los estudios es la cultura popular” (REYNOSO, 2000: 3).

e Luis Henrique Sommer (2003: 39), esses estudos podem ser compreendidos como um “tumulto teórico”:

Os Estudos Culturais não constituem um conjunto articulado de ideias e pensamento. Como dizem seus cronistas mais contundentes, eles são e sempre foram um conjunto de formações instáveis e descentradas. Há tantos itinerários de pesquisa e tão diferentes posições teóricas que eles poderiam ser descritos como um tumulto teórico.

Emergentes no fim da década de 1950, na Inglaterra, os estudos culturais têm entre as suas principais temáticas de análise: gênero e sexualidades; raça, etnicidades e representações culturais; estudos históricos; e cultura popular e cultura nacional. Entre seus principais campos de estudo estão a mídia, a educação e a cultura popular em suas mais diversas manifestações.

No que se refere aos estudos culturais latino-americanos, há uma reivindicação dos principais teóricos do campo quanto à sua especificidade. Jesús Martín-Barbero (1996) sustenta que a tradição de estudos culturais existia na América Latina antes da criação dessa terminologia, ou seja, desvincula essa corrente de pensamento da possibilidade de “importação de teorias” do hemisfério Norte, especialmente da Inglaterra.

Nós fazíamos Estudos Culturais há muito tempo. Na América Latina – no campo da Comunicação, desde a edição do livro de Pascuali nos anos sessenta – havia uma percepção de que os processos de comunicação eram processos culturais. [...] Não comecei a falar de cultura porque chegaram a mim coisas de fora. Foi lendo Martí, Arguedas que eu a descobri e, com ela, os processos de comunicação a serem analisados. A gente não se ocupava dos meios: estávamos na festa, na casa, na cantina, no estádio. [...] Fazíamos Estudos Culturais muito antes que esta etiqueta aparecesse [...] A América Latina não se incorporou aos Estudos Culturais quando a etiqueta virou moda; a história, aqui, é muito distinta. (MARTÍN-BARBERO, 1996: 52)

A categorização é difícil e para Eduardo Restepro (2015), é uma “meia-verdade”, na medida em que estudos sobre cultura não podem ser considerados estudos culturais e, evidentemente, grande parte da produção anterior está associada à essa discussão. Escosteguy (2010) sinaliza que apenas a partir dos anos 1990, autores da América Latina começam se identificar como integrantes dessa tradição de estudos. A resistência se daria em decorrência de que as afinidades poderiam descaracterizar a independência e autonomia da produção desenvolvida na região (ESCOSTEGUY, 2010: 46). Ainda que a identificação tenha sido tardia, a autora aponta para a construção dessas pesquisas em período anterior, iniciando-se nas décadas de 1970 e 1980, em diálogo com outras movimentações globais.

Levando em consideração esse pano de fundo, os estudos culturais questionam a produção de hierarquias sociais e políticas a partir de oposições entre tradição e inovação, entre a grande arte e as culturas populares, ou, então, entre níveis de cultura – por exemplo, alta e baixa, cultura de elite e cultura de massa. A consequência natural desse debate é a revisão dos cânones estéticos ou mesmo de identidades regionais e nacionais que se apresentam como universais ao negarem ou encobrirem determinações de raça, gênero e classe. (Ibid.: 47)

Para Héctor Gómez (2011), o desenvolvimento dessa vertente de estudos na América Latina aconteceu lentamente, por pesquisadores de diferentes países que criticavam a importação de teorias norte-americanas, aliado a um processo

de contestação dos valores apregoados pela modernidade. Emergiram estudos sobre cultura popular e de comunicação alternativa – fortemente relacionada aos pressupostos atribuídos aos estudos culturais.

em algum momento dentro dos estudos da comunicação aconteceu uma mudança, passando da pergunta “o que fazem os meios com as pessoas?” para “o que fazem as pessoas com os meios?”, a passagem da visão da transmissão de informação para a da dialógica interativa que informa e transforma parece ser uma base ampla da construção de uma nova estrutura de conhecimento que não somente abarca os estudos de comunicação, como a toda a estrutura de conhecimento mais amplo, envolvendo as ciências sociais. (Ibid.: 117, tradução nossa)⁸

⁸No original: “en algún momento dentro de los estudios de la comunicación hubo un cambio al pasar de la pregunta ¿qué hacen los medios con la gente? a la de ¿qué hace la gente con los medios?, el paso de la visión de la transmisión de información a la de la dialógica interactiva que informa y se transforma parece ser una base amplia de la construcción de una nueva estructura del conocimiento que no sólo abarca a los estudios de la comunicación, sino a la estructura del conocimiento amplio, incluyendo a las ciencias sociales” (GOMÉZ, 2011: 117).

Na medida em que os estudos culturais não se propõem a ser uma disciplina curricular nos moldes tradicionais – com um campo de produção marcado por fronteiras limitadas –, suas produções podem ser compreendidas em alguns momentos como uma “teoria viajante”. O fato de pesquisadores de diversos países terem se identificado com os estudos culturais não pode ser entendido, necessariamente, como uma imigração dos estudos culturais britânicos: “as conexões entre os estudos que revolucionam a teoria cultural contemporânea podem ser atribuídas, primordialmente, à amplitude e abrangência destas movimentações no cenário de um mundo que se torna transparente” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003: 44).

Restepro (2015) destaca, ainda, que dentre as inúmeras preocupações desses estudos estão, especialmente, as temáticas indígenas, a formação de identidades na América Latina e o consumo cultural de produtos midiáticos, ou seja, os estudos de recepção. “Tanto uma como outra questão se confrontam na tensão global x local” (Ibid.: 48). O autor pontua a necessidade de pensar sobre os estudos culturais sempre como “contextuais e situados” e diz ainda que melhor seria nominar essa tradição como “Estudos Culturais sobre/desde a América Latina” (Ibid.: 28).

No que se refere aos estudos de recepção na região, Jesús Martín-Barbero é o pioneiro na reflexão sobre as relações entre comunicação e cultura, deslocando a centralidade da análise dos meios para os usos sociais produzidos pelos sujeitos (GOMES, 2004; JACKS, 2012). É a partir dos anos 1980 que a temática emerge como problemática. Além de Jesús Martín-Barbero, Nestor Garcia Canclini é considerado um dos expoentes nesse campo e, posteriormente, Guillermo Orozco Gomez. Entre as principais críticas recebidas pelos estudos culturais, além da possível importação de teorias, está a pouca atenção para temáticas de classe e o pouco engajamento político de alguns projetos.

Possibilidades de diálogo

Os estudos culturais e os estudos descoloniais emergem com a intenção de produzir uma ruptura nas discussões realizadas a respeito de culturas e povos subalternizados ao longo dos séculos. Com impactos em épocas distintas, provocaram (e provocam) inúmeras discussões em uma ciência que ainda é fortemente marcada pelo positivismo (e suas consequentes reivindicações de uma suposta neutralidade e universalidade, marcadas por um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, cis-heteronormativo e ocidentalista).

A ruptura produzida pelos estudos descoloniais é mais recente e atinge também os estudos culturais, ainda que inegavelmente tenham recebido contribuições desses. Com a proposta de romper com as formas de pensamento hegemônicas, ambas tradições são questionadas por seus procedimentos teóricos e metodológicos. Essas dificuldades podem ocorrer pela escolha em se desvincularem dos campos engessados das disciplinas formalmente instituídas, dialogando ainda com outras formas de saber, muitas vezes desconsideradas pela academia.

A crítica apresentada pelos estudos descoloniais aos estudos culturais, no que se refere à constituição de referenciais que continuam marcados pela modernidade,

precisa ser considerada. Pensar a partir/desde a América Latina requer construir teorias que reflitam a partir desse lócus, um “lócus fraturado”, como pontua Lugones (2016). Local marcado pela colonialidade, pela modernidade, pela persistência de subordinação. Para pensar nas margens é preciso afetar-se pelas margens.

Entretanto, como afirma Grosfoguel (2008: 117), essa não pode ser “uma crítica antieuropeia fundamentalista e essencialista”. Ou seja, devemos aprofundar a necessidade de produzir um “pensamento de fronteira”. Isso significa abandonar projetos epistemológicos ligados ao modernismo e aos pós-modernismos, “aprisionados no interior do cânone ocidental, reproduzindo, dentro dos seus domínios de pensamento e prática, uma determinada forma de colonialidade do poder/conhecimento” (Ibid.: 116) e pensar dentro de outros marcos.

A ruptura não é simples. Como pontua Ballestrin (2013), é possível abandonar toda a tradição de estudos produzidos (e legitimados ao longo dos séculos) pela/na Europa? O pensamento de “fronteiras” é também um pensamento de diálogo. Nesse sentido, compreende-se que, por suas próprias características fundantes, os estudos de recepção aproximam-se dos estudos descoloniais, refletindo sobre agenciamento e sobre o encontro de saberes e práticas dos sujeitos nas relações com as mídias, invertendo, desse modo, a preocupação dos meios para as audiências.

O debate sobre diferenças e possibilidades de aproximação entre estudos culturais e estudos descoloniais está aberto. Catherine Walsh (2003) concebe os estudos culturais latino-americanos como “(inter)culturais” e de orientação descolonial. Nas palavras da autora: “pensando a partir desta região, das lutas, práticas e processos que questionam os legados eurocêntricos, coloniais e imperiais e pretendem transformar e construir condições radicalmente distintas de pensar, conhecer, ser, estar e conviver” (Ibid.: 220-221).

Sem respostas absolutas e contundentes, acredita-se na possibilidade de construção de uma pesquisa de recepção de inspiração descolonial. A contribuição dos estudos descoloniais, compreendendo as marcas da colonialidade do poder e do saber sobre os sujeitos e instituições, pode ser articulada com as contribuições dos estudos culturais acerca da mídia – um dos espaços sobre os quais os estudos descoloniais ainda não se debruçaram.

Referências

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/WdQjKt>>. Acesso em: 28 nov. 2016.
- COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 36-61, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/6bBdps>>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. *Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ESCOSTEGUY, A. C. D.; JACKS, N. *Comunicação e recepção*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- GOMES, I. M. M. *Efeito e recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.
- GÓMEZ, H. Cultura, comunicación y la estructuración del tiempo. In: CÁCERES, J. G.; GARCÍA, M. R. (Coord.). *Comunicología posible: hacia una ciencia de la comunicación*. Léon: Universidade Iberoamericana, 2011. p. 111-160.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

JACKS, N.; MENEZES, D. Estudos de recepção no Brasil: um panorama da última década. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 21., 2012, Juiz de Fora. *Anais eletrônicos... Juiz de Fora: Compós*. Disponível em: <<https://goo.gl/Rjztxv>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

LISBOA, A. M. De América a Abya Yala – Semiótica da descolonização. *Revista de Educação Pública*, v. 23, n. 53/2, p. 501-531, 2014.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/2wc6DG>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. Nosotros habíamos hecho estudios culturales mucho antes de que esta etiqueta apareciera. Entrevista a Jesús Martín-Barbero. *Dissens*, Berlín, n. 3, p. 47-53, 1996.

MIGNOLO, W. Posoccidentalismo: el argumento desde América Latina. *Cuadernos Americanos: Nueva Época*, Cidade del México, v. 1, n. 67, p. 143-165, jan./fev. 1998.

_____. Introduction. Coloniality of power and decolonial thinking. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 155-167, mar./maio 2007.

RESTEPRO, E. Sobre os estudos culturais na América Latina. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2015.

REYNOSO, C. *Apogeo y decadencia de los estudios culturales: una visión antropológica*. Barcelona: Gedisa, 2000.

WALSH, C. ¿Qué saber, qué hacer y cómo ver? Los desafíos y predicamentos disciplinares, políticos y éticos de los estudios (inter)culturales desde América Andina. In: _____. (Comp.). *Estudios culturales latinoamericanos: retos desde y sobre la región Andina*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya Yala, 2003. p. 11-28.

O tempo e o espaço na vida cotidiana: reflexões a partir do filme *O terminal*

Luciana Buksztejn Gomes

Doutoranda e mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Graduada em Direito pela PUC-RS.
E-mail: lucianabg.adv@gmail.com

Daniela Firmino Cidade

Mestranda pelo PPGCOM da PUC-RS. Especialista em Comunicação com o Mercado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Especialização em Marketing pela Instituição Educacional São Judas Tadeu (IESJT). Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: dfcidade@gmail.com

Resumo: Neste artigo, nos propomos a realizar uma releitura do filme *O terminal* (*The terminal*, Steven Spielberg, 2004), destacando pontos que o aproximam às discussões acerca do tempo, espaço, lugar e não-lugar, por meio das lentes de alguns autores. Vemos o filme a partir da concepção de forasteiro, isto é, daquele que é estrangeiro em um determinado tempo e espaço. Com isso, buscamos trazer à tona aspectos que nos proporcionem pensar o cotidiano a partir dessas dimensões.

Palavras-chave: Tempo; Espaço; Lugar; Vida cotidiana; Forasteiro.

Time and space in everyday life: reflections from the movie *The terminal*

Abstract: In this article, we propose a re-reading of the film *The Terminal* (Steven Spielberg, 2004), highlighting points that approximate it to discussions about time, space, place and non-place, through the perspectives of some authors. We see the film based on the concept of the outsider (Schutz, 2003), the one who is a foreigner in a certain time and space. With this, we seek to bring up aspects that allow us to think about everyday life within these dimensions.

Keywords: Time; Space; Place; Everyday life; Outsider.

Considerações iniciais

Observamos uma pluralidade de discussões em relação à forma como a humanidade tem conduzido sua vida cotidiana. Analisados por diferentes autores – recebendo distintas denominações como pós-modernidade (SANTOS, 2008) ou supermodernidade (AUGÉ, 1994) –, o tempo e o espaço parecem ser eleitos como preocupações atuais, assim como as ideias de lugar e não-lugar.

O que se percebe são certas alterações na forma como o homem vem incorporando essas dimensões e, a partir delas, conduzindo sua vida cotidiana. Segundo Santos (2008: 37), “é pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa interpretação”. Diante dessa afirmativa, propomos a reflexão sobre o filme *O terminal* (*The terminal*, Steven Spielberg, 2004) a partir de três autores, de diferentes nacionalidades e formações e cujas obras permearam a temática, em nosso ver, de forma instigante e profunda.

¹ O filme foi visto dublado em português e, até o momento de escrita deste artigo, encontra-se disponível no serviço de *streaming* Netflix. A produção é inspirada na história real do refugiado iraniano Merhan Karimi Nasseri, que ficou preso no aeroporto Charles de Gaulle, em Paris, vivendo no local por 18 anos (LOPES, 2010; FRANCE PRESSE, 2004).

***O terminal*:¹ enfoques para reflexão**

A proposta é apresentar a narrativa fílmica, destacando pontos que servem como “marcos” e auxiliam na identificação de aspectos trazidos pelos autores ora selecionados. Dessa forma, compreendemos *O terminal* como uma possibilidade de reflexão que dialoga com as noções de tempo, espaço, lugar, vida cotidiana e forasteiro.

A história de Viktor Navorski, personagem interpretado por Tom Hanks, retrata a situação de um viajante que chega aos Estados Unidos, mas é impedido de sair do aeroporto. Isso porque, enquanto o voo estava em trânsito, houve em seu país de origem um golpe de Estado, o que gera suspensão dos passaportes e revogação do visto (cena aos 5’21”). Diante dessa situação, o diretor da alfândega explica ao protagonista: “até que isso seja resolvido, eu não tenho outra escolha a não ser deixar você ficar no terminal de trânsito internacional” (cena aos 8’20”).

Sem entender bem o que está acontecendo, Viktor recebe *vouchers* de alimentação e um bipe e é conduzido por um policial até o terminal internacional. Ao chegar nesse ambiente, ele para e observa (cena aos 10’22”); percebe que estão passando imagens de seu país na televisão e se aproxima. Entende se tratar de uma crise, pelas imagens transmitidas e por algumas palavras que consegue compreender do inglês, língua que pouco domina. Sofre. Para novamente e observa aquele espaço no qual se encontra (cena aos 13’42”). A sensação que temos é que todos estão com pressa, uma multidão em movimento para as mesmas direções.

Chega a noite e o protagonista escolhe um local que está em obras para tentar descansar. Consegue improvisar algo que se assemelha a uma cama e faz do lugar o seu local de descanso a partir daquele momento. As cenas que seguem trazem alguns “marcos” que merecem nossa atenção. Viktor tenta achar emprego no terminal, mas parece não atender aos requisitos necessários, como ter endereço e telefone próprio. Com o passar dos dias, ele percebe que, se devolver os carrinhos espalhados pelo terminal e colocá-los enfileirados numa máquina, recebe moedas (passa a ter uma receita). Ele começa a fazer isso, o que lhe permite comprar comida – até que o diretor da alfândega percebe o movimento e cria um obstáculo para que o estrangeiro não consiga mais fazê-lo.

Viktor também percebe que precisa entender mais o idioma praticado naquele aeroporto. Assim, ele passa a ler a legenda das imagens da televisão, procurando identificar palavras-chave. Da mesma forma, compara palavras em inglês e na sua língua de origem por meio de guias e revistas. Portanto, passa a aprimorar sua anglofonia.

Ele se propõe a ajudar um funcionário do aeroporto a “conquistar” outra funcionária e, em troca, recebe refeições. Esse acerto vai gerando amizade entre Viktor e o funcionário, que depois lhe apresenta a outros, permitindo que joguem cartas

todos juntos (cena aos 58'11"). Assim, passa a ter um relacionamento de amizade estabelecido naquele lugar que seria a sua "morada" – o terminal.

Em determinada cena, o diretor encontra uma brecha legal para permitir que Viktor ingresse nos Estados Unidos. Basta que ele diga que tem medo do seu país, e assim o governo americano poderia lhe dar asilo. Porém, Viktor não consegue afirmar que tem medo do seu país (cena aos 46'21"), mas da sala na qual se encontra, referindo-se talvez à presença opressora do diretor da alfândega. Na sequência de diálogos, o personagem adiciona: "Minha casa. Eu não tenho medo da minha casa" (cena aos 46'51").

O protagonista também depara, em alguns momentos, com uma aeromoça, por quem desenvolve afeto, gerando nele a expectativa do reencontro. Os reencontros sinalizam o estímulo sentido por ele, inclusive, para poupar o dinheiro que vem ganhando (também com obras que começou a fazer no aeroporto) e comprar um terno novo. Existe, portanto, um romance em sua vida.

A partir de uma inspeção que é realizada no aeroporto, Viktor é requisitado para servir de tradutor a um viajante que porta remédios irregularmente. Ele acaba auxiliando na liberação desse estrangeiro (cena aos 69'10"). Seu feito se espalha entre os funcionários do aeroporto e ele se torna uma espécie de herói, recebendo reconhecimento pelos locais nos quais passa, no terminal, por parte dos que ali laboram. Uma imagem de suas mãos – impressa por uma copiadora sem querer durante o ato de ajuda prestada – é colada nas paredes dos restaurantes como forma de saudar a ajuda prestada.

A decisão do protagonista de ficar no aeroporto até ter autorização legal que permitisse sua saída tem um propósito claro: ele precisa cumprir uma promessa dada ao pai. Quando finalmente consegue sair, ele a cumpre e resolve, imediatamente, voltar para casa – seu país, cuja guerra havia findado.

Uma tríade de autores do cotidiano

A partir do filme referido, trazemos à tona três autores, de diferentes nacionalidades e formações, cujas obras permearam tempo e espaço de forma instigante e profunda. O primeiro deles é o sociólogo e filósofo austríaco Alfred Schütz, nascido em 1899 e falecido em 1959, nos Estados Unidos. Schütz contribuiu significativamente para os estudos sobre o mundo da vida cotidiana a partir da fenomenologia. Sem aprofundar-se especificamente nos termos *tempo* e *espaço*, o autor realiza ensaios de psicologia social nos quais destaca a percepção desses conceitos por meio do cotidiano daquele que é um forasteiro e daquele que retorna ao lugar. Para o autor, o lugar é, geograficamente, determinado espaço na superfície da terra (SCHÜTZ, 2003).

O segundo autor apresentado nesta seção é o advogado e geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001), que desenvolveu sólida carreira, tendo sido exilado por anos, vivendo na França e no Canadá. Em 1996, ele recebeu o Prêmio Vautrin Lud, considerado o principal reconhecimento mundial na área de geografia. Santos (2008) observou, em sua obra, a fluidez do tempo e a globalização do espaço enquanto metáfora.

Para finalizar a tríade de pensadores aqui proposta, trazemos Marc Augé, etnólogo e antropólogo francês nascido em 1935 cuja principal obra, *Não-lugares* (1994), nos remete aos conceitos que entendemos como complementares aos propostos por Schütz (2003) e Santos (2008).

O forasteiro e aquele que volta ao lugar como pontos de partida

Partindo-se do pressuposto de que a realidade é fruto de construção social, e não de condição natural, e que o indivíduo, ao agir, tem suas motivações e sofre influências do meio em que se encontra, percebemos que muitas dessas ações são

² Entendido como uma pessoa adulta, de nossa época e civilização, que é aceita ou tolerada pelo grupo do qual se aproxima. O autor ainda apresenta, como exemplo de um típico forasteiro, o imigrante, mas deixa claro que a reflexão não se limita a ele. Dessa forma, também são mencionadas personagens mais triviais, como o postulante a um clube exclusivo, o filho de um camponês que ingressa na universidade, o habitante da cidade que se estabelece no meio rural ou mesmo o que deseja ser aceito pela família da namorada. Em todas essas circunstâncias, fica claro que o forasteiro não compartilha os mesmos pressupostos básicos do grupo no qual deseja ingressar (SCHÜTZ, 1999; 2003).

³ Na sua obra, Schütz (2011) apresenta a ideia de que nossas interpretações são baseadas num estoque de experiências prévias (que ele chama de *conhecimento disponível*) que serviriam como espécie de referencial. Esse esquema de referências, embora possa mudar e ser questionado, seria tido como certo. Assim, mesmo as experiências anteriores não questionadas “são tidas como típicas, isto é, carregam horizontes abertos de experiências antecipadas similares” (SCHÜTZ, 2011: 5).

⁴ Assim, “el forastero, en razón de su crisis personal, no comparte los supuestos básicos mencionados; pasa a ser, esencialmente, el hombre que debe cuestionar casi todo lo que parece incuestionable a los miembros del grupo al que se incorpora” (SCHÜTZ, 1999: 100).

quase automáticas, produzidas como tendência natural. Assim, trazemos à tona duas condições humanas que Schütz (2003) desenvolve sobre o homem em seu cotidiano e que nos ajudam a entender a relação do ser humano com o tempo e o espaço: o forasteiro e aquele que volta ao seu lugar.

No texto *El forastero*, Schütz (1999; 2003) apresenta uma reflexão sobre a figura do forasteiro,² analisando sua situação enquanto busca interpretar e se orientar dentro de um novo sistema cultural, de um grupo no qual esteja se inserindo. Assim, o autor questiona o comportamento e as atitudes desse recém-chegado.

Sugere que pensemos na pauta cultural da vida do grupo social, compreendida pelos valores, instituições e sistemas de orientação que caracterizam esse grupo – como usos e costumes, leis, hábitos e moda. Acredita que todo membro nascido e educado dentro de determinado grupo aceita o “esquema”³ que lhe é oferecido, razão pela qual, diante de nova pauta cultural, se vê diante da crise.⁴ Isso ocorre porque o forasteiro interpreta seu novo ambiente social a partir de seu pensar habitual, que é diferente do contrato cultural do novo grupo.

Com o tempo, o forasteiro vai deixando de ser observador passivo e passa a ser aspirante a membro do grupo. Aos poucos, ele começa a interpretar de forma diferente. O que inicialmente era um esquema vazio começa a ser ocupado por experiências concretas vividas. O quadro sobre o novo grupo que havia sido projetado enquanto pertencente ao seu grupo de origem principia a se mostrar inadequado. Isso fica claro no filme em análise, na medida em que o personagem Viktor Navorski começa a desvendar os detalhes do terminal, descobrindo como ganhar dinheiro e melhorar sua comunicação aprendendo a língua, fazendo amigos e até criando afeto por uma mulher. Ou seja, ele consegue atingir seus pequenos objetivos diários – como comer e se relacionar – a partir do momento em que consegue interpretar como a realidade se dá naquele ambiente.

Schütz (2003) reflete também sobre aquele que volta ao seu lugar de origem. Ele apresenta essa questão como algo que nos parece ainda mais complexo do que o forasteiro que conhece o lugar pela primeira vez. Para aquele que volta, é pressuposto que esteja voltando para um ambiente conhecido e com o qual acredita ter um relacionamento íntimo (SCHÜTZ, 2003). Assim, “o forasteiro que se aproxima do grupo deve antecipar, de maneira mais ou menos vazia, o que encontrará; ao que volta ao lugar basta recorrer às suas lembranças” (SCHÜTZ, 2003: 108).

De acordo com o sociólogo, o local de um homem é o lugar ao qual ele se propõe a regressar quando está longe. O autor diferencia esse lugar de qualquer outra área geográfica localizada na terra. Para Schütz (2003), o lugar no qual me encontro é minha morada; o lugar no qual penso em permanecer é minha residência. Já o lugar do qual venho e para o qual quero voltar é o “meu lugar”. Não se trata apenas de um local familiar – minha casa, minha habitação, meu jardim, minha cidade; conforme o autor, é tudo que isso representa. O caráter simbólico dessa noção, para ele, é emocionalmente evocativo e difícil de descrever. Essa ideia fica clara no episódio do filme em que o personagem deveria declarar medo de sua terra natal e, em vez disso, repete que não tem medo de sua casa, ambiente para o qual deseja voltar.

Daquele que regressa ao viajante solitário

Ao forasteiro e ao que retorna para seu lugar, contrapomos o conceito de viajante solitário desenvolvido por Augé (1994). Para o autor francês, tempo e espaço nos permitem pensar sobre um lugar em que se estabeleçam vínculos ou, ao contrário, um não-lugar de passagem, transitório, em que não há qualquer relação de pertencimento. Nesse não-lugar encontramos o viajante solitário.

Para Augé (1994: 76), o lugar antropológico é o das “possibilidades dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza”. Ou seja, é similar ao “meu lugar” para aquele que retorna, ou do lugar de origem para aquele que é forasteiro. O autor também nos propõe uma diferenciação entre lugar e espaço, sendo o espaço “mais abstrato” que o lugar.

Ao lugar referimos ao menos um acontecimento, um mito ou uma história; o espaço, em contrapartida, “se aplica indiferentemente a uma extensão, a uma distância entre duas coisas ou dois pontos” (AUGÉ, 1994: 77).

Mas aquele que regressa ao seu lugar de origem também sofre as consequências da vida que se desenvolveu no tempo e espaço daquele lugar durante sua ausência. Ele próprio, o que esteve fora, viveu experiências que o tornam diferente, novo em relação a quando deixou “seu lugar”. Em sua memória, o homem que esteve longe guarda recordações e códigos de convivência do “seu lugar”. Todavia, nos alerta Schütz (2003), o próprio lugar também mudou. O exemplo que o autor aborda é o do soldado de guerra que retorna ao lar depois de um período no combate. Assim,

Quando o soldado regressa e começa a falar, se o faz, se desconcerta ao comprovar que seus ouvintes, ainda que simpatizem com ele, não compreendem a singularidade dessas experiências individuais, que o converteram em outro homem. (SCHÜTZ, 2003: 115)

Schütz (2003) observa que há discrepância entre as experiências que aquele que retorna vivenciou e a forma como os habitantes do lugar enxergam tais experiências e seu retorno. Essa diferença de significados é o maior obstáculo para o restabelecimento das relações interrompidas.

Se aquele que retorna tendo vivido nova experiência já não encontra “seu lugar” da mesma forma e tampouco é visto como “o mesmo”, o que dizer do viajante solitário que circula em não-lugares?

Para Augé (1994: 73) “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”. Segundo o autor, a supermodernidade é produtora desses não-lugares: são salas de embarques dos aeroportos, hipermercados, autoestradas. Lugares de passagem nos quais o homem não precisa se relacionar, apenas apresentar códigos, identificações, cartões de crédito. A linguagem é prioritariamente o texto: vire à direita, siga por aqui, identifique-se. São instruções, informações em que o diálogo não se faz necessário. Essa definição aparece em toda a ambientação do filme *O terminal*, na qual o personagem Viktor continuamente cruza com pessoas em trânsito, com pressa, em um breve lapso de tempo, aguardando um voo. Da mesma forma, essa evidência fica clara na personagem da aeromoça, que afirma estar sempre “de partida”, dadas as atribuições de sua função.

Para Augé (1994), o não-lugar cria uma tensão solitária. Essa tensão, segundo o autor, é vivida inclusive pelo viajante de férias. Assim,

O espaço como prática dos lugares e não do lugar procede, na verdade, de um duplo deslocamento: do viajante, é claro, mas também, paralelamente, das paisagens, das quais ele nunca tem senão visões parciais, instantâneos, somados confusamente em sua memória, e, literalmente, recompostos no relato que ele faz delas ou no encadeamento dos slides com os quais, na volta, ele impõe o comentário a seu círculo. A viagem [...] constrói uma relação fictícia entre olhar e paisagem. E, se chamarmos de “espaço” à prática dos lugares que define especificamente a viagem, ainda é preciso acrescentar que existem espaços onde o indivíduo se experimenta como expectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe realmente. (AUGÉ, 1994: 80)

Na cena (aos 13’42”) em que Viktor se vê observando a multidão, vislumbramos uma similaridade com os lugares de passagem mencionados. Para o autor francês, “certos lugares só existem pelas palavras que os evocam, não-lugares nesse sentido ou, antes, lugares imaginários, utopias banais, clichês” (AUGÉ, 1994: 88). São os lugares do cotidiano do homem moderno, que está sempre em deslocamento,

lutando contra o tempo e o espaço. O autor observa ainda que, como os não-lugares costumam ser percorridos, eles se medem em unidades de tempo. Assim,

Os itinerários não funcionam sem horários, sem quadros de chegada ou de partida, que sempre concedem um lugar à menção dos atrasos eventuais. Eles se vivem no presente. Presente do percurso, que se materializa, hoje, nos voos de longo curso, numa tela onde se inscreve a todo instante a progressão do aparelho. Em caso de necessidade, o comandante de bordo o explicita de maneira meio redundante: “À direita do aparelho, vocês podem ver a cidade de Lisboa”. Não se enxerga nada, na verdade: o espetáculo, mais uma vez, não passa de uma ideia, de uma palavra. (AUGÉ, 1994: 95)

Dessa forma, nos sugere Augé (1994), o não-lugar acaba por criar não mais uma identidade, mas uma identidade partilhada entre passageiros, clientela. Para o autor, “o espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude” (AUGÉ, 1994: 95).

Da aceleração do tempo e da globalização do espaço

Para o geógrafo brasileiro Milton Santos (2008), é a aceleração contemporânea que impõe novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias. Ele observa que vivemos a época dos signos e que estes confundem o homem porque tomam o lugar das coisas verdadeiras. Nesse contexto, nossa primeira tentação é nos tornarmos adoradores da velocidade (SANTOS, 2008). Entretanto, essa aceleração também nos dá a sensação permanente de um “presente que foge”, gera a banalização da invenção, a partir das acelerações superpostas e concomitantes.

Daí depreendemos que, se vivemos com base nas pautas culturais conhecidas, como comportar-se diante do desconhecido que se sobrepõe, daquilo que se altera rapidamente, da velocidade acelerada do tempo/espaço? Se ao forasteiro cabia entender o mundo no qual ele desejava se inserir, o que dizer do viajante solitário, se não admitir sua aparente incapacidade de criar vínculos, uma vez que sua realidade é estar sempre de passagem, assumindo uma identidade que será permanentemente momentânea?

Essas indagações nos levam novamente ao protagonista do filme, que durante os primeiros minutos da produção se encontra “absolutamente perdido” diante da realidade que se apresenta. Viktor não pode sair do aeroporto e, portanto, está impedido de cumprir o que veio fazer nos Estados Unidos; não pode retornar ao seu país, que está com as fronteiras fechadas; não compreende o inglês, língua da maioria das pessoas naquele aeroporto; e não consegue estabelecer relações imediatas, já que todos parecem estar de passagem e com muita pressa. Em determinada cena, o diretor da alfândega pronuncia: “no momento, você não é cidadão de lugar nenhum” (cena aos 6’54”). Analisando essa frase, percebemos a relevância da expressão “no momento” em nossa análise, já que ela define determinado período efêmero, da mesma forma que “lugar nenhum” parece expressar a ausência de origem, ao mesmo tempo em que reforça como o terminal se configura em não-lugar, ou simplesmente lugar de passagem.

Schütz (2003: 110) alerta que o “lugar significa uma coisa para quem nunca o abandonou, outra para quem mora longe dele, e outra para aquele que retorna”. Os não-lugares, segundo Augé (1994), resultam em viajantes solitários, homens sem identidade, com relações efêmeras, nas quais a interação se dá por textos que servem a todos os que por ali passam. Na visão de Santos (2008), a realidade atual resulta em um “tempo despótico”, de poder isolado, arbitrário. “Há um relógio mundial, fruto do progresso técnico, mas o Tempo-Mundo é abstrato, exceto em relação” (SANTOS, 2008: 31). A relação pode ser entendida como o que o autor chama de “tempo do cotidiano compartilhado”, “tempo plural”, “o tempo dentro do tempo”. Entendemos que, para Schütz (2003), trata-se da relação face a face, aquelas que

são efetivamente compartilhadas no tempo e no espaço, independentemente do grau de intimidade que estabeleçam.

Para Santos (2008: 32), o espaço pode ser visto por meio da tecnoesfera e da psicoesfera: “A tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo”. Observamos aqui uma grande similaridade com o não-lugar, o lugar de passagem, a paisagem vista em fragmentos, proposta por Augé (1994). A psicoesfera, por outro lado, diz respeito às crenças, desejos, vontades e hábitos, “que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (SANTOS, 2008: 32). A psicoesfera, do nosso ponto de vista, se relaciona ao lugar de Schütz (2003), o lugar do qual o homem saiu e deseja voltar. “O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora [...], quem se globaliza, mesmo, são os homens e os lugares” (SANTOS, 2008: 31).

Santos (2008) também estabelece um confronto entre o global e o lugar. O global, como o não-lugar de Augé (1994), é mediatizado. Segundo o primeiro, lugar da falsidade e do engodo: “Se o lugar nos engana, é por conta do mundo. Nestas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união” (SANTOS, 2008: 36). Para ele, a dimensão fragmentada é a tribo, ou a união de homens pelas suas semelhanças. Assim, “é pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora” (SANTOS, 2008: 37).

Voltando à obra fílmica, relembramos as amizades que Viktor constitui no aeroporto, em sua maioria funcionários de nacionalidades diferentes da estadunidense – um latino-americano e um indiano. Naquele momento e local, esses forasteiros formaram uma espécie de “tribo”, cuja união se dá justamente por suas semelhanças.

Considerações provisórias

O terminal representa, em nosso sentir, algumas ideias que são apresentadas pela tríade de autores. A começar pelo forasteiro definido por Schütz (2003), que se confunde com o personagem de Viktor. Trata-se de alguém que precisa desvendar novos códigos, assumir sua condição de pessoa que não é do local, até que consiga estabelecer conexões com o lugar, que o farão compreender, em partes, seu ambiente. Entretanto, o filme se passa em um não-lugar, conforme nos define Augé (1994). Dessa forma, o forasteiro está também procurando relações em um lugar caracterizado pelo não vínculo, o não estabelecimento de contato, a simples passagem. Essa relação pode ser ainda mais complexa se acionarmos os conceitos de tempo e espaço trazidos por Santos (2008), que se configuram como aceleração e volatilidade.

Com base nos estudos de Schütz (2003), Santos (2008) e Augé (1994), podemos admitir que tempo e espaço são dimensões de singular importância no cotidiano dos homens. O espaço, que ora é lugar para o qual se volta, ora é não-lugar de passagem, ganha na contemporaneidade o *status* de global, embora saibamos que, na maior parte das vezes, o global é apenas um recorte da paisagem, e não um lugar de relação e construção de identidade.

O tempo, que parece acelerar no cotidiano do presente, torna-se ainda mais complexo quando se transforma na medida de deslocamento pelo espaço, sendo cada vez menor e, simultaneamente, mais abstrato. A percepção de sua irreversibilidade, à qual Schütz (2003) nos alerta quando narra as dores daquele que regressa ao seu lugar, parece ser a grande questão colocada.

Estaria a angústia atual em relação à aceleração do tempo presente justamente no fato irrefutável de sua irreversibilidade? Se o tempo não volta e o lugar se transforma mais rapidamente do que nunca, seremos todos forasteiros de nós mesmos, dos lugares que só guardamos em nossa memória?

Para compreender esse cotidiano do mundo que não para, Augé (1994), Santos (2008) e Schütz (2003) nos trazem conceitos e abordagens que, imbricadas, nos ajudam a desvelar em partes as angústias de tempo/espaço que permeiam a humanidade de forma cada vez mais intensa. O filme *O terminal*, por sua vez, ilustra em alguma medida as angústias do homem que se vê preso em determinado tempo e espaço, num lugar que não é seu, tentando interpretar estruturas culturais que desconhece. Mesmo nas situações mais absurdas, como no caso do forasteiro impedido de ir adiante e de regressar, aparentemente preso numa brecha de “tempo-espaço”, percebe-se o transcorrer da vida. Para muito além da dimensão de tempo e espaço, nos parece, estará o homem tratando de escrever sua história.

Referências

AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

FRANCE PRESSE. Personagem que inspirou “O Terminal” espera seu próprio final feliz. *Folha de S.Paulo*, Paris. 15 set. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2HPaelt>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LOPES, P. Conheça Sir Alfred Mehran, o homem que morou 18 anos em um aeroporto. *Observatório de Relações Internacionais*, Ouro Preto, 25 nov. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2rkO5Ra>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

O TERMINAL. Direção: Steven Spielberg. Produção: Steven Spielberg, Walter F. Parkes e Laurie MacDonald. Universal City: DreamWorks, 2004. 1 DVD (128 min), color.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio-técnico científico informacional*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHÜTZ, A. El forastero: ensayo de psicología social. In: _____. *Estudios sobre teoría social: escritos II*. Trad. Nestro Miguez. Buenos Aires: Amorrortu, 1999. p. 95-107.

_____. *Estudios sobre teoría social: escritos II*. Trad. Nestro Miguez. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

_____. Senso-comum e a interpretação científica da ação humana. Tradução Christina W. Andrews. *Conhecendo as Ciências Sociais*, Guarulhos, jul. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2rlj1Rm>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

Douglas Kellner: a retomada da teoria crítica frankfurtiana sob o impacto da leitura de Marcuse

Otávio Daros

Graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestrando em Comunicação Social pela mesma instituição. Tem experiência profissional no portal de notícias G1.
E-mail: otavio.daros@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta uma revisão da teoria crítica, checando as contribuições e as limitações da obra dos teóricos da primeira geração da Escola de Frankfurt, a partir da literatura fornecida pelo pesquisador norte-americano Douglas Kellner. O autor é compreendido como um teorizador do capitalismo avançado, que se apoia na tradição crítica – em especial na obra de Herbert Marcuse –, e por essa via começa a ver a relevância da cultura e dos meios de comunicação no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: Douglas Kellner; Teoria crítica; Herbert Marcuse.

Douglas Kellner: the resumption of Frankfurt's critical theory under the impact of Marcuses' reading

Abstract: This study presents a review of critical theory, looking at the contributions and limitations of the work of the first-generation theorists of the Frankfurt School, based on the literature provided by the American researcher Douglas Kellner. The author is understood as a theorist of advanced capitalism, based on the critical tradition – especially in the work of Herbert Marcuse –, who begins to see the relevance of culture and the media in the contemporary context.

Keywords: Douglas Kellner; Critical theory; Herbert Marcuse.

A formação de Kellner

Constatamos ao analisar alguns dos primeiros escritos publicados por Douglas Kellner, durante os anos de 1980, que seu pensamento é edificado sobre o estudo do marxismo, apoiado na tradição crítica desenvolvida por Horkheimer, Adorno, Benjamin, Marcuse e Habermas, entre outros. No trânsito dessas vertentes, Kellner se interessa por mostrar como as tecnologias modernas, em especial os meios de comunicação, interferem e geram novos modos de cultura e sociedade. Assim, podemos situá-lo, sobretudo, como um teorizador do capitalismo avançado.

Em 1968, quando estudou filosofia na Universidade de Columbia, Kellner inclinou-se, à primeira vista, para a fenomenologia e para o existencialismo. Foi inspirado pela onda de manifestações estudantis da época, entrando para a luta da reforma educacional e para os movimentos contrários à Guerra do Vietnã. A relação de Kellner com a *New Left* é influenciada fortemente pelo ativismo político de Marcuse.

Para ajudar a entender esses eventos, eu li as obras de Herbert Marcuse, na época da publicação de “An Essay on Liberation” (1969). Eu melhor compreendi os escritos de Marcuse e os fundamentos filosóficos do movimento estudantil para o qual eu estava cada vez mais atraído. (KELLNER, 1999b: 1)

No ano seguinte, recebeu uma bolsa de estudos e mudou-se para a Alemanha com o objetivo de desenvolver sua dissertação sobre Martin Heidegger (*Heidegger's Concept of Authenticity*, 1973). Junto à pesquisa, dedicou-se ao estudo da *Dialética do esclarecimento* de Adorno e Horkheimer, acompanhado dos escritos marxistas de Karl Korsch e György Lukács. Naquele período, assinala também a importância da descoberta do texto adorniano *O jargão da autenticidade* (1964).

No começo de 1970, morou em Paris, onde estudou filosofia francesa. Teve a oportunidade de assistir às aulas de Claude Lévi-Strauss, Foucault, Deleuze e Lyotard, além de acompanhar os trabalhos de Baudrillard e Derrida.

Ao voltar para os Estados Unidos, em 1972, concluiu seu trabalho sobre Heidegger. Logo depois, tornou-se professor na Universidade do Texas em Austin, onde lecionou por mais de duas décadas. Observamos que o período guarda uma alternância no caminho teórico que será percorrido pelo autor até a atualidade. Deixando os estudos heideggerianos de lado, Kellner se concentra na compreensão e na análise dos processos sociais existentes no sistema tecnocapitalista, explorando o marxismo e a teoria crítica. O tecnocapitalismo trata da configuração da sociedade capitalista em que o conhecimento técnico-científico e a tecnologia de ponta transformam os processos de produção, gerando uma nova organização social e formas de cultura, nas palavras do próprio Kellner (1989).

Em 1997, Kellner passa a ocupar a cadeira de George F. Kneller em Filosofia da Educação, na Universidade da Califórnia. A troca de instituição não foi por acaso, ela esconde momentos obscuros enfrentados pelo corpo docente da Universidade do Texas, estado que era governado por George W. Bush desde 1995. As publicações lançadas por Kellner naquela década trabalhavam temas, como a crise democrática enfrentada pela televisão, que eram manipulados pela pressão econômica e pelas políticas do governo e das corporações.

Ele vinha se dedicando, de modo geral, ao estudo da dinâmica dualista do capitalismo avançado e observou que o tecnocapitalismo abriga, ao mesmo tempo, formas de progresso e de dominação.

Durante a década de 1950, os teóricos de várias tradições começaram a discutir uma “segunda revolução industrial” caracterizada por novos tipos de produção, novas fontes de energia e novas tecnologias. Considerando que a primeira revolução industrial caracterizou-se pela fabricação em que as máquinas substituíram as mãos, e em que a mecanização substituiu o trabalho manual, na segunda revolução industrial as máquinas e as novas tecnologias substituíram os

cérebros e desempenharam um papel importante na reestruturação do processo trabalhista e outros domínios da vida social. (Id., 1989: 179)

Evidenciamos, de maneira direta, a inspiração de Kellner pelas ideias de Marcuse. Na sua leitura, o capitalismo avançado, tratado por Marcuse, não é em sua totalidade repressivo: inclusive pode adquirir caráter progressista, na medida em que fornece condições para a produção de “novas tecnologias e modos de informação, que têm um impacto potencialmente benéfico na vida humana” (Ibid.: 182). Entre eles, estão: “maior diversidade de escolha, maior possibilidade de autonomia cultural e maiores aberturas para as intervenções de outras culturas e ideias” (Id., 2001: 26).

No entanto, como o próprio autor reconhece, não é o que se vê ao analisar a modernidade. As novas tecnologias não foram e não estão sendo usadas para beneficiar unicamente a humanidade, mas, sim, em muitas das vezes, encontram-se a favor da “contínua imposição da mercantilização e do trabalho assalariado, que exacerba as desigualdades de classe” (Id., 1989: 182). Assim como “propiciam poderosas formas de controle social por meio de técnicas de doutrinação e manipulação mais eficientes, sutis e ocultas” (Id., 2001: 26).

Teoria crítica e apropriação de Marcuse

No exame empreendido por Kellner acerca da tradição crítica, em especial do trabalho de Marcuse, entendemos que a tecnologia opera pelo imperativo da lógica capitalista, que serve, em última instância, ao lucro e, mais recentemente, à dominação das corporações.

Em outras palavras, sob o tecnocapitalismo, como máquinas, automação de produção, novas tecnologias e informatização, substituem a força de trabalho humana, tanto manual quanto mental, a fonte do excedente muda de extração de humanos para extração de máquinas e a acumulação é alimentada por Desenvolvimento tecnológico e automação, e não apenas pela organização mais eficiente da força de trabalho humana, como na era da gestão científica e do taylorismo. (Id., 1989: 179)

Kellner destaca que Marcuse percebeu as “tendências destrutivas nas realizações mais célebres do capitalismo avançado”, esclarecendo que o crescimento da sociedade é “baseado no desperdício e na destruição, e seu progresso é alimentado pela exploração e repressão” (Id., 1984: 241).

Para além de abstrações, a identificação de Kellner com Marcuse ocorre também na esfera política. “Pelo menos algumas versões da teoria crítica são motivadas por um interesse em relacionar a teoria à política, e um interesse na emancipação daqueles que são oprimidos e dominados” (Id., 1989: 2), distinguindo indiretamente Marcuse de outros colegas da Escola de Frankfurt. Marcuse teve a capacidade de construir uma trajetória política e intelectual, fundindo sua filosofia a uma postura política radical.

Kellner (1984: 5) acentua que, após a Segunda Guerra, “Marcuse criticou duramente tanto o marxismo soviético quanto o capitalismo norte-americano, chamando a atenção para novas formas de dominação, repressão e controle social nas sociedades industriais avançadas”. E argumenta que foram as “tentativas heroicas e muitas vezes desesperadas de reconstruir a teoria marxista, e criticar suas limitações e deficiências” (Ibid.) que distinguiam Marcuse.

Marcuse defendia geralmente a ala mais radical do movimento estudantil, enquanto Habermas criticava alguns dos seus excessos, mesmo defendendo muitos de seus objetivos e posições. Horkheimer atacou radicalmente os estudantes radicais, e enquanto Adorno às vezes apoiava suas causas, ele também se distanciou da nova esquerda alemã. (Id., 1989: 205)

Marcuse atuou junto a esses pensadores no Instituto de Pesquisa Social: o primeiro centro de pesquisa com orientação marxista aberto na Alemanha, responsável pela tradição crítica. O “termo teoria crítica foi cunhado pela primeira vez em 1937, depois que a maioria dos membros do Instituto já havia emigrado para os Estados Unidos” (Id., 1990: 8), em razão do triunfo de Hitler.

Esse coletivo intelectual é chamado por muitos de Escola de Frankfurt. Mas Kellner (1989: 2) refuta o termo, uma vez que o considera “enganoso, porque grande parte do trabalho mais importante do grupo foi feito no exílio nos Estados Unidos”. O autor argumenta que Marcuse, por exemplo, “nunca trabalhou, de fato, com o Instituto em Frankfurt” (Id., 1984: 92), já que antes de os nazistas chegarem ao poder, ele já residia e trabalhava em Genebra. Porém, em seus livros e artigos posteriores a *Critical theory, marxism, and modernity* (1989), Kellner emprega a expressão Escola de Frankfurt para designar a corrente crítica, como sinônimo.

Kellner (1989: 7) sugere que os estudiosos não devem compreender a teoria crítica como unidade, e sim como uma série de “características que a definem em termos de método, pressupostos e posições”. A tradição crítica, por essência, é uma negação da “divisão acadêmica arbitrária ou convencional” (Ibid.). A formação e atuação dos teóricos críticos pode ser interpretada como contraponto à crescente especialização do conhecimento, que cada vez menos busca dialogar com outros campos do saber, caminhando para a simplificação em vez da complexidade.

Kellner observa que a tendência de especialização dos campos de conhecimento surge a partir da Segunda Guerra. E que até hoje tem como consequência divisões acadêmicas. A comunicação torna-se um exemplo, quando é separada dos estudos da cultura.

Contrária ao afastamento entre os campos do saber, a tradição crítica possui o mérito atravessar e debilitar “fronteiras entre disciplinas concorrentes e sublinhar as interconexões entre filosofia, economia e política, cultura e sociedade” (Ibid.). O corpo de colaboradores do Instituto é uma prova disso:

Especialistas em filosofia e teoria social como Horkheimer e Marcuse escreveram artigos sobre filosofia e história intelectual; Fromm esboçou uma psicologia socialista materialista; Leo Lowenthal e Walter Benjamin desenvolveram abordagens para uma sociologia da literatura, enquanto Adorno contribuiu para o desenvolvimento de uma sociologia da música popular e levou a cabo críticas ideológicas de certos modos dominantes de pensamento; Pollock, Grossmann e outros contribuíram com artigos sobre economia política, enquanto Franz Neuman, Otto Kirchheimer e outros contribuíram com artigos sobre sociologia política. (Ibid.: 26)

Kellner identifica que a teoria crítica seguiu, além de Marx, orientações de Friedrich Nietzsche, Max Weber e Sigmund Freud. Para o autor, o potencial da corrente está na preocupação com o “destino da modernidade” e no fornecimento de teorias sistemáticas e abrangentes da sociedade moderna “combinadas com diagnósticos críticos das suas limitações, patologias e efeitos destrutivos”, gerando elementos para uma defesa progressista (Ibid.: 3).

De acordo com ele, uma das principais contribuições da teoria crítica é justamente a “apropriação da herança dialética hegeliana-marxista, que vê categorias e análises socialmente críticas [...] e necessita de desenvolvimento e revisão à medida que as condições históricas mudam” (Ibid.: 6).

A adesão dos intelectuais críticos ao marxismo é compreendida por Kellner como uma reação ao período de violência e desilusão que marcou o início do século XX. A Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e a Revolução Alemã de 1918, acrescidas ao declínio da sociedade burguesa, levaram à união de jovens que passaram a ter – pela primeira vez – contato com o marxismo dentro das universidades.

Os indivíduos que produziram a teoria crítica conceberam, assim, o marxismo como uma teoria dialética, histórica e em aberto, que exigia desenvolvimento, revisão e modificação, justamente porque era, segundo eles, uma teoria da realidade sócio-histórica contemporânea, que estava constantemente em desenvolvimento e em mudança. (Ibid.: 11)

Ao passo que interpreta os estágios iniciais da tradição crítica como uma “extensão da crítica marxista da economia política para o desenvolvimento de uma teoria abrangente da sociedade” (Ibid.: 53), Kellner reconhece que o marxismo clássico tende “a dar ênfase à primazia da economia e da política, e não dar atenção à cultura e à ideologia” (Id., 2001: 78).

Ele compreende que os teóricos críticos aceitaram a tese de Marx que trata a economia como o fator determinante de toda a estrutura social. No entanto, para Kellner (1984: 119), nenhum deles pode ser interpretado como um reducionista econômico, pois ao contrário destes, os críticos buscaram “descrever o conjunto complexo de mediações que ligam a economia, as instituições sociais e políticas, a cultura e a consciência como partes de uma totalidade social interagindo reciprocamente”.

Apesar da tendência marxista, Kellner (1989: 8) argumenta que “não se pode discutir adequadamente a economia sem considerar o papel da política e da cultura na constituição da economia”. Avalia ainda que um dos passos mais significativos na trajetória da teoria crítica foi abandonar o “projeto de produzir uma teoria social multidisciplinar enraizada na crítica marxista, da economia política, à de uma nova crítica filosófica da ciência, da tecnologia e da razão instrumental” (Ibid.: 83).

Verificamos, a partir dos anos 1930, determinado desencantamento e, conseqüentemente, o abandono do marxismo por parte da direção do Instituto. Prova disso, “em 1932, o Instituto parou de publicar a revista *Arquivos para a História do Socialismo e do Movimento Operário* e criou uma nova revista” (ANDERSON, 1989: 52), chamada *Revista de Pesquisa Social*.

Para Kellner (1989: 65), a “ausência de um proletariado revolucionário e de uma alternativa socialista emancipatória ao capitalismo de Estado e ao fascismo” levou os intelectuais a questionarem quais eram as reais contribuições que uma defesa da política marxista poderia fornecer, naquela altura, para o desenvolvimento da tradição crítica. O autor chama a atenção, negativamente, para o caso de Horkheimer, que se afastou do marxismo e se aproximou do que Kellner (1990: 14) descreveu como uma “forma de irracionalismo místico derivado de Schopenhauer e Nietzsche”. Por outro lado, Marcuse deu continuidade a ensaios com ascendência na dialética marxista¹.

Dando mérito a Adorno e Horkheimer, o autor indica que o segundo estágio da teoria crítica apresenta, de modo inédito, o desenvolvimento de uma crítica cultural e ideológica sobre a sociedade da era tecnocapitalista. Daí o surgimento do termo indústria cultural. Eles enxergaram a cultura da sociedade “como uma cultura administrada, imposta de cima, como instrumento de doutrinação e controle social” (Id., 1989: 130).

Em uma análise atenta, Kellner revela uma certa ironia dialética presente na escolha do termo indústria cultural. Diferentemente de conceitos como cultura popular ou cultura de massa, a utilização desse termo por Adorno e Horkheimer indica que não estão tratando de produtos culturais de massa porque esses não são produzidos pelas massas, e sim pela indústria cultural.

A cultura, tradicionalmente valorizada, é supostamente oposta à indústria e expressa a criatividade individual, ao mesmo tempo que fornece um repositório de valores humanizadores. Nas indústrias culturais, em contraste, a cultura passou a funcionar como um modo de dominação ideológica, e não como humanizadora ou emancipatória. (Ibid.: 130-131)

¹ A ascensão do nazismo na Alemanha e a integração do mercado de trabalho nos países democráticos foram fatores determinantes para que Adorno e Horkheimer deixassem de enxergar, gradativamente, potencial revolucionário na classe trabalhadora. Durante os anos 1940, percebem-se dois movimentos realizados pela tradição crítica: 1) ela se torna mais teórica e elaborada, e 2) se distancia da pesquisa empírica, legado deixado por Carl Grünberg, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social. O período marca o segundo estágio da teoria crítica. Adorno e Horkheimer observam que a razão científica e a tecnologia são “parte integrante dos processos de produção e dominação social existentes e, portanto, devem ser questionadas” (KELLNER, 1989: 86). Na análise de Kellner (1989: 100), a condução de Adorno e Horkheimer é problemática, pois, entre outras falhas, eles “parecem assumir que toda a ciência e a razão estão ligadas à dominação da natureza e, portanto, estão intrinsecamente ligadas à dominação”. Kellner (2009: 6) também compreende que a teoria crítica possui a tendência de pensar que a “cultura midiática simplesmente reproduzia a sociedade existente e manipulava as massas obedientes”.

Devemos atribuir grande importância ao período de exílio nos Estados Unidos, uma vez que colaborou para a elaboração do conceito de indústria cultural. Adorno e Horkheimer se confrontaram com uma sociedade que experimentava novas formas de mercantilização dos bens culturais. “Ao contrário da maioria dos habitantes dos Estados Unidos, eles foram capazes de perceber nitidamente até que ponto as indústrias culturais estavam funcionando como instrumentos de controle social e dominação” (Ibid.: 82).

Para além do marxismo tradicional, a teoria crítica argumentou que os indivíduos também foram reificados no processo de consumo, através da visualização passiva de espetáculos de mídia ou tentativas de comprar a felicidade ou resolver problemas através de bens de consumo. A cultura de massa era, portanto, parte integrante da sociedade de consumo, que o Instituto descreveu como uma nova configuração da modernidade capitalista. (Ibid.: 146)

Os pesquisadores observaram as consequências do capitalismo avançado na sociedade norte-americana. A criação de uma “nova ordem social” (Ibid.: 82) via intensificação do consumo, uso da tecnologia, triunfo dos meios de comunicação, domínio científico, além da integração do Estado e da economia. “Nas novas configurações do capitalismo, tudo – bens e serviços, arte, política e vida humana – tornou-se uma mercadoria, enquanto o intercâmbio de commodities se tornou a forma básica de relacionamento na sociedade de consumo” (Ibid.: 147). A teoria crítica encontra no tecnocapitalismo uma “sociedade totalmente administrada, marcada por um declínio da democracia e da individualidade” (Ibid.: 82).

Na interpretação de Kellner (1989: 98), “Horkheimer e Adorno sugerem que o pensamento iluminista deixa, naturalmente, de ser um instrumento para o domínio da natureza, para se tornar um instrumento para a dominação dos seres humanos”.

Em *Critical theory, marxism, and modernity* (1989), nota-se a tentativa de Kellner de estruturar a história do Instituto a partir de pelo menos sete etapas: 1) sob a direção Carl Grünberg, investe-se em estudos empíricos; 2) sob a direção de Horkheimer, nos anos 1930, busca-se uma teoria social com forte influência na obra de Marx; 3) durante o período do exílio, ocorre a dispersão dos membros do Instituto; 4) Adorno e Horkheimer desenvolvem a teoria crítica nos anos seguintes; 5) retorno do Instituto à Alemanha nos anos 1950 e 1960; 6) Marcuse permanece nos Estados Unidos e dá continuidade ao seu trabalho; 7) Habermas retoma os trabalhos do Instituto nos anos 1970 e 1980. Kellner lembra:

Em 1964, fortemente apoiado por Adorno, Habermas voltou a Frankfurt para assumir a cadeira de Horkheimer em filosofia e sociologia; assim, Adorno foi finalmente capaz de realizar uma sucessão legítima à pessoa que ele pensava ser o mais merecedor e capacitado teórico crítico. (Id., 1984: 207)

O autor avalia que, embora frágil em muitos aspectos, a crítica cultural de Adorno é um dos seus principais legados para o campo de estudo da sociedade e da cultura modernas. Além da primeira teoria neomarxista, Adorno produziu uma crítica da sociedade de consumo. Nela, “a cultura e a estética se misturam com a produção e a publicidade para criar um modo de vida focado no consumo de bens, serviços, imagens de massa e espetáculos” (Id., 1989: 146).

Kellner alerta para a falha que a teoria de Adorno produziu conseqüentemente, uma vez que na visão neomarxista, “todas as mercadorias são instrumentos uniformemente sedutores da manipulação capitalista, que engendram necessidades falsas homogêneas e falsas consciências” (Ibid.: 158). Isso pressupõe, segundo Kellner (1989: 159), que “se os indivíduos se submetem ao (mau) consumo, são fracos, maleáveis e deficientes como seres humanos – precisamente a atitude puritana em relação ao sexo e ao prazer”.

Embora não seja explícita, a teoria de Adorno propõe que o consumo de forma geral, das necessidades às mercadorias produzidas por essa indústria, tem como

único objetivo escravizar o indivíduo. Pensar apenas nessa perspectiva teórica parece um erro para Kellner.

Enquanto os teóricos críticos tendem a criticar o consumo por ele mesmo como atividade fetichista e mercadorias como intrinsecamente sedutoras e manipuladoras, investigações mais diferenciadas de vários tipos de consumo revelam uma grande variedade de usos de commodities, atitudes em relação a elas e práticas de consumo individualizadas. Muitas pessoas são bastante inventivas e criativas em suas atividades de consumo, e podem crescer e desenvolver-se como seres humanos através do consumo. [...] O consumo pode, portanto, ser uma atividade racional, que melhora a vida, que aumenta os poderes humanos e atende reais necessidades humanas. Consequentemente, em vez de denunciar as commodities e o consumo por ele mesmo, devemos tentar discriminar entre mercadorias valiosas e sem valor ou duvidosas, e consumo desumanizado e “fetichizado” em oposição ao consumo criativo e que melhora a vida (Ibid.: 161).

O autor também argumenta que o modelo teórico de Adorno acerca da indústria cultural “não permite a heterogeneidade da cultura popular e efeitos contraditórios” (Ibid.: 143). Na leitura de Kellner, a cultura popular é reduzida por Adorno sempre à mercantilização, o que significa um “sinal do triunfo total do capital e da reificação total da experiência” (Ibid.).

Kellner entende que, ao examinar o conteúdo da televisão e das músicas populares, Adorno tem uma tendência de apenas “apontar suas ideologias e efeitos ‘retrógrados’ sobre a consciência, sem analisar suas contradições, momentos críticos ou de oposição, ou potencial para fornecer ideias sobre as condições sociais ou para chegar a uma réplica crítica” (Ibid.: 142).

O filósofo norte-americano reconhece que parte considerável da cultura popular se encaixa no modelo de crítica cultural elaborado por Adorno, mas acredita que “outros exemplos resistam a suas categorias e exigem uma abordagem mais matizada da interpretação e crítica cultural” (Ibid.: 143). Mesmo sem uma argumentação esclarecedora, Kellner considera que o rock e o reggae são exemplos de produções culturais que, muitas vezes, fogem da lógica descrita por Adorno.

Para corrigir a falha no modelo clássico de crítica cultural, Kellner (2009: 6-7) sugere “análises mais concretas e empíricas da economia política dos meios de comunicação e dos processos de produção cultural [...] e estudos de recepção da audiência e dos efeitos da mídia”.

O autor considera que Adorno teve seu período mais produtivo a partir dos anos 1950, diferentemente de Horkheimer que, no período, “quase não fez nenhuma contribuição” (Id., 1989: 113). Além de Adorno, o autor destaca a colaboração de Marcuse nos anos 1960. Na época, ele “foi mais amplamente discutido do que qualquer outro filósofo vivo” (Id., 1984: 1). Suas maiores contribuições estão na crítica à sociedade industrial avançada e no pensamento revolucionário.

Ao contrário de Adorno, Marcuse não previu os ataques pós-modernos à razão e ao iluminismo e sua dialética não era “negativa”. Em vez disso, Marcuse adotava o projeto de reconstruir a razão e de postular alternativas utópicas à sociedade existente – uma imaginação dialética que foi relegada em uma era que rejeita o pensamento revolucionário e visões grandiosas de libertação e reconstrução social. (Id., 1999a: 17)

Nessa direção, Kellner considera que Marcuse é capaz de fornecer perspectivas filosóficas mais abrangentes sobre os processos de dominação e os caminhos de libertação. O autor destaca a ideia de “desenvolvimento pleno do indivíduo em uma sociedade não repressiva” (Id., 1998: 5) e acredita que a obra de Marcuse apresenta uma “visão de libertação mais rica do que o marxismo clássico, de outras versões da teoria crítica e de versões recentes da teoria pós-moderna” (Ibid.).

Ao se confrontar com os problemas teóricos e políticos levantados pela modernidade, Kellner encontra em Marcuse recursos importantes para compreender a realidade, apostando que um “renascimento de Marcuse poderia ajudar a inspirar novas teorias e políticas para a era contemporânea, proporcionando à filosofia continental novos impulsos e tarefas” (Ibid.: 7).

Acreditamos que, em síntese, o mérito que Kellner atribui a Marcuse está na forma com que ele compreende o processo de dominação. No capitalismo avançado, a dominação se dá na combinação de economia, política, tecnologia e organização social.

Para os marxistas ortodoxos, o domínio está inscrito nas relações de produção capitalistas e na lógica da mercantilização, e para heideggerianos, weberianos e outros é a tecnologia, a racionalidade tecnológica e/ou a lógica coercitiva das instituições políticas que são a principal força da dominação social. Marcuse, ao contrário, teve uma análise multicausal que afastou aspectos de dominação e resistência em toda a ordem social. Além disso, Marcuse insistiu que as contradições do sistema, teorizadas pelo marxismo clássico como o antagonismo do capital e do trabalho, continuaram a existir, embora em formas alteradas. (Id., 2005: 4)

Estudos de crítica da mídia

Ao longo dos anos, Kellner se dedicou a trabalhar com as ideias marcuseanas no campo da comunicação. Assim como o estudioso frankfurtiano, ele entende que a mídia e as indústrias de entretenimento “controlam diretamente o tempo livre” (Id., 1984: 170), uma vez que socializam o indivíduo com o objetivo de fazê-lo aceitar as instituições, a ideologia dominante e um modo de vida que não deve ser aceito. Isto é, Marcuse observa que a cultura midiática tem a função de “reduzir indivíduos à passividade cativa e doutriná-los com a ideologia dominante” (Ibid.). Em sintonia com o pensamento do companheiro espiritual, Kellner acrescenta:

Embora as novas formas da indústria cultural [...] – constituídas por cinema, rádio, revistas, histórias em quadrinhos, propaganda e imprensa – tenham começado a colonizar o lazer e a ocupar o centro do sistema de cultura e comunicação nos Estados Unidos e em outras democracias capitalistas, foi só com o advento da televisão, no pós-guerra, que a mídia se transformou em força dominante na cultura, na socialização, na política e na vida social. (Id., 2001: 26)

O levantamento realizado por Kellner acentua a importância, na atualidade, do legado construído pelos pensadores da tradição crítica. Por meio de seus estudos, podemos desenvolver hoje análises críticas com maior profundidade em torno da cultura da mídia, o que pode ser benéfico, em especial, para o campo interdisciplinar da comunicação. O trabalho de Marcuse e de seus colegas mostra a “necessidade de combinar história, teoria social, economia política e estudos de mídia/cultura para adequadamente contextualizar, analisar, interpretar e criticar” (Id., 2009: 3) a cultura produzida pela mídia – e pelo público. Essas reflexões foram determinantes na construção da trajetória conceitual de inúmeros pesquisadores contemporâneos que atuam no campo da comunicação, como é o caso do próprio Kellner.

Embora a julgue teoricamente “parcial e unilateral”, Kellner mostra ao longo de seus estudos que a “abordagem da Escola de Frankfurt fornece instrumento para criticar as formas ideológicas e aviltadas da cultura da mídia” (Id., 2001: 45-46). De acordo com sua visão, o Instituto é parcialidade e unilateralidade, por exemplo, quando emprega o conceito de alta cultura. Kellner sinaliza a tendência de definir como alta cultura os bens que apresentam características progressistas, atribuindo-lhes um status de arte autêntica, ao passo que aos produtos tidos como pertencentes à cultura de massa, atribui-se valores negativos, ligados à ideologia dominante.

O autor entende que o ideal de arte autêntica “limita os momentos críticos, subversivos e emancipatórios a certas produções privilegiadas da cultura

superior” (Id., 2009: 7). Por isso, a separação entre alta e baixa cultura é um ponto a ser superado e substituído “por um modelo que tome a cultura como um espectro e aplique semelhantes métodos críticos a todas produções culturais que vão desde a ópera até a música popular, desde a literatura modernista até as novelas” (Id., 2001: 45).

Kellner também questiona a posição defendida pelos frankfurtianos de que todos os produtos de massa são aceitos e consumidos sem resistência e de modo uniforme por uma massa passiva de consumidores. O autor defende a necessidade de análises mais profundas, para que os estudos não atribuam aspectos emancipatórios apenas a uma cultura dita como superior, o que reproduz uma visão simplista e limitada de outras produções culturais.

Ele propõe uma “focagem crítica da cultura da mídia, a partir das perspectivas de mercadorização, reificação, ideologia e dominação” (Ibid.), para buscar um “modelo útil para corrigir as abordagens mais populistas e acríicas à cultura da mídia que tendem a subjugar os pontos de vista críticos” (Ibid.: 46).

Desde os anos 1990, Kellner voltou seus estudos para a compreensão das implicações dos meios de comunicação na cultura da sociedade contemporânea. Na sua visão, a cultura da mídia vem se transformando em mais um motor para a economia, na medida em que promove a publicidade de visões de mundo que alimentam o consumo. Aí reside uma das importâncias de estudá-la.

Somando-se a isso, podemos observar a influência que a mídia possui em outras esferas, além da econômica. Na política, Kellner se propõe a analisar as funções exercidas pelos meios de comunicação em guerras e eleições presidenciais que ocorreram nos últimos anos nos Estados Unidos – e sua intervenção em tais eventos, a exemplo da Guerra no Golfo.

Ao estudar a cultura da mídia, Kellner está contribuindo para a tradição crítica, ao mesmo tempo em que atualiza e desconstrói algumas das ideias elaboradas pelos pensadores frankfurtianos.

Referências

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

KELLNER, D. *Herbert Marcuse and the crisis of marxism*. Berkeley: University of California Press, 1984.

_____. *Critical theory, marxism, and modernity*. Cambridge: Polity Press, 1989.

_____. *Critical theory and the crisis of social theory*. *UCLA Graduate School of Education & Information Studies*, Los Angeles, 1990. Disponível em: <<https://goo.gl/R3Psc7>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

_____. O Marcuse desconhecido: novas descobertas nos arquivos. In: MARCUSE, H.; KELLNER, D. (Eds.). *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999a.

_____. Hebert Marcuse. *UCLA Graduate School of Education & Information Studies*, Los Angeles, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/tvDcFN>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

_____. *A cultura da mídia – Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *Adventures in Continental Philosophy*. *UCLA Graduate School of Education & Information Studies*, Los Angeles, 1999b. <<https://bit.ly/2GbnMIL>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

_____. The new left and the 1960s. *UCLA Graduate School of Education & Information Studies*, Los Angeles, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/bm2d61>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

_____. Political economy and cultural studies. *UCLA Graduate School of Education & Information Studies*, Los Angeles, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/9Jiemg>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

Análise das interações entre sociedade e organização nas mídias sociais: um estudo da campanha “Papo de mulher para mulher” da loja Marisa

Anne Cristine Ferraz de Oliveira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Comunicação Midiática da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Faac-Unesp) de Bauru. Graduada em Administração pela Instituição Toledo de Ensino (ITE). E-mail: annecris.ferraz@gmail.com

Roseane Andrelo

Doutora em Educação Escolar pela Unesp de Araraquara. Mestre em Comunicação Midiática pela Unesp de Bauru. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Faac-Unesp. E-mail: roseane.andrelo@faac.unesp.br

Resumo: O artigo analisa a campanha “Papo de mulher para mulher” da loja Marisa e os comentários publicados nas mídias sociais, trabalhando na perspectiva do sistema de resposta social de José Luiz Braga. O objetivo principal do estudo é compreender como ocorre a construção do discurso de diversidade da Marisa a partir da análise das interações entre sociedade e organização, levantando pistas que levem à compreensão de como ocorre a comunicação organizacional voltada à diversidade e evidenciando as respostas sociais do público diante do discurso da loja no âmbito das mídias sociais. Constatou-se que o discurso de diversidade empregado pela organização não condiz com suas práticas e que grande parte dos leitores que comentaram na postagem tem posicionamento desfavorável à campanha, visto que não perceberam a representatividade de diferentes mulheres.

Palavras-chave: Mídias Sociais; Discurso da Diversidade; Comunicação Organizacional; Resposta Social.

Analysis of interactions between society and organization in social media: a study of the campaign “Papo de mulher para mulher” from Marisa store

Abstract: The article analyses the campaign “Papo de Mulher para Mulher” from Marisa store and the comments published in social media, working on the perspective of the social response system by José Luiz Braga. The main goal of the research is to understand how the construction of Marisa store’s diversity discourse takes place considering the analysis of the interactions between society and organization, by raising clues that lead to an understanding of the organizational communication focused on diversity and evidencing the social responses of the audience regarding Marisa store’s discourse in social media. We observed that the diversity discourse used by the organization is not consistent with its practices and that a large part of the readers who commented on the post has unfavorable position towards the campaign, since they did not perceive a representation of different women.

Keywords: Social Media; Diversity Discourse; Organizational Communication; Social Response.

Mídias sociais e comunicação organizacional

As mídias sociais se configuraram nos últimos anos como um espaço de interação não somente entre usuários, mas também entre eles e grandes organizações, algo possibilitado pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC). As empresas que divulgam suas ações nesses espaços têm a vantagem de poder alcançar muitas pessoas com bastante rapidez, tendo em vista o volume de usuários cadastrados na rede. Atualmente, um dos sites de rede social mais acessados mundialmente – e utilizado com esse propósito – é o Facebook, no qual existem aproximadamente 2 bilhões de usuários ativos (REUTERS, 2017).

Ellison e Boyd (2013 apud RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015) explicam que o site é uma plataforma de comunicação em rede na qual os participantes possuem perfis que articulam conexões – podendo ser vistas e cruzadas por outros – e que consomem, produzem e interagem com fluxos de conteúdo gerados por outros usuários. Assim, “se antes o foco estava nos perfis dos usuários, atualmente, esse foco recai sobre os fluxos de conteúdo” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015: 26).

As organizações que se utilizam das mídias sociais para realizar ações de comunicação organizacional possuem a chance de dialogar com seu público de forma mais próxima, além de possibilitar que os usuários da rede respondam diretamente às suas mensagens, criando um canal de comunicação de mão-dupla. Mas, mais do que isso, as mídias sociais permitem que a sociedade funcione também como geradora de conteúdo, ou seja, fonte produtora de sentidos em conjunto com as organizações, e não apenas como um polo de recepção.

Para estudar a comunicação organizacional nas mídias sociais é necessário fazer uma breve retrospectiva dessa área, que busca atingir o público de interesse das organizações, representado por alguns de seus *stakeholders* (clientes, fornecedores, comunidades nas proximidades da empresa, prestadores de serviços etc.).

Segundo Kunsch (2003), a comunicação organizacional deve ser estudada a partir de uma perspectiva integrada (comunicação organizacional integrada), que permite uma atuação sinérgica e engloba as seguintes subáreas: comunicação administrativa, comunicação interna, comunicação institucional e comunicação mercadológica. A autora afirma que a convergência de todas as atividades a partir de objetivos bem definidos é o que possibilitará ações de comunicação eficazes em níveis táticos e estratégicos.

A autora também salienta que a construção da credibilidade e a fixação de um posicionamento institucional coerente e duradouro dependem de “ações que devem ser sedimentadas na verossimilhança entre o discurso e a prática” (KUNSCH, 2003: 166).

Por esse motivo, caso a organização tenha um discurso incoerente com suas ações e esteja sujeita à exposição nas mídias sociais, qualquer fala pode repercutir diretamente na sua reputação. Da mesma forma que as mídias sociais permitem maior proximidade com o público e uma identificação positiva com os valores de uma empresa, elas podem ser igualmente destrutivas, considerando que é impossível controlar o que será comentado nas redes sociais a partir de determinada ação.

No caso da loja Marisa, busca-se compreender como o público constrói o discurso da diversidade em conjunto com a organização a partir da observação das interações entre sociedade e organização nas mídias sociais. Dessa forma, poderão ser levantadas pistas de como ocorre a apropriação do discurso organizacional de diversidade da Marisa pelos leitores e que tipo de respostas o público fornece a partir do momento em que os textos produzidos e difundidos pela organização passam a circular na sociedade por meio das mídias sociais.

Discurso organizacional da diversidade nas mídias sociais

Vivemos em um mundo em que a diversidade e a pluralidade de ideias e culturas fazem parte do dia a dia. No entanto, a luta pela inclusão de minorias (culturais,

étnicas, de gênero, deficientes físicos) em todos os setores da sociedade é crescente, pois em vários lugares ainda existe forte resistência a essa diversificação.

Algumas organizações têm começado a notar a importância de implementar políticas de inclusão e gestão da diversidade. Quando mal administrada, a diversidade pode deixar a organização sujeita a perda de coesão dentro do grupo de funcionários e insatisfação dos membros majoritários na organização (JACKSON et al., 1991; TSUI et al., 1992; WHARTON; BARON, 1987 apud NKOMO; COX JUNIOR, 1999). Porém, organizações com um eficiente programa de gestão de diversidade – tanto cultural como de etnias, costumes, gênero, orientação sexual, religião etc. – tendem a ser mais inovadoras, demonstrando mais flexibilidade e criatividade na solução de problemas e nas tomadas de decisões (JACKSON et al., 1992; ANCONA; CALDWELL, 1992; BANTEL; JACKSON, 1989 apud NKOMO; COX JUNIOR, 1999). Alguns benefícios da diversidade cultural em organizações citados por Cox Junior (1994) são: retenção de talentos do mercado de trabalho dentro da organização; alcance e atendimento a segmentos de mercado diversificados; inovação, flexibilidade e melhoria na solução de problemas a partir da heterogeneização do corpo de funcionários.

No entanto, a questão da diversidade de gênero ainda é, em alguns casos, controversa, pois existem muitas empresas que, apesar de apresentarem mulheres em seu quadro de funcionários, lhes pagam salários menores quando exercem o mesmo cargo que homens. Outro problema surge quando, mesmo havendo mulheres a serviço de uma organização, nota-se a homogeneidade e padronização da aparência da mulher: em sua maioria, são mulheres brancas, magras, jovens e sofisticadas, características que reforçam o padrão hegemônico de beleza feminina. Mas, além da adoção de políticas inclusivas dentro da organização, também existe a preocupação em comunicar ao público externo como a empresa trabalha a questão da diversidade com estratégias de comunicação institucional e mercadológica.

Os discursos organizacionais empregados nessas estratégias representam os valores e crenças de uma organização e são recursos utilizados por ela para se tornar percebida por seus públicos. Segundo Charaudeau (2009), o discurso é construído dentro de determinada circunstância ou contexto social, que deve ser sempre considerado, e pode ser entendido como o resultado das características de quem fala, do que se fala e do modo como se fala com o objetivo de produzir sentidos. Ou seja, os discursos buscam sempre provocar algum efeito sobre o interlocutor.

É a partir dos discursos difundidos pela organização que são criadas as representações nas mentes do seu público e, conseqüentemente, sua imagem:

Numa organização, seja ela pública, privada, com ou sem fins lucrativos, podemos denominar “discurso organizacional” o conjunto dos “textos”, ou seja, das manifestações expressivas de que essa organização se vale para tornar-se visível, percebida e apreendida pelos seus diversos públicos de interesse, internos e externos. (IASBECK, 2010: 408)

Por isso, é primordial que o discurso organizacional esteja alinhado com as práticas da organização, pois “discursos não coerentes ou distantes da realidade não geram coesão e não traduzem a cultura da organização, levando a dificuldades de identificação externa por clientes, comunidades e fornecedores” (IASBECK, 2010 apud CUNHA, 2015: 116).

Grandes empresas de vestuário, como a Marisa, têm buscado cada vez mais explorar o discurso da diversidade em suas campanhas publicitárias, principalmente na tentativa de incluir outros modelos que não sejam os padrões de pele branca/clara, magreza e juventude, com a intenção de relacionar a imagem da organização a uma ideia de representatividade.

É dessa maneira que este estudo pretende investigar como se dá a exploração do discurso organizacional da diversidade a partir de uma campanha publicitária da Marisa divulgada nas mídias sociais – e, a partir da resposta que o público fornece,

busca levantar pistas de como ele lê e se apropria desse conteúdo, construindo novos sentidos a partir do momento em que esse discurso passa a circular na sociedade. Dessa forma, a análise do diálogo entre sociedade e empresa possibilitará compreender se o público expressa concordância ou não com as falas da organização.

Sistema de resposta social

A internet possibilitou que instituições interagissem com a sociedade de forma distinta das mídias tradicionais, como jornal, rádio e televisão, as quais não permitem a reciprocidade e *feedback* do seu público. E isso se aplica também às estratégias de comunicação utilizadas pelas organizações, pois atualmente é pouco provável que não existam ações de comunicação organizacional nesse espaço. Por isso, mais do que nunca, nesse momento “as organizações são ativamente responsáveis tanto pela inter-relação com a mídia, com vistas a dar visibilidade aos seus princípios, como pela autogerência de sua representação, através de estratégias de comunicação organizacional” (KEGLER; BARICHELLO, 2007: 12).

Isso significa que, ao estarem presentes na internet e nas mídias sociais, as empresas estão sujeitas a interações com os destinatários –que podem ser positivas ou negativas, visto que a sociedade pode se apropriar dos discursos emitidos por essas organizações. Dessa forma, essas interações e apropriações podem contribuir para a construção da representação da empresa nos diferentes campos da sociedade contemporânea, tendo em vista que os destinatários são atuantes na qualidade da comunicação (KEGLER; BARICHELLO, 2007). Por isso, vale lembrar que uma ação ou fala da organização nesses espaços pode repercutir de forma inesperada, causando reações a favor ou contra os discursos produzidos e resultando em impactos na sua imagem.

Isso pode ser observado, por exemplo, quando uma empresa presente numa rede social tem problemas com produtos ou serviços prestados e seus clientes disparam comentários negativos, como reclamações e críticas, no perfil da organização. As redes sociais permitem que o público de uma organização elogie ou critique suas ações, de maneira que qualquer pessoa com acesso à internet e ao perfil da companhia possa visualizar os comentários – sendo eles positivos ou negativos. Da mesma forma, pode ocorrer também de uma campanha institucional ou publicitária ser exibida com uma intenção e ter retorno completamente diferente do esperado quando divulgada nas redes sociais.

A partir disso, traça-se um paralelo com o conceito de *sistema de resposta social*, ou sistema de interações sociais sobre a mídia, que compreende “*atividades de resposta* produtiva e direcionadora da sociedade em interação com os produtos midiáticos” (BRAGA, 2006: 22, grifo do autor). Segundo o autor, essas interações, em geral, resultam em respostas diferidas e difusas. Diferentemente do dualismo existente entre mídia e sociedade, em que a mídia é o sistema de produção, gerador de mensagens, e a sociedade é o sistema de recepção, meramente “recebedor”, esse terceiro sistema representa uma sociedade que “age e produz não só com os meios de comunicação, ao desenvolvê-los e atribuir-lhes objetivos e processos, mas sobre os seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social” (BRAGA, 2006: 22). O autor chama atenção para a distinção do objeto a ser estudado, que trata da circulação de ideias, reações e respostas por meio das interações midiáticas:

O sistema de interação social sobre a mídia (seus processos e produtos) é um sistema de circulação diferida e difusa. Os sentidos midiaticamente produzidos chegam à sociedade e passam a circular nesta, entre pessoas, grupos e instituições, impregnando e parcialmente direcionando a cultura. (BRAGA, 2006: 27, grifo do autor)

A definição trazida por Braga (2006) pode ser aplicada no âmbito das mídias sociais e no contexto das organizações, tendo em vista que a partir de observações desses atores – sociedade e organizações – pode-se empregar o sistema de

resposta social para compreender como se dão seus movimentos daquela diante do discurso produzido e disseminado pelas organizações. Para o autor, o fenômeno de midiatização coloca a mídia hoje como parte estruturante da sociedade, e não apenas como produtora de mensagens. Kegler e Barichello (2007: 8) ainda explicam que o processo de midiatização trata a mídia como “principal responsável pelos processos de interações sociais, bem como da construção social em si”.

Assim, as práticas sociais são perpassadas pela mídia: isso significa que as mensagens veiculadas pela mídia circulam pela sociedade, e após essa circulação a sociedade se apropria dos discursos midiáticos, resignificando-os – e, também por meio da mídia, esboça reações e respostas, como comentários, sejam eles críticos ou positivos, sobre os discursos das organizações.

De acordo com Oliveira, Henriques e Paula (2012: 173), as organizações têm se utilizado de estratégias provenientes do campo midiático para estreitar seu relacionamento com o público, visto que “como atores sociais coletivos, as organizações precisam também legitimar sua atuação junto aos demais atores, o que fazem, essencialmente, através de suas competências discursivas”. Os autores também ressaltam que as estratégias midiatizadas utilizadas pelas organizações fazem parte de um campo que merece atenção dos pesquisadores que buscam compreender a sociedade contemporânea, visto que:

Trata-se da esfera onde os atores sociais constroem discursos e buscam, através deles, legitimar sua atuação e onde esses mesmos discursos ganham repercussão social, sendo permanentemente apreendidos, reelaborados e postos em circulação. O fenômeno da midiatização se configura, assim, como o processo interacional estruturante da sociedade nos dias de hoje. Acredita-se que o viés mais promissor de análise da midiatização no campo da comunicação social é entendê-la não apenas sob a ótica das intencionalidades dos emissores e receptores, mas também dos mecanismos de resposta social que o discurso midiático produz. (OLIVEIRA; HENRIQUES; PAULA, 2012: 171)

É sob essa perspectiva que será estudada a campanha realizada pela loja Marisa, em que é pertinente compreender como ocorre a circulação do conteúdo produzido pela organização nas mídias sociais e as respostas da sociedade, manifestadas por intermédio de comentários críticos ou positivos frente ao discurso da diversidade difundido pela empresa.

Interações entre o perfil Vou de Marisa e seu público nas mídias sociais

Para desenvolver este estudo, foi selecionado um comercial da campanha publicitária “Papo de mulher para mulher” da Marisa, que foi veiculado na televisão em março de 2016. O comercial também foi publicado na página oficial Vou de Marisa no Facebook, em 3 de março de 2016, alguns dias antes do Dia Internacional da Mulher (8 de março). A empresa buscou explorar a temática da diversidade dos corpos femininos, tendo em vista que, principalmente a partir de 2010, tem-se observado um movimento crescente de mulheres que buscam representação na sociedade – negras, LGBT, de diferentes classes sociais, obesas, que até décadas atrás se encontravam à margem da sociedade e não eram aceitas, sendo alvo de discriminação.

O objetivo do estudo foi identificar quais eram as intenções e falas da organização ao veicular essa campanha e, em conjunto – aplicando a análise de conteúdo, a fim de categorizar e classificar os comentários, e trabalhando com o conceito de sistema de resposta social –, buscar compreender as reações do público no Facebook. Pode-se observar nas mídias sociais a repercussão dos conteúdos produzidos pela organização, visto que essa ferramenta possibilita a interação direta entre emissor e receptor; por isso, o Facebook será considerado aqui como um dispositivo de resposta social.

No comercial selecionado, três mulheres observavam e elogiavam a outra modelo enquanto ela experimentava diferentes lingerie. Percebe-se, pela escolha das atrizes,

e por algumas das respostas selecionadas nos comentários do Facebook, que o objetivo da loja foi demonstrar a diversidade, representando algumas das diferentes etnias existentes no Brasil, além de dar visibilidade a mulheres com diferentes tipos de corpos e alturas, e não apenas mulheres brancas, altas e magras – que são geralmente representadas nos comerciais de moda. Como exemplo, pode-se observar um dos comentários publicados pela página oficial da loja, denominada Vou de Marisa, em 8 de março de 2016:

Silvia, nossa intenção é mostrar que todas as mulheres independente do corpo podem usar a lingerie que se sintam bem para usar, sendo magra ou gorda pois todas nós em algum momento, temos inseguranças que precisam ser vencidas pela nossa autoestima. Muitas mulheres são reféns dos padrões de beleza. Mesmo quem está dentro deles, é afetado, porque padrões e estereótipos tentam limitar as pessoas. Acreditamos que toda pessoa tem que ter liberdade de ser quem é, do jeito que quiser. Feliz dia da mulher!¹

¹Cf. PAPO..., 2016.

A análise de conteúdo permite realizar a inferência dos aspectos latentes de uma mensagem, ou seja, o analista pode inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos e intenções sobre o emissor ou destinatário da comunicação a partir de seus enunciados (BARDIN, 2011).

Com base na fundamentação teórica e a partir da análise de conteúdo conduzida, foram criadas três categorias para classificar os 76 comentários publicados na página oficial no Facebook da Marisa no vídeo do comercial em questão. Ao todo, a publicação somou 131 mil visualizações, 178 compartilhamentos e aproximadamente 1.400 curtidas. As categorias criadas são: 1) posicionamento favorável ao comercial: se enquadram leitores que perceberam a iniciativa da Marisa de forma positiva, elogiando a marca por propor modelos diferentes das tradicionalmente contratadas para representar as mulheres em ações de publicidade; 2) posicionamento contra o comercial: leitores que criticaram a escolha das modelos, por acreditarem que elas não representam a diversidade das mulheres brasileiras; e 3) neutros: leitores que não criticaram nem apoiaram a ação da organização, comentários curtos demais ou em que não ficou claro o posicionamento, ou ainda leitores que comentaram sobre outros assuntos referentes à organização, como pedidos ou qualidade dos produtos.

Do total de comentários, 17 são respostas da página oficial Vou de Marisa a comentários de leitores e 59 são de seguidores da página. Portanto, os 59 comentários dos leitores ficaram distribuídos na seguinte proporção:

Categorias	Quantidade	Percentual
Posicionamento favorável	5	8,4%
Posicionamento desfavorável	20	33,9%
Neutros	34	57,7%

Quadro 1: Posicionamento dos leitores em relação ao comercial

Fonte: Elaborado pelas autoras

Entre os comentários favoráveis e desfavoráveis ao discurso adotado pela loja, os principais argumentos encontrados são:

Posicionamento favorável	Posicionamento desfavorável
As modelos representam a diversidade de corpos (gordas e magras)	As modelos não representam a diversidade de etnias
Avaliação positiva da campanha da loja	Não existe numeração de peças para mulheres gordas
	As modelos não representam a diversidade de corpos (gordas e magras)

Quadro 2: Argumentos mais frequentes apresentados por leitores

Fonte: Elaborado pelas autoras

Em um dos comentários em que há posicionamento contra o discurso da Marisa, a leitora Sarah Carolina demonstrou sua indignação com a marca referindo-se à escolha de apenas uma mulher negra para representar a diversidade de etnias e à falta de representação das demais etnias, bem como de deficientes:

Eu tô cansada de comerciais com mulheres brancas em sua maioria e uma única negra. Parece que “vamos colocar UMA ali, pra n [não] acusarem a gente de racismo ou afirmarem q [que] n [não] estamos sendo representativos”. Vc [você] pega um grupo de mulheres no Brasil e existem tantas formas e cores que esses comerciais passam a ser irreais. Vcs [vocês] colocam mulheres de vários tipos de corpo, mas esquecem como representar índios, negros, descendentes de japoneses, deficientes físicos e semelhantes. tbm [também] é importante!!!!!!²

² Cf. PAPO..., 2016.

Ao analisar os próximos comentários, constatou-se que o discurso de diversidade empregado pela loja foi apreendido e compreendido de forma diversa da pretendida pela organização pela leitora Mayara Barreto. E, ao relatar seu ponto de vista trazendo também a percepção de uma amiga para as mídias sociais, a seguidora fez com que o discurso da organização passasse a circular na sociedade também por outro meio que não a mídia.

Dessa forma, a utilização do conceito de sistema de resposta social no âmbito da comunicação organizacional é adequada para a situação, conforme a análise que segue:

Marisa, se é pra falar de aceitação do corpo, vamos botar mulher gorda? Que essas daí podem até sofrer um pouco da pressão sob a estética feminina, mas nem se compara com uma mulher gorda... aliás o preconceito é tanto que não tem gorda nesse comercial que fala sobre aceitação -- (tipo só se aceite até o 40/42?!!!)

Marisa... tomei a liberdade de conversar com meninas gordas... e elas não estão se sentindo representadas... seria interessante ouvi-las verdadeiramente!³

³ Cf. PAPO..., 2016.

Nesse momento, nota-se que o discurso midiático produzido pela organização começa a circular pela sociedade, perpassando outras instâncias que não a mídia, e se instaura nas relações sociais, voltando em forma de resposta na própria mídia social. A leitora Mayara Barreto levou o conteúdo do comercial ao conhecimento de uma amiga, se apropriando dos sentidos produzidos e relatando o que foi percebido por elas – e o resultado não foi necessariamente coerente com o discurso da diversidade e com as intenções que a Marisa pretendia propagar, tendo em vista que a amiga da leitora não se sentiu representada no comercial da organização.

Outro comentário relevante foi o da leitora Jéssica Feliciano:

Só não compro nada na marisa porque simplesmente não existe sutian tamanho 56 ou 54b. Isso irrita demais uma marca deste calibre não ter esta numeração até o 54 é difícil de achar..... sacanagem com quem tem busto grande.⁴

⁴ Cf. PAPO..., 2016.

Pode-se perceber, nesse caso, a incoerência entre o discurso da organização e as práticas adotadas por ela, pois na campanha selecionada a empresa busca representar a diversidade de mulheres, no entanto, a cliente e seguidora da página relata que não encontra numeração de peças acima do 54.

Entre os comentários favoráveis ao posicionamento da loja no comercial em questão, destacaram-se os que seguem:

amei esse novo comercial da Marisa com mulheres mais gostosas ou seja mais fofinhas kkkkkkkk

agr [agora] sim... Modelo de verdade. Pq [porque] o padrão pra corpo ideal é o corpo q [que] cada um tem. Não sou obrigada a ser magrela, já bastou a adolescência.⁵

⁵ Cf. PAPO..., 2016.

Dessa forma, nota-se que as interações resultaram em uma pluralidade de discursos, que ora reafirmam as falas da organização, ora as criticam. Porém, ao expressar as opiniões pessoais, nota-se, principalmente nos comentários críticos à campanha, uma maior argumentação e enfrentamento dos leitores que levaram seu posicionamento a público, com a formulação de explicações, demonstrações ou pressões sobre a organização. Os comentários desfavoráveis também geraram mais debates entre os leitores do que os comentários positivos. O comentário da leitora Mayara Barreto gerou ainda mais discussões entre outras seguidoras da página, como pode ser observado na Figura 1:

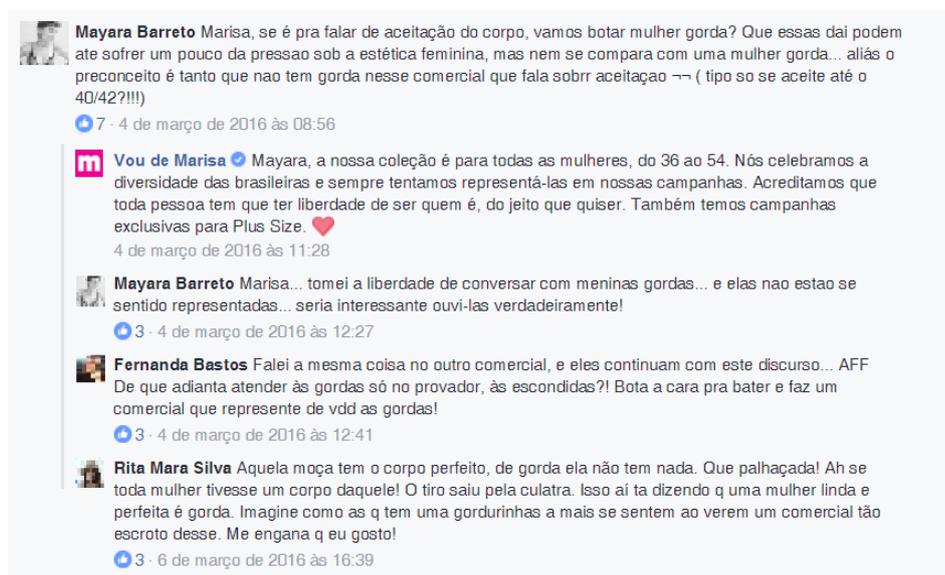


Figura 1: Interações nos comentários da página do Facebook Vou de Marisa

Fonte: PAPO..., 2016.

Notou-se que, enquanto os comentários positivos foram mais abstratos, apenas apoiando a campanha de forma indefinida, os comentários negativos colaboraram para incentivar a organização a repensar suas atitudes, cobrando ações concretas da empresa para que ela represente, tanto na mídia como fora dela, a diversidade das mulheres.

Considerações finais

A partir da análise de conteúdo conduzida foi possível observar que as respostas sociais dos leitores são, de fato, de ordem diferida e difusa, visto que, ao circularem pela sociedade, produzem novos sentidos que podem ser diversos dos empregados pela organização nas mídias sociais. Dessa forma, durante a pesquisa, constatou-se que não necessariamente as respostas dos atores sociais correspondem apenas à afirmação ou negação do discurso da empresa, podendo gerar falas que vão além do tema da diversidade.

Grande parte dos comentários (57,7%) envolvia respostas desconexas que não dialogavam diretamente com o tema da diversidade empregado no discurso da Marisa. Apesar disso, a maioria das respostas que buscava interação com a organização a partir do discurso da diversidade (33,9%) foi contrária ao posicionamento da loja no comercial analisado, apontando diversas falhas na coerência entre discurso e práticas da organização. Do total de comentários, apenas 5 (8,4%) foram favoráveis ao discurso da loja no comercial.

Concluiu-se que, ao publicar o comercial nas redes sociais, a loja Marisa ficou suscetível a comentários e críticas da sociedade, e muitos leitores não encararam o discurso da organização de forma positiva. A temática da diversidade explorada pela empresa não foi bem aceita pelo público, por fatores variados, como o fato de os seguidores não se sentirem representados na campanha ou de a empresa adotar um discurso que não condiz com suas práticas. Segundo alguns leitores, a organização não foi inclusiva, pois não disponibiliza tamanhos de roupas para pessoas com sobrepeso, e ainda não retratou em sua campanha uma maior diversidade de etnias e pessoas com deficiência. Ademais, pode-se perceber na análise que os comentários críticos geraram maior interação entre as leitoras, que cobraram atitudes mais práticas da organização, como o desenvolvimento de campanhas com maior diversidade de mulheres e a inclusão de peças em tamanhos maiores em sua grade de numerações.

Portanto, o conceito de sistema de resposta social ou sistema de interações sociais sobre a mídia apresentado por Braga (2006) pode ser observado na prática no momento em que a sociedade se manifesta nas mídias sociais, ressignificando os discursos da organização e se apropriando das suas falas. Essas conversações demonstram que a mídia está presente nas relações sociais e que os discursos midiáticos circulam na sociedade, perpassando a própria mídia e sempre criando novos sentidos à medida que ocorre essa circulação.

Também ficou clara a importância do alinhamento entre discurso e ações da organização, principalmente em um momento em que a sociedade pode reagir e gerar conteúdo a partir das falas da organização. A construção do discurso da diversidade não depende mais apenas da organização, pois ao direcionarmos o olhar para o campo da recepção e seus posicionamentos, observa-se a produção de sentidos a partir das interações entre sociedade e organização nas mídias sociais, por meio do fenômeno da midiaticização.

Referências

- ANCONA, D. G.; CALDWELL, D. F. Demography and design: predictors of new product team performance. *Organization Science*, v. 3, n. 3, p. 321-341, 1992.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. reimp. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRAGA, J. L. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.
- COX JUNIOR, T. *Cultural diversity in organizations: theory, research and practice*. San Francisco: Berrett-Koehler, 1994.
- CUNHA, C. D. Luiz Carlos Assis Iasbeck: a comunicação como construção de vínculos e seu potencial na administração das identidades das organizações. In: OLIVEIRA, I. L.; PENNINI, A.; MOURÃO, I. (Orgs.). *Compreendendo um campo de conhecimento: reflexões epistemológicas sobre a comunicação organizacional a partir de autores brasileiros*. Curitiba: CRV, 2015.
- IASBECK, L. C. A. Discurso na gestão da comunicação. In: MELO, J. M. (Org.). *Enciclopédia Intercom de comunicação*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. v. 1. p. 408-409.
- JACKSON, S. E.; BRETT, J. F.; SESSA, V. I.; COOPER, D. M.; JULIN, J. A.; PEYRONNIN, K. Some differences make a difference: individual dissimilarity and group homogeneity as correlates of recruitment, promotions, and turnover. *Journal of Applied Psychology*, v. 76, n. 5, p. 675-688, 1991. Disponível em: <<https://bit.ly/2rbDurl>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

JACKSON, S. E. et al. *Diversity in the workplace: human resource initiatives*. Nova York: Guilford Press, 1992. Disponível em: <<https://bit.ly/2r90xUW>>. Acesso em 17 abr. 2018.

KEGLER, J. Q. S.; BARICHELLO, E. M. M. R. As organizações sociais no espaço midiático: os suportes digitais como meios e estratégias de representação organizacional. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 20, n. 2, p. 99-107, 2007.

KUNSCH, M. M. K. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 5. ed. São Paulo: Summus, 2003.

NKOMO, S. M.; COX JUNIOR, T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CALDAS, M. P.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1. p. 332-358.

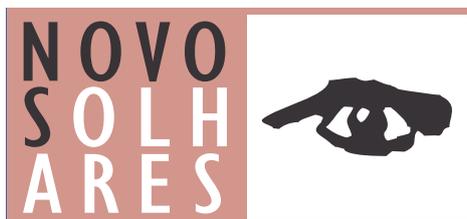
OLIVEIRA, I. L.; HENRIQUES, M. S.; PAULA, M. A. A sociedade enfrenta suas organizações?: interação entre organizações e sociedade nas mídias sociais articulada pelo discurso da sustentabilidade. *Esferas*, Brasília, n. 1, p. 169-178, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2GzG59n>>. Acesso em: 31 maio 2017.

PAPO de mulher para mulher. *Vou de Marisa*, [S. l.], 2016. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/voudemarisa/videos/965543923528917/>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

REUTERS. Facebook chega a 1,94 bilhão de usuários em todo o mundo no 1º trimestre de 2017. *G1*, [S. l.], 4 maio 2017. Disponível em: <<https://glo.bo/2qvwc5>>. Acesso em: 23 maio 2017.

TSUI, A. S., EGAN, T. D.; O'REILLY, C. Being different: relational demography and organizational attachment. *Administrative Science Quarterly*, v. 37, n. 4, p. 549-579, 1992.



Volume 7 - Número 1

1º SEMESTRE DE 2018

PACÍFICA RADIO E A RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA NOS ESTADOS UNIDOS

DAVID KING DUNAWAY

JUVENTUDE E CONSUMO DE NOTÍCIAS: COMPORTAMENTO GERACIONAL E HÁBITOS CULTURAIS

CARLA BAIENSE FELIX

LARISSA DE MORAIS RIBEIRO MENDES

HELEN PINTO DE BRITTO FONTES

FANPAGES DE VIAGEM – UMA ANÁLISE SOBRE O FACEBOOK COMO SUPORTE DA MEMÓRIA COLETIVA

ANDRÉA BRAGA SANTIAGO DE SÁ

BARBARA HELLER

TRANSFORMAÇÕES NA INSTÂNCIA DA RECEPÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO LEITOR COPRODUTOR EM REDES SOCIAIS DIGITAIS

CARLOS SANCHOTENE

FOTOGRAFIA E SAUDADE: TRÊS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERDA

MICHEL DE OLIVEIRA

EXAME MORFOLÓGICO DA TELENOVELA *AVENIDA BRASIL*

LUÍS ENRIQUE CAZANI JÚNIOR

ESTUDOS CULTURAIS E ESTUDOS DESCOLONIAIS: DIÁLOGOS E RUPTURAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA DE RECEPÇÃO

FERNANDA NASCIMENTO

O TEMPO E O ESPAÇO NA VIDA COTIDIANA: REFLEXÕES A PARTIR DO FILME *O TERMINAL*

LUCIANA BUKSZTEJN GOMES

DANIELA FIRMINO CIDADE

DOUGLAS KELLNER: A RETOMADA DA TEORIA CRÍTICA FRANKFURTIANA SOB O IMPACTO DA LEITURA DE MARCUSE

OTÁVIO DAROS

ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E ORGANIZAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DA CAMPANHA “PAPO DE MULHER PARA MULHER” DA LOJA MARISA

ANNE CRISTINE FERRAZ DE OLIVEIRA

ROSEANE ANDRELO

ISSN: 2238-7714

apoio:



realização:

